



# ESCRITAS

REVISTA DE HISTÓRIA DE ARAGUAINA VOL.13 N. 02 (2021)

---

## DOSSIÊ: ECONOMIA E CULTURA DOS COMUNS AMAZÔNIDAS

DR. DERNIVAL VENÂNCIO RAMOS JÚNIOR (UFNT)

DR. HARLEY SILVA (UFPA)

ORGANIZADORES

---



## **CORPO EDITORIAL**

### **Editores**

[Profa. Dra. Olivia Macedo Miranda de Medeiros](#), Universidade Federal do Tocantins, Brasil

[Prof. Dr. Euclides Antunes de Medeiros](#), Universidade Federal do Tocantins, Brasil

### **Conselho Editorial**

[Prof. Dr. Bertone Oliveira Sousa](#), Universidade Federal do Tocantins, Brasil

[Prof. Dr. Braz Batista Vas](#), Universidade Federal do Tocantins, Brasil

[Prof. Dr. Dernival Venâncio Ramos Junior](#), Universidade Federal do Tocantins, Brasil

[Prof. Dr. Dimas José Batista](#), UFT - Universidade Federal do Tocantins, Brasil

[Prof. Dr. Marcos Edilson de Araújo Clemente](#), UFT- Universidade Federal do Tocantins

[Prof.<sup>a</sup> Me. Marina Grigório Barbosa de Sousa](#), UFT- Universidade Federal do Tocantins

[Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rosária Helena Ruiz Nakashima](#), Universidade Federal do Tocantins, Brasil

[Prof<sup>a</sup> Me. Sariza Oliveira Caetano Venâncio](#), Universidade Federal do Tocantins, Brasil

[Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vera Lucia Caixeta](#), Universidade Federal do Tocantins, Brasil

## SUMÁRIO

**APRESENTAÇÃO: Economia e cultura dos Comuns Amazônidas.....05**

Dernival Venâncio Ramos Junior  
Harley Silva



**O agir Comum no Quilombo Grotão.....08**

Felipe Oliveira  
Dernival Venâncio Ramos Junior

**Igrejas, Instituições religiosas e Economia do Comum na Amazônia .....28**

Harley Silva  
Juliana Carvalho Brandão

**As lutas e conquistas das quebradeiras de coco do Bico do Papagaio em “*Raimunda, a quebradeira*” .....46**

Milena Botelho Azevedo Lena

**Desestruturação de economias heterogêneas: ensaio ee uma análise para a região do Cerrado Piauiense.....69**

Francisco Eduardo de Oliveira Cunha  
Luiz Gonzaga Feijão da Silva

**Diversidade de estratégias produtivas em economias privadas e coletivas na Amazônia.....94**

Timni Vieira  
Camila de Cássia do Socorro da Silva  
Thayana Cristina de Andrade Rodrigues  
Círia Cristiane da Rosa  
Roberto Porro  
Rodrigo Geroni Mendes Nascimento



**Clubes Sociais Negros e Agência Educadora Negra no Século XX: O Grêmio Recreativo e Familiar Flor De Maio.....116**

Karina Almeida de Sousa

**Um olhar para o estado de conservação dos sambaquis urbanos de Joinville.....137**

Ana Cristina Twardowsky  
Dione da Rocha Bandeira  
Sandra Pascoal Leite de Camargo Guedes

**Didática e Ensino de História: potencialidades pedagógicas dos infográficos.....156**

Rosária Helena Ruiz Nakashima  
Vanderlene das Neves Dutra  
Olivia Macedo Miranda de Medeiros  
Luciano Galdino da Silva



## APRESENTAÇÃO DOSSIÊ ECONOMIA E CULTURA DOS COMUNS AMAZÔNIDAS

### *DOSSIER PRESENTATION ECONOMY AND CULTURE OF THE AMAZON COMMONS*

Dernival Venâncio Ramos Junior<sup>1</sup>

Harley Silva<sup>2</sup>

O tema dos comuns emergiu, nas últimas décadas, no debate político como uma parte das lutas de emancipação social. Diversos atores sociais como movimentos e comunidades do Sul Global ou da periferia do Norte vêm no comum – ou nos comuns – um caminho de lutas contra a prevalência agressiva do capitalismo, neoliberalismo e globalização.

Nas ciências humanas e sociais, diversos estudos têm sido realizados no sentido de conhecer *o giro para o comum* dos movimentos sociais e comunidades. Esses estudos procuram delimitar o conceito (comuns, comum) e trazer à tona a diversidade institucional a partir da qual o fenômeno concreto (comuns, comum) se manifesta na prática de diversos grupos em contextos e espaços sociais específicos.

Também tem considerável espaço nestes esforços de pesquisa a interação conflitiva entre as instituições do comum e o avanço de processos como a mercantilização dos recursos naturais e das relações sociais. Tais pesquisas colocam em evidência as lutas, ajustes e reinvenção das práticas sociais orientadas por esse universo de estratégias e práticas sociais constituídas em oposição (relativa ou absoluta) ao mercado, à propriedade privada e à mercadoria, todas elas captadas em alguma medida pelo conceito de comum.

Considerando a grande representatividade de questões desta natureza na Amazônia, a UFNT (Universidade Federal do Norte do Tocantins), a UFPA (Universidade Federal do Pará)

---

<sup>1</sup>Doutorado em História pela Universidade de Brasília (2009). Pesquisador visitante no Tropical Conservation and Development da Universidade da Flórida (2015) e Instituto de Migraciones (2019) da Universidade de Granada. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Goiás (2002), mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (2004) Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins, atuando na graduação em História, no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território e Neuzu-UF/Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas. E-mail: [dernivaljunior@gmail.com](mailto:dernivaljunior@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutor em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente da FACECON-UFPA. PPGE-UFPA. Email: [harleysilva@gmail.com](mailto:harleysilva@gmail.com)



e a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) propuseram à CAPES o projeto *Economia e cultura dos comuns: práticas e espaços de alternativas de desenvolvimento na região da Amazônia Oriental*. Em consonância com o edital, o qual foi submetido e aprovado em 2018, o projeto tem como meta o aprimoramento acadêmico e institucional do PPGCult, particularmente de sua performance na avaliação dos PPG's brasileiros.

A estratégia para isso é a criação de parcerias e colaboração institucional em rede. Essas têm como um de seus resultados a produção acadêmica voltada para os fenômenos do comum na Amazônia, a partir de uma metodologia integrativa e interdisciplinar. O dossiê que ora apresentamos ao público reúne trabalhos desenvolvidos dentro da rede constituída pelo projeto. O documento agrega principalmente trabalhos de pesquisadores e pesquisadoras vinculados ao PROCAD Economia e Cultura dos Comuns, mas são também trabalhos provenientes de outras experiências de pesquisa sobre o tema.

Em *O agir comum no Quilombo Grotão*, Felipe Eduardo Lopes Oliveira e Dernal Venâncio Ramos Júnior estudam, dentro da situação de conflito territorial pelo qual a comunidade passa, as estratégias políticas que passam pela articulação com outras instituições, bem como o fortalecimento do modo de vida, marcado pela coletividade e organização solidária entre as famílias que vão ao encontro do princípio político do *comum*.

Ainda no campo das lutas sociais e das articulações institucionais, no artigo *Igrejas, instituições religiosas e a economia do comum na Amazônia* Juliana Oliveira e Harley Silva discutem a atuação da Igreja Católica Apostólica Romana em locais onde emergem relações sociais de produção e reprodução e gestão de recursos de modo comunitário na Amazônia, defendendo a centralidade da atuação de organizações como a Comissão Pastoral da Terra na construção, manutenção e fortalecimento de arranjos institucionais baseados no comum.

Milena Botelho Azevedo Lena em *As lutas e conquistas das Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio em "Raimunda, A quebradeira"* explora a relação entre sociedade-natureza a partir da constituição do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu e a luta pelo Babaçu Livre, focando de modo especial a trajetória de Dona Raimunda, a liderança mais conhecida do movimento.

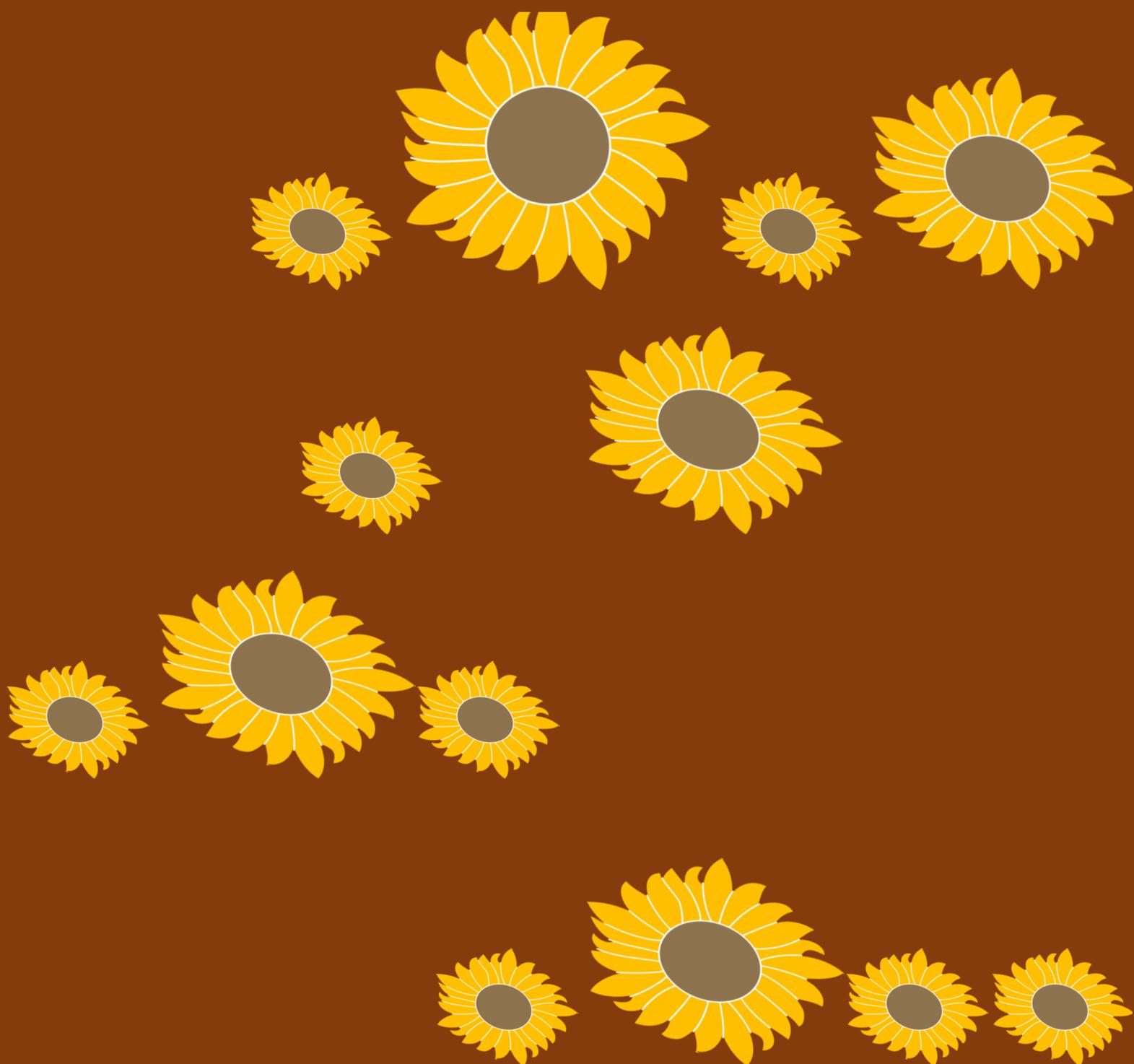
Por outro lado, em *Desestruturação de economias heterogêneas: ensaio de uma análise para a região do Cerrado piauiense*, Francisco Eduardo de Oliveira Cunha e Luiz Gonzaga Feijão da Silva, estudam o processo, a partir da discussão do comum como processo político,



as mudanças na ocupação e uso dos solos, a desestruturação da heterogeneidade produtiva, a transição do trabalhador camponês para o assalariado rural e a homogeneização da base monetária local. Em *Diversidade de estratégias produtivas em economias privadas e coletivas na Amazônia* Timni Vieira, Camila de Cássia do Socorro da Silva, Thayana Cristina de Andrade Rodrigues, Círia Cristiane da Rosa, Roberto Porro e Rodrigo Geroni Mendes Nascimento analisam, a partir de uma pesquisa com 345 entrevistados em 15 municípios do Estado do Pará, a diferença entre estratégias familiares do uso do solo nas diferentes formas de propriedade da terra na Amazônia.

Os trabalhos publicados representam um conjunto promissor de abordagens ao amplo campo de estudos sobre Economia e cultura dos comuns da Amazônia e Cerrado. Esperamos que eles possam estimular o aprofundamento das discussões e a produção de um maior conhecimento sobre o tema em nível regional.

# DOSSIÊ





## O AGIR COMUM NO QUILOMBO GROTÃO

### *COMMON ACTION IN THE GROTÃO QUILOMBO*

Felipe Oliveira<sup>1</sup>

Dernival Venâncio Ramos Junior<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este artigo tem por objetivo elucidar algumas questões pertinentes sobre o Quilombo Grotão, localizado no município de Filadélfia – TO. Questões essas que se relacionam diretamente com o modo de vida tradicional da comunidade e suas demandas voltadas a luta pela regularização do território. O que nos chama a atenção é a forma que a comunidade tem se articulado com outras instituições para reforçar suas estratégias de resistência frente ao agronegócio, além disso, a tradicionalidade experimentada por eles gira em torno da coletividade e da organização solidária entre as famílias que constroem outras formas de relações sociais, alternativas às apresentadas pelo modelo progressista, em outras palavras, alternativas que vão ao encontro do princípio político do *comum*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Quilombo; Tradicionalidade; Comum; Território.

#### ABSTRACT

This article aims to elucidate some pertinent questions about Quilombo Grotão, located in the city of Filadélfia – TO. These issues are directly related to the traditional way of life of the community and its demands aimed at fighting for the regularization of the territory. What catches our attention is the way in which the community has articulated with other institutions to reinforce their resistance strategies against agribusiness. Furthermore, the traditionality they experience revolves around collectivity and solidary organization among the families that build other forms of social relations, alternatives to those presented by the progressive model, in other words, alternatives that meet the political principle of the common.

**KEY-WORDS:** Quilombo; Traditionality; Common; Territory.

---

<sup>1</sup>Mestrando no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território; Bacharel e licenciado em História pela Universidade Federal do Tocantins. Agente pastoral e coordenador da Comissão Pastoral da Terra Araguaia Tocantins. Professor de História Geral no Colégio Santa Cruz em Araguaína – TO. E-mail: [felipe.eduardo@uft.edu.br](mailto:felipe.eduardo@uft.edu.br)

<sup>2</sup>Doutorado em História pela Universidade de Brasília (2009). Pesquisador visitante no Tropical Conservation and Development da Universidade da Florida (2015) e Instituto de Migraciones (2019) da Universidade de Granada. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Goiás (2002), mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (2004) Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Tocantins, atuando na graduação em História, no Programa de Pós-graduação em Estudos de Cultura e Território e Neuza-UF/Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas. E-mail: [dernivaljunior@gmail.com](mailto:dernivaljunior@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

O quilombo Grotão origina-se a partir da fuga de um grupo de pessoas escravizadas vindas do Maranhão ainda no século XIX, ao chegarem aonde está situado seu território – na zona rural de Filadélfia – TO, cercado pelo rio Gameleira a leste e João Aires a oeste (ALMEIDA, 2011) – o grupo de escravizados iniciaram rapidamente o processo de ocupação, evidenciado pelos vestígios de moradas e grandes quintais com árvores frutíferas. Após mais de 150 anos de vivência, o Grotão é atingido pela onda de conflitos na região e seus moradores acabam sendo expulsos do território em 2008. Atualmente, cerca de 25 famílias vivem em uma área de 100 hectares que compreende menos de 5% do território total do quilombo, reconhecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

A região em que se localiza o Grotão é rodeada de pequenas e grandes propriedades rurais dedicadas a criação de gado e plantação de eucalipto. São nessas fazendas que a população local consegue trabalhos temporários, nos sistemas de diárias e empreitas<sup>3</sup>. Muitos jovens e adultos do quilombo procuram esse tipo de trabalho, entretanto, esta não é a principal fonte de renda da comunidade, uma vez que, pequenas roças de toco com plantações de mandioca, são realizadas para a produção e comercialização da tradicional farinha de puba. Além disso, na mesma roça, são plantadas outras culturas como, abóbora, gergelim, milho, feijão, fava e outros. Segundo a cultura tradicional compartilhada entre indígenas, sertanejos e quilombolas a variedade de plantas ajudam na obtenção de um resultado positivo na produção da roça.

Arelado à agricultura tradicional estão os estudos sobre a agroecologia, conceituada, por Altieri, como princípios ecológicos no manejo de agroecossistemas sustentáveis, proporcionando a valorização máxima dessa complexidade. Em outras palavras: “baseia-se em melhorar a qualidade do solo para produzir plantas fortes e saudáveis, debilitando ao mesmo tempo as pragas ao promover organismos benéficos via diversificação do agroecossistema” (2010, p. 23-24).

Além disso, segundo Miguel Altieri, a agroecologia é uma nova abordagem que pode contribuir em pesquisas e estrutura organizacional de comunidades camponesas, pois “uma

---

<sup>3</sup>Diária consiste em um acordo informal firmado entre contratante e contratado, onde o valor corresponde apenas a um dia de serviço. Empreita também se baseia no contrato informal onde o contratado se obriga a executar um serviço sem vínculo de subordinação, podendo durar 1 dia ou 1 semana.



abordagem agroecológica incentiva os pesquisadores a penetrar no conhecimento e nas técnicas dos agricultores e a desenvolver agroecossistemas com uma dependência mínima de insumos agroquímicos e energéticos externos” (2004, p. 23).

A agricultura tradicional é realizada por muitos povos e comunidades na região norte do Brasil, tendo se tornado a forma mais habitual de plantio entre eles. Alguns cuidados necessários à continuidade dessa técnica nos indica o compromisso das comunidades com a cultura ancestral, tendo em vista que, os conhecimentos agrícolas são passados de geração em geração levando em consideração os recursos naturais que estão disponíveis a eles. Além da escolha do local apropriado de plantio, a “queima da roça” é utilizada para limpeza e aumento dos nutrientes no solo, após a colheita o local da roça pode ser reutilizado, entretanto, se verificada a baixa produtividade do solo a área é deixada para descanso e rebrotagem. Atrelado a isso está a preservação das sementes, sendo a principal delas a maniva<sup>4</sup>.

Esses aspectos de cultivo e cuidado apontam para a promoção da biodiversidade com a diversificação de plantas, animais e microrganismos fortalecidos utilizando cada vez menos produtos químicos mantendo o sustento das comunidades, tornando-se uma base importante para a soberania alimentar destes sujeitos. Se entendermos o aumento de pragas, a erosão, a seca e o desmatamento, provocados pela agricultura convencional, como desequilíbrio do ecossistema, então nós temos na agricultura tradicional agroecológica o reequilíbrio da biodiversidade animal e vegetal.

No Grotão roças de toco são comuns seja ela feita em quintais, em espaços menores, práticos para o manejo e prevenção do ataque de animais, ou em espaços maiores distantes das casas. A mandioca é a base alimentar do Grotão e nas palavras de Maria Aparecida, liderança comunitária da comunidade, da mandioca pode se tirar várias utilidades.

A mandioca sempre foi o principal, muitas vezes fazia plantio no toco. [...] quem tem mandioca produzia a farinha grossa, a farinha fina, o polvilho pubo, o polvilho branco e o beiju, também eram usados muito a prática do beiju, o grolado, fazia várias coisas. Do café da manhã, o beiju, o grolado, a farinha grossa e a mandioca (RODRIGUES, 2021).

A roça tem valor especial para eles, é o local de trabalho, sustento, socialização e vivência. Alguns identificam as roças pelo o nome do responsável, a exemplo da “roça do necleto” e a “roça do Manoel”, outros dizem “a roça de mandioca” ou a “roça de feijão” não

---

<sup>4</sup> Nome dado a rama da mandioca dedicada ao plantio.



atribuindo a titularidade da mesma a ninguém e ao mesmo tempo a todos. Vale ressaltar que independente da atribuição nominal essa prática é realizada através do trabalho coletivo, desde o preparo até a colheita, tendo cada indivíduo responsabilidades diferentes durante o processo.

Muito bom, a prática a gente sempre trabalhou em grupo. É o chamado mutirão. Antes era as roça de toco, todo mundo junto, produzia e dividia. Hoje a gente conseguiu uma benção de um projeto. A gente está trabalhando também com a horta comunitária, a gente tem hoje a mandiocultura, granjicultura, horticultura, piscicultura. E é em grupo, tudo em grupo (RODRIGUES, 2021, p. 25).

Mesmo mencionando que antes existia a roça de toco e hoje existe um projeto, as roças de toco ainda são utilizadas no quilombo, entretanto com menor intensidade, já que, o projeto [Ubuntu]<sup>5</sup> transformou a dinâmica organizacional da comunidade. Ainda assim, podemos perceber a forma de utilização comunitária em suas atividades laborais.

Entendemos atividades comunitárias e/ou mutirões como formas de organização social derivada de saberes ancestrais quilombolas, não no sentido do quilombo insurgente/revoltado e sim na perspectiva de uma “reorganização social e contestação da ordem estabelecida” (NASCIMENTO, 2021, p. 129).

O que Nascimento (2021) nos diz é que o quilombo não se forma a partir da busca de liberdade, mas da necessidade de resistirem à imposição do trabalho escravo traçando estruturas organizacional profunda para os descendentes de quilombo, como é o caso do quilombo Grotão. Essas estruturas marcam suas posições de negação ao modelo civilizatório liberal e custeiam formas de vida alternativa baseados nas regras comunitárias de colaboração e princípios políticos, em outras palavras a construção *do comum*.

### **A construção do Comum no Grotão**

As particularidades encontradas no quilombo Grotão não são ações isoladas. Elas fazem parte de uma série de práticas consideradas alternativas a agricultura convencional baseada na Revolução Verde, pois segundo Altieri essa forma de agricultura “não será suficiente para reduzir a fome e a pobreza e conservar a biodiversidade” (2010, p. 9). Já que:

Os sistemas de agricultura ecológica que não questionem a natureza da monocultura e que dependam dos insumos externos bem como dos custosos selos de certificação estrangeiros, ou de sistemas de comércio justos destinados só à agro exportação,

<sup>5</sup> Projeto UBUNTU teve apoio da OIT – Organização Internacional do Trabalho, MPT – Ministério Público do Trabalho e parceiros como NEUZA – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas da UFNT e CPT. A execução prática foi orientada pelo SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural. Consiste na produção de alimento com base na agroecologia baseado em 5 cadeias produtivas (mandioca, hortas, peixes, frangos e feijão).



oferecem muito pouco aos pequenos agricultores ao torná-los dependentes de insumos externos e mercados estrangeiros voláteis (2010, p. 9).

Nesse sentido, a forma de organização e produção no Grotão demonstra a consciência para resistir aos ideais de progresso, a partir da construção de relações econômicas, a preocupação com a soberania alimentar e garantia da sobrevivência da biodiversidade.

São essas formas de responsabilidades que nos chama a atenção. Em conversa com Raimundo Cantuário Camilo dos Reis sobre o plantio da mandioca e preparo da farinha, ele afirma que a mandioca é “mais fácil e compensa mais”, essa compensação está ligada diretamente à nutrição alimentar das famílias e ao lucro que ela gera. Apesar disso, Raimundo alerta que existe regras definidas para a compensação, ao passo que, ele denomina de “ajudou ganhou”<sup>6</sup>. Em outras palavras, o trabalho coletivo exige organização e parâmetros a serem seguidas por todos.

Ao lembrarmos de uma das definições possíveis para o *comum* descrito por Dardot e Laval, onde dizia que “[...] o termo “comum” é particularmente apto a designar o princípio político da coobrigação para todos os que estejam engajados numa mesma atividade” (2017, p. 25), percebemos semelhanças com a metodologia adotada na produção de farinha do quilombo. A ideia de que cada membro familiar tem obrigação de participar para poder usufruir dos resultados, assim como a divisão das tarefas no momento da “farinhada”<sup>7</sup> pressupõe uma consciência organizacional de produção sem o compromisso com as agendas do capital com suas dinâmicas aceleradas tendo o lucro como centro das relações sociais. Ao contrário, a farinha tornou-se uma base importante da soberania alimentar da Grotão que também constitui relações econômicas e sociais dessa comunidade na região. Pensamos essas ações coletivas como princípios e/ou construções do *agir comum* conectadas à *paz quilombola* apresentada por Beatriz Nascimento ao revisar a literatura brasileira acerca da vida nos quilombos. Assim ela escreve:

É certo que grande parte da literatura se ocupa em discorrer sobre razias, ataques físicos, queima de fazendas, roubo de gado etc. que os quilombos empreendem em suas circunvizinhanças. Mas também é certo que há referências outras dos vizinhos do quilombo, de que lá se encontram roças onde se cultivava variedade de produtos, os quais são trocados com alguns outros vizinhos, inclusive fazendas; há criação de animais domésticos, há o fabrico de ferramentas que também vão se tornar produto (meio de produção) de relações econômicas com os vizinhos. (2021, p. 133).

<sup>6</sup> Entrevista realizada em 12/03/2021 e concedida a Felipe Eduardo Lopes Oliveira.

<sup>7</sup> Termo utilizado pelos quilombolas e outros sertanejos designando o momento da produção da farinha e outros tipos de alimentos que se produz da mandioca. Ex. beiju, grolado, tapioca etc.



Para Beatriz do Nascimento a história dos quilombos brasileiros foi marcada pelo aspecto violento e negativo, já que os relatos escritos sobre essas ocupações territoriais foram construídos de forma unilateral e pouco dizem sobre as formas de vida e as relações nela estabelecidas, uma vez que, a historiografia brasileira se pauta em ideologias brancas e europeizadas. Entretanto, o negro só pode ser entendido a partir do “estudo profundo da ideologia nacional e das suas implicações num todo social, do qual, por força do preconceito racial (dentro daquela ideologia), é posto à margem” (NASCIMENTO, 2021, p.48).

Por isso, evidenciar os saberes e práticas do quilombo Grotão torna-se duplamente importante. Salienta a construção de estruturas internas que se constitui a comunidade e demonstra o seu caráter político em sua luta de resistência frente a expropriação do capital ao seu território.

Dardot e Laval (2017) refletindo sobre o comum, conceitua que ele é um princípio político com práticas alternativas ao neoliberalismo, descaracterizando a propriedade como privada ou estatal, mas como espaço coletivo. Nesse sentido, a comunidade quilombola Grotão, apresenta em sua forma de organização social peculiaridades que nos permite apontar seus esforços coletivos com uma diversidade de espécies animais e vegetais que contribui para a soberania alimentar da comunidade.

Ainda assim, essas concepções não se baseiam apenas em Dardot e Laval, elas também são construídas com a contribuição Karl Polanyi ao criticar, no início do século XX, a economia racional baseada em fatores econômicos para determinar ações e relações sociais. Foi em nome da economia racionalizada que as expansões agrícolas iniciaram suas formas de dominação e violência, garantindo o direito da propriedade privada. A comunidade Grotão foi alvo dessa lógica de dominação violenta que os impacta negativamente até hoje, uma vez que, ainda são fortemente atingidos por ela.

A história do quilombo Grotão está intimamente marcada pela violência. Segundo Rodrigues (2021), a fuga de um grupo de pessoas escravizadas se dá após Lunarda, líder do grupo, descobrir que estava grávida do patrão<sup>8</sup>, anos depois houve uma tentativa de captura do grupo de Lunarda que causou a morte de dois quilombolas, mas alguns se esconderam na gruta do Grotão, como relata Aparecida Gomes.

---

<sup>8</sup> Não se tem informações se era o dono da fazenda ou o capataz.



Há tempos, antes de meu pai nascer, teve uma revolta. Eles voltaram a procurar os escravos que foi fugitivo da época, teve morte ainda lá no quilombo. Foi matado dois do quilombo, mas alguns se escondero na gruta do Grotão. Eles chamam Grotão é por causa dos socavão que tem de pedra numa serra. Eles escondero as crianças, as pessoas lá, mas ainda conseguiram matar dois. (RODRIGUES, 2021, p. 14)

O quilombo permaneceu e as violências também. Já no final dos anos 1980 a primeira tentativa de grilagem das terras do Grotão é realizada com facilidade, afinal, até hoje a área do Grotão não é considerada legalmente deles. Essa legalidade buscada pela comunidade está relacionada a segurança jurídica de legitimação do território. Outro fato marcado pela violência aconteceu em 2008 durante a expulsão das famílias de seu território, também relatado pela Maria Aparecida.

A gente foi despejado, foram 21 famílias; um despejo desumano. No dia que foi o despejo, foi queimado as nossas casa, foram queimados documentos. Chegaram 21 policiais, o oficial de justiça e o filho da grileira, enfim, só foi dizendo “nós estamos com a ordem de despejo”. A polícia ali olhando, ele só riscava o isqueiro, tum, na beirada da casa e a casa pegava fogo de palha com documento, os que já tinha documento acabado de tirar, e queimou tudo. Em uma casa queimou 25 sacos de arroz. Um monte de coisa queimada. E aí eu perguntava: “mas isso é lei? Está no despejo que é para queimar as casas?”. Era só o que eu perguntava. A polícia tampou minha boca, eu sofri muito por isso. A polícia, um dos policiais, mandou eu calar a boca, me chamou de nega, esmurrou minha boca. Eu mordi o braço dele. Enfim, foi muita guerra, foi muita briga no dia (RODRIGUES, 2021, p. 17-18).

Não haverá uma rota sociológica para tentar explicar a origem das violências e como elas movimentam e marcam a região, sobretudo, os sertões. Porém, percebemos que o agravamento dela se compõe de fatores como a dominação, ganancia e parcialidade de órgãos de segurança ao se tratar de disputas territoriais. Esses acontecimentos geraram consequências desastrosas para a comunidade, sendo eles o medo, a fuga, o silenciamento e a subalternização. Ainda assim, a resistência diante dessas emergências foi surgindo, seja através da busca por ajuda, seja pela reorganização da comunidade.

É preciso mencionar que estas expansões desenfreadas de áreas rurais são destinadas ao mercado que prever o lucro em detrimento de modos de vida. Nota-se que os fazendeiros confrontantes com o território do Grotão são criadores de gados ou plantadores de eucalipto, uma vez que, o Estado brasileiro e o Tocantins investem cada vez mais na agro exportação, baseados na economia racionalista que mencionou Polanyi (2012) ainda na década de 1940.

Pois bem, assistimos e colhemos as consequências apontadas por Karl Polanyi em sua obra *A subsistência do Homem* (2012). A destruição da natureza, o consumo exacerbado, as relações baseadas nas regras de mercado, as crises econômicas, políticas e sanitárias têm



provocado discussões, não só no campo econômico, mas também nos campos sociológicos e historiográficos. Diante disso, as críticas e propostas de Polanyi ganham destaque nessas discussões, já que para ele estamos diante de uma falácia economicista, ao passo que, a esfera econômica estaria separada da sociedade e seria regida por uma instituição autoregulável, chamada mercado, ditando as regras das sociedades, ou seja, o mercado determina as relações sociais.

Segundo Polanyi (2012) o mercado sempre existiu nas sociedades e ele era visto como uma instituição de organização da subsistência do homem sendo orientada pelas relações sociais. A partir das transformações capitalista esse processo foi se alterando e hoje vemos o mercado como instituição dominante que rege as relações sociais. Para Polanyi, este processo desequilibrou outras instituições (religiosa, familiar, política) e as colocou sob seu domínio, transformando o homem e a natureza em mercadorias.

Em sua crítica Polanyi aponta para dois significados do termo econômico, o *formal* e o *substantivo* sendo o formal voltado para o lado econômico, no sentido de se ter economia e aproveitamento na obtenção de mercadorias; o substantivo está ligado a subsistência do homem, sua satisfação através dos bens materiais. Os racionalistas econômicos descartaram o significado substantivo e levaram em consideração apenas o sentido formal. Polanyi tenta reconstruir o conceito de econômico levando em consideração o reconhecimento do significado substantivo.

Levar em consideração o significado substantivo consiste em perceber e admitir que falácias como a da escassez, onde tudo está fadado a acabar ou se esgotou, estão fora de questão, já que a lógica da necessidade dos homens no sentido substantivo é diferente: são necessidades naturais (a subsistência) que se considera no substantivo. O processo substantivo, segundo Polanyi tem dois níveis, “um é a interação entre o homem e o meio (natureza), outro é a institucionalização desse processo” (2012, p. 78). É, justamente essa relação institucionalizada que devemos nos atentar, já que, seguindo a trilha do autor essa institucionalização não se dá de forma individualizada e muito menos de forma superior às relações sociais.

Assim, a proposta dele gira em torno do reconhecimento do significado substantivo de econômico priorizando a interação do homem com a natureza influenciando e sendo influenciado pelas instituições de forma conjunta, tendo em vista a subsistência do homem, abandonando a falácia economicista do medo da fome (empobrecidos) ou em favor do lucro



(enriquecidos) e considerando a preservação ecológica (o meio), afim de equilibrar as relações ‘ecosociais’.

Esse equilíbrio, que estamos chamando de ecosocial, tende a necessitar de um reconhecimento quanto às práticas em que ele se propõe. Ao contrário da lógica de imposição universal que o capitalismo apresenta, o modo de vida tradicional da comunidade Grotão está pautado na harmonia entre os vizinhos, as matas, os animais, as águas e os comunitários, em outras palavras, a universalidade que eles se baseiam é local.

Essas alternativas de contestação são descritas por Dardot e Laval (2017) como “a fórmula de movimentos e correntes de pensamento que pretendem opor-se à tendência dominante de nossa época: a da ampliação da apropriação privada a todas as esferas da sociedade, da cultura e da vida” (2017, p.17). Ou seja, são práticas que abrem portas para um futuro não capitalista baseados nas práxis e experiências locais.

O comum, longe de ser a retomada do comunismo se torna o surgimento de outras práticas pautadas na co-participação e na cooperação dos indivíduos. Entretanto, diferente do que se possa pensar o comum não significa disponibilizar tudo a todos, isso seria superficializar o que se propõe esse princípio político. Assim como os costumes apresentados por Thompson ou o processo de fazer farinha no Grotão apresentado pelo Raimundo, o agir comum tem suas regras e limites delimitados (DARDOT; LAVAL. 2017). Portanto, pensar as práticas comuns é compreender que elas não são meras ações desconexas com a realidade dos sujeitos locais sem suas especificidades.

Dardot e Laval (2017) buscam conceituar o termo *comum* desde a etimologia da palavra, chegando a concluir que comum se relaciona com a participação, cooperação e a ação conjunta dos sujeitos. Além disso, diferenciar espaços comuns de espaços públicos são importantes, uma vez que, os espaços comuns estão baseados em um gerenciamento coletivo e o público tem como premissa a regência do Estado, sendo ele controlado por um grupo, que hoje está a serviço do capitalismo.

Para estes autores a propriedade privada exercer uma grande ameaça a vida e por isso fortificar o conceito de comum é essencial neste momento:

Hoje está exposto a outra crítica, que mostra que a propriedade não é apenas esse dispositivo bem montado para extrair gozo do trabalho coletivo do outro, mas uma ameaça geral às condições comum de toda e qualquer vida em comum. (DARDOT; LAVAL, 2017. p. 19).



Essa ameaça a vida se remete não só a vida humana, mas a diversidade de vida existente no planeta. A produção e o consumo exacerbado sem a preocupação da preservação têm causado crises profundas que o capitalismo não consegue resolver e, portanto, tem buscado explorar o método do capitalismo verde ou eco-capitalismo que tenta unir produção e preservação, entretanto essa preservação se dá através da financeirização da natureza no qual se mostrou ineficiente frente aos problemas enfrentados. Além disso, povos que habitam as florestas por séculos são retirados de seus territórios em nome de uma “preservação intocável”. Nesse sentido, o comum surge de práticas vividas por esses povos e busca combater as investidas do capitalismo à natureza, transformando-a em um mercado. Assim, movimentos sociais e comunidades tradicionais tem buscado cada vez mais a fortificação do comum.

Portanto, “[...] O comum é o princípio político a partir do qual devemos construir comuns e ao qual devemos nos reportar para preservá-los, ampliá-los e lhes dar vida” (DARDOT; LAVAL, 2017. p. 49). É nesse sentido que identificamos no quilombo Grotão práticas relacionadas ao comum, sabendo que o cotidiano da comunidade está imbricado na coletividade, conhecidos como mutirões, no cuidado com os animais, tendo o tempo correto de caçar, na preservação da natureza, como a preservação das matas e nascentes, chamadas por eles de cabeceiras.

Certos que o Grotão em sua construção enquanto comunidade utilizou-se de estratégias diversas, desde a manutenção de suas práticas até a preservação da biodiversidade. Para além disso, com as ameaças externas cada vez mais inflamadas a necessidade de se articular politicamente estava latente, uma vez que, a comunidade vivenciava um “isolamento” diante de outras comunidades quilombolas e/ou entidades políticas que poderiam vir a ser possíveis aliados. Nesse sentido, buscamos descrever de forma geral algumas articulações realizadas pela comunidade quilombola do Grotão, a fim de tentarmos organizar e aprofundar nossas hipóteses sobre o agir comum do Grotão e como estas articulações impactaram e foram impactadas pelas práticas tradicionais do grupo.

### **O Quilombo Grotão e as articulações institucionais**

Mesmo sabendo a origem da migração de seus ancestrais ao antigo norte goiano, os sujeitos fixados na comunidade Grotão não se enxergavam como quilombolas, como bem



afirmou Maria Aparecida “eu lá sabia o que era quilombola”<sup>9</sup>. Ao contrário do que pensamos, comunidades quilombolas não surgem definidas, elas se constroem através de suas tradições, relações próprias, e ancestralidades. Segundo o artigo 2º do decreto 4.887/2003 quilombos seriam:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003).

Esta definição amplia o conceito de quilombo imposto em outros momentos no contexto brasileiro, reservando aos quilombolas o direito à sua história, cultura e identidade. O Grotão se encaixa nestes aspectos socioculturais, entretanto, o que fez os moradores desta comunidade não se reconhecerem como quilombolas? Podemos apontar alguns fatores. O “isolamento”, a falta de acesso às políticas voltadas aos quilombos, o desconhecimento de sua própria história ou a busca pelo recomeço.

Embora pareça que a comunidade causou seu próprio “isolamento” e, portanto, seu desconhecimento identitário, lembremos, antes, do racismo estrutural que nega as comunidades quilombolas o próprio reconhecimento e as fazem desaparecer, pois “[...] o racismo é uma experiência que retira o sujeito de si mesmo, anulando-o em vida [...]” (RATTS, 2007, p. 48), reproduzindo o profundo distanciamento entre “civilização” e “selvageria”, que reforça o desaparecimento dos “não-civilizados” sendo tratados como inexistentes (SANTOS, 2007). De modo que, a comunidade só é enxergada por meio da violência perpetrada a ela, vista, inclusive a partir de 2008, pela Comissão Pastoral da Terra Araguaia Tocantins – CPT ao acompanhar o despejo das famílias quilombolas.

A CPT desenvolve o trabalho pastoral no Estado do Tocantins desde antes de sua criação. Em 1999 chega à cidade de Araguaína para acompanhar os processos de estruturação dos sindicatos locais e mediar conflitos agrários, ao passo que em 2008 já havia consolidado uma área de atuação – o centro norte tocantinense.

Através de denúncias feitas à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, pelos próprios moradores do Grotão com apoio do ex vereador Sebastião Abreu, do

---

<sup>9</sup> Maria Aparecida Gomes Rodrigues. Entrevista realizada em 12/03/2021 e concedida a Felipe Eduardo Lopes Oliveira.



município de Filadélfia – TO, a CPT ficou sabendo do conflito, ao passo que, mediado pelo ex vereador, foi marcada uma visita à comunidade no ano de 2007. Um dos agentes que participaram da visita, Edmundo Rodrigues, ao lembrar do episódio ele relata que “as crianças correram apavoradas para o mato com medo de serem os pistoleiros”<sup>10</sup>. O acompanhamento de lá para cá se dá através de visitas, interlocução com órgãos públicos, valorização do modo de vida e ajuda na organização interna da associação das famílias. Em 2016 o Grotão enfrentou um dos piores momentos de crise hídrica causando prejuízos e vulnerabilizando as famílias. Junto com os quilombolas, a CPT elaborou um projeto, enviado à Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, de acesso a água prevendo sua distribuição, vinda do único poço semi artesiano na comunidade, para 19 famílias, entretanto, a falta de água não era o único problema enfrentado por eles. A vulnerabilidade social e econômica tornou-se um flagelo que obrigava a migração de jovens e adultos, principalmente, homens em busca de emprego. Raimundo Cantuário revela que os principais trabalhos encontrados era de “juquiereiro”<sup>11</sup> em fazendas, aumentando o risco de superexploração e trabalho escravo aos quilombolas.

A partir de um Diagnóstico Rural Participativo realizado na comunidade pela CPT foi possível identificar e organizar iniciativas de geração de renda, levando em consideração as potencialidades da comunidade. Uma delas é a produção da farinha de mandioca ou de puba, como é conhecida na região. Portanto, pensando em potencializar a produção quilombola e evitar as migrações a Associação dos Remanescentes de Quilombo Grotão e Comissão Pastoral da Terra inicia um diálogo com o Ministério Público do Trabalho, o resultado foi o surgimento em 2019 do projeto UBUNTU que:

Inicialmente, um representante da CPT em contato com a Dra. Cecília Amália (Procuradora do MPT), foram no território da comunidade quilombola Grotão e levantaram as demandas por práticas produtivas, segurança alimentar e trabalho digno que poderiam ser aplicadas. Após diversos diálogos, o projeto foi definido contendo um sistema de irrigação, perfuração de poço artesiano e instalação de uma caixa de água de 10.000 (dez mil) litros, além das cadeias produtivas de horticultura, avicultura de corte/postura, piscicultura, feijão e mandioca. (AGUIAR et al, 2019, p. 494).

---

<sup>10</sup> Edmundo Rodrigues Costa da Comissão Pastoral da Terra. Entrevista realizada em 27/03/2021 e concedida a Felipe Eduardo Lopes Oliveira.

<sup>11</sup> Termo utilizado pelas comunidades para denominar os trabalhadores e trabalhadoras rurais que fazem a preparação (corte da vegetação) de uma porção de terra destinada a plantios e/ou criação de animais.



Três anos após a inauguração do projeto Ubuntu as cadeias produtivas iniciais se mantêm com algumas adaptações, sobretudo para mitigar alguns impactos surgidos na comunidade. Vale a pena mencionar que outras instituições foram necessárias para que o projeto tivesse continuidade, Aguiar declara desafiador a implementação do projeto na comunidade, embora reconheça a importância da articulação institucional.

[...] a experiência de articulação institucional entre MPT, CPT, OIT, SENAR e NEUZA-UFT [...] tem permitido articular trabalho decente, produção sem agrotóxicos, fortalecimento da relação com os produtos da sociobiodiversidade do território, bem como a comercialização de alimentos saudáveis nas cidades próximas ao quilombo. Os desafios enfrentados têm sido superados pela articulação institucional e pela capacidade de organização e resiliência da comunidade. (AGUIAR et al, 2019, p. 502).

Além destes atores já citados, outras instituições também tentaram implementar projetos de ajuda à comunidade. É o caso do Movimento dos Atingidos por Barragem e Cáritas diocesana de Tocantinópolis. O primeiro, com o projeto PAIS – Produção Agroecológica Integrada e Sustentável prevendo a produção de alimentos saudáveis sem insumos químicos e o segundo com a instalação de cisternas (reservatórios de água cilíndrico) para captação de águas da chuva, através do projeto Caminho das Águas.

Mesmo tendo participações de diferentes instituições os projetos implementados visam o mesmo propósito: a melhoria de vida da comunidade. Cientes das condições econômicas e sociais impostas a eles [quilombolas] as propostas buscavam fortalecer a resistência das famílias. Essa resistência está diretamente ligada ao fortalecimento do modo de produção, o trabalho coletivo, as manifestações culturais e a preservação da biodiversidade. Nesse sentido, estes projetos corroboram com a ideia da Tecnologia Social (TS) estar “mais imbricada à realidade das sociedades locais, de modo que pudesse gerar respostas mais adequadas aos problemas colocados em um determinado contexto” (NOVAES; DIAS, 2009, p. 19).

Como observado por Aguiar et al (2020), a utilização da TS pelo o quilombo Grotão se dá no auxílio de suas demandas, sobretudo, na produção de alimentos saudáveis. Portanto, as articulações entre diferentes sujeitos foram essenciais para o reforço à manutenção do território quilombola.

### **Breve reflexão sobre os projetos sociais no Quilombo Grotão**



Enquanto pesquisadores, é importante desmembrarmos o que está por trás das relações entre os sujeitos, sabendo que estas relações não são neutras e constituem interesses diversos que conflitam e socializam em um mesmo território (HAESBAERT, 2005). A partir disto, surgem inquietações sobre como acontece as mobilizações dessas relações: Pela imposição de um lado ou existe equivalência nas relações entre esses sujeitos? Algumas experiências entre universidade, pastoral da terra e comunidade evidenciam a tentativa do trabalho coletivo buscando a desierarquização dos sujeitos, descritos assim por Ramos et al.

[...] diante das características e singularidades da comunidade em questão, o NEUZA se atenta as dinâmicas e complexidades envolvidas no território e no cotidiano da comunidade, bem como suas práticas agroecológicas. Assim, a atividade desenvolvida levou em consideração a importância da participação dos membros da comunidade, enquanto detentores de saberes tradicionais, compartilhados e experienciados pelo Núcleo (RAMOS et al, 2019, p. 3).

Diferente da invasão cultural baseada na teoria antidialógica pautada por Paulo Freire (1983), esta atividade buscou legitimar os diferentes saberes, consistindo em admitir que epistemologias não acadêmicas foram enviesadas pela a academia e determinados grupos dominantes (RAMOS et al., 2019). Essa interação não cartesiana entre os sujeitos, pode ser identificada como ecologia dos saberes proposto por Boaventura de Sousa Santos (2007), possibilitando a partilha de experiências e conhecimentos por igual sobre tal perspectiva.

Ao passo que estas articulações e mobilizações de saberes vão acontecendo os diversos interesses vão aflorando, embora, seja consenso a conquista e manutenção do território quilombola. Entretanto, as relações que compõem a esfera interna e externa dos sujeitos com a comunidade são bastante complexas, tornando-se um desafio diário. Até então, exibimos a superfície das articulações ocorridas até aqui, ainda temos um longo caminho a desvendar. Isto posto, vale mencionar que nem sempre as experiências são bem-sucedidas, ainda mais entre pessoas que estão se conhecendo e reconhecendo em um mesmo solo.

Nesse sentido, necessitamos entender os fatores que levaram esses grupos a se reorganizarem estrategicamente para momentos emblemáticos que podem modificar as formas de viver e seus territórios. Fazendo memória à discussão sobre o campesinato e sua ressignificação, Carlos Walter destaca a importância das comunidades e movimentos sociais protagonizarem suas lutas pela demarcação de seus territórios (2005).



É a partir deste protagonismo que o Grotão estabelece relações com parceiros externos (CPT, MPT, MAB e NEUZA) buscando a experimentação de estratégias de resistência. Sabendo que a região norte tocantinense é utilizada para os interesses empresarial da terra, com valorização da agroindústria e o crescimento do monocultivos, é possível identificar estes projetos capitalistas se aproximando com ferocidade do quilombo. Imersos em conflitos por terra antes mesmo da aproximação do monocultivos, o Quilombo Grotão vem tentando estabelecer sua fixação na terra, através das práticas produtivas. Em outras palavras, o fazer roçado e o cuidado com o território tem sido seus maiores instrumentos de resistência.

Nesse sentido, atentamos nossos olhares às respostas que a própria biodiversidade apresenta. No território do Grotão podemos encontrar diversas frutas, plantas medicinais e animais nativos que são considerados importantes para o equilíbrio daquele espaço. São a partir de conhecimentos passados que os quilombolas definem o que pode ser retirado, como podem ser usados e o período certo para isso. Ao observarmos percebemos que suas decisões, seguidas coletivamente e baseadas em orientações dos mais velhos, visam manter o equilíbrio do Cerrado. Assim, conseguimos, em vários momentos, captar o termo “terra boa” para identificar o território quilombola do Grotão.

É partindo destas observações que elencamos o próprio bioma como um sistema produtivo importante para a sobrevivência das comunidades. O Grotão entende a importância disso e busca harmonizar suas práticas a conservação ambiental. Por isso, a tradicionalidade quilombola em sua prática é essencial para a comunidade e vice-versa.

O UBUNTU se tornou a TS de maior significância para eles, uma vez que, pela grandiosidade do projeto, consistindo na produção de alimento com base na soberania alimentar das famílias e a geração de renda para a comunidade com 5 cadeias produtivas (mandioca, hortas, peixes, frangos e feijão), ele consegue alimentar o quilombo e vender no comércio local o excedente de suas produções.

Nossas preocupações estão centradas, justamente na “grandiosidade” do Ubuntu, contendo em seu objetivo a promoção da:

[...] disseminação e utilização de novas tecnologias nos pequenos negócios rurais das cadeias produtivas de horticultura, avicultura de corte/postura, piscicultura e mandioca, com foco na gestão do negócio, inovação dos processos, serviços tecnológicos e oportunidades de negócio, visando gerar renda para as famílias envolvidas no projeto. (SENAR, 2018, p.4).



Como afirmado por Aguiar et al, a tecnologia não é neutra, por isso seus interesses são explicitados ou implícitos mediante a prática. Analisando a finalidade concreta do objetivo observamos que alguns termos utilizados demonstra a direção que o projeto deve caminhar. A geração de renda, a oportunidade de negócio dentro dos pequenos negócios emaranha-se na rede de significados da economia de mercado, termo usado por Polanyi, ao afirmar que a sociedade inteira vive em função desse mecanismo, tornando-se uma sociedade de mercado (POLANYI, 2012).

Então, podemos supor que, mesmo com dinâmicas próprias de produção o quilombo Grotão passou, com o UBUNTU, a experimentar novos processos econômicos, ressignificando o termo trabalho, associando-o a lógica de mercado, embora, as instituições enxergassem o termo de modo diferente ligando à promoção de vida digna, na prática as alterações de tempo de trabalho e volume de produção são reflexos dessa ressignificação. Assim, Aguiar et al, afirma que o projeto Ubuntu “é uma proposta de promoção do trabalho decente que tem se dado na comunidade quilombola Grotão” (AGUIAR et al, 2019, p. 493) visando a “a produção de alimentos sem uso de insumos químicos, propiciando oportunidade de trabalho decente no Quilombo do Grotão” (Ibid., p. 494).

Mesmo com o princípio da produção de alimentos sem insumos químicos, o projeto UBUNTU esteve em seu nascedouro imbricado com a ideia de trabalho, afinal, o problema central era a geração de renda e necessidades básicas de sobrevivência. Entretanto, a necessidade serviu também de impulsor para a manutenção do mercado, assim como os trabalhadores, no qual Polanyi se debruçou ao analisar a falácia econômica a partir das consequências da Revolução Industrial, pois para ele “o medo da fome no trabalhador e a atração do lucro no empregador mantinham o vasto mecanismo em funcionamento” (POLANYI, 2012, p. 54).

Obviamente, nos encontramos impossibilitados de pesquisa e análises mais profundas por conta do contexto atual em que nos inserimos, hoje não fazemos visitas periódicas na comunidade, esta prática seria essencial para desvendarmos este emaranhado de relações que se apresenta velado para nós. Assim, a contribuição do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Saberes e Práticas Agroecológicas da Universidade Federal do Norte do Tocantins – NEUZA/UFNT na mitigação dos impactos que surgiram dentro comunidade pode nos dá elementos importantes. Vale ressaltar que, a participação do NEUZA/UFNT no UBUNTU se



deu, entre outras, de reforçar a aplicação da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT (OIT, 1989), visando o diálogo intercultural e interdisciplinar entre os povos, para tanto, Santos et al., ao descrever o processo de construção do UBUNTU sinaliza a participação da comunidade desde sua definição, tendo a “percepção que desde o início do planejamento da ação foi assegurado à comunidade o direito de participação em todas as decisões relativas à implantação do Projeto” (SANTOS, et al., 2019, p.350).

A reflexão que se impõe a nós, diante dos processos de luta pela terra, bem como a atenção de instituições para a promoção de Tecnologias Sociais as comunidades rurais, visando a permanência das famílias em seus territórios de forma digna, é sobre a capacidade que temos de acompanharmos estas comunidades considerando a horizontalidade entre os saberes envolvidos. Diante disso, evocamos novamente a capacidade insurgente das comunidades em fazer-se ouvir sobre suas sociologias, melhor dizendo, ressignificarmos mecanismos de vivência em uma ecologia de saberes (SANTOS, 2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mutirão envolve todo mundo da comunidade, mulher, homem, menos as crianças. O meu sogro tinha uma mania de ensinar, mas era no período, quando o sol está frio: “oh, meu filho, venha cá pra você aprender. Às vezes a gente morre, você fica pequeno e não sabe sobreviver” (RODRIGUES, 2021. p. 30).

Ao narrar como é a vida no Grotão, Maria Aparecida cita diversos aspectos interessantes de análise, um deles gira em torno do mutirão, trabalho coletivo desenvolvido por homens e mulheres, por vezes crianças. Essa coletividade tem diversos fins que vão desde a produção do alimento até a forma de sobreviver, além disso, o mutirão se estreita com os apontamentos do agir comum explicitado anteriormente neste texto.

Sabendo que a divisão do trabalho, principalmente, nas fábricas foi um dos fatores que causou o aumento da individualidade e competição, bem como, a alienação dos trabalhadores, identificamos nos mutirões estratégias tradicionais de organização que funcionam até hoje. Também é possível entender que os mutirões são parte de um grupo de práticas coletivas realizadas pelo quilombo que garantem a sobrevivência dos mesmos sem a dependência dos produtos industrializados. A alimentação é uma parte que se alia a produção de remédios caseiros, de conhecimentos locais que ajudam a definir quando e onde plantar, extrair ou caçar. A convivência com a diversidade não é um problema e sim uma alternativa real de



sobrevivência, diante disso, quanto mais consciência dessa diversidade e da importância da preservação, mais formas de resistência são construídas pelo Grotão.

Diante das contribuições de Polanyi (2012) e Dardot e Laval (2017) podemos dizer que alguns aspectos preliminares das práticas do quilombo Grotão vão ao encontro da construção simbólica de uma vida baseada na sobrevivência, coletividade e resistência em contraponto ao modelo capitalista predatório, bem como a transformação do homem em mercadoria.

Nesse sentido, não seria leviano dizer que o Grotão é parte viva das ocupações territoriais lideradas pelos escravizados de outrora, sendo assim, os descendentes da herança ancestral que vai muito além do que a literatura escolheu evidenciar. A herança posta aqui, é o processo de construção de relações exercidas nos quilombos interno e externamente, denominado por Beatriz Nascimento como paz quilombola.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Vinicius Gomes de et al. **Tecnologias Sociais no Território Comum: Articulação Institucional e Inclusão Social no Quilombo Grotão**. Revista da ABPN. v. 12, n. Ed. Especial – Caderno Temático: “Geografias Negras” abril de 2020, p. 336-360.

\_\_\_\_\_. **PROJETO UBUNTU NO QUILOMBO DO GROTAÃO**: articulação institucional para a promoção do trabalho decente e produção de alimentos livres de agrotóxico. In: Edelamare Melo (Org.), Negro/a, quilombola, religioso/a de matriz africana: racismo, preconceito, intolerância e discriminação nas relações de trabalho, produção e consumo (p. 493). Belo Horizonte: RTM. 2019.

ALMEIDA, Roberto Alves. **Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade quilombola do Grotão**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ. Brasília, 2011.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2004.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista nera**, n. 16, p. 22-32, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003** – Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. DF: Brasília. D.O.U. 20 de novembro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)



DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, 2005. p. 6774-6792.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. RATTTS, Alex. (Org.) — 1a ed. — Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOVAES, Henrique T.; DIAS, Rafael. Contribuições ao Marco Analítico-Conceitual da Tecnologia Social. In: DAGNINO, Renato (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Unicamp, 2009.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenio número 169 sobre pueblos indígenas y tribales**. 1989.

POLANYI, Karl. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 215, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST**. Revista Geografias. Belo Horizonte V. 01. 7-25 julho-dezembro de 2005.

RAMOS, Dernival V. et al. **Agroecology community and ecology of knowledge: a training experience based on the partnership between quilombo, pastoral land commission and university**. Participative: Open Science in Journal. Volume 1, Artigo 5, 2019.

RATTTS, Alex. **Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. Instituto Kuanza, 2007.

RODRIGUES, Maria Aparecida Gomes. “Assim, a cada vez, eu me alegro em passar a história do Quilombo Grotão”. In: **Escuta, diálogo e experiências em agroecologia com o Quilombo Grotão**. RAMOS. Dernival V et al. (org.). Goiânia: Andarilha, 2021. p. 13-33. (no prelo)

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes**. Novos Estudos, CEBRAP, nº 79, novembro 2007. pp. 71-94.

SANTOS, Cecília Amália Cunha; HAMMES, Bruno dos Santos; COSTA, Kênia Gonçalves. **PROJETO UBUNTU NO QUILOMBO GROTÃO: antecedentes, fundamento filosófico e marco legal no lastro da reparação de danos morais coletivos**. Capoeira-Humanidades e Letras, v. 5, n. 2, p. 343-357, 2020.

SENAR. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – administração regional do Tocantins. **Projeto de desenvolvimento do quilombo Grotão**. Palmas, 2019.



**Artigo recebido em: dezembro/2021**

**Artigo aceito em: janeiro/2022**



## IGREJAS, INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS E A ECONOMIA DO COMUM NA AMAZÔNIA

### *CHURCHES, RELIGIOUS INSTITUTIONS AND THE ECONOMY OF THE COMMON IN THE AMAZON*

Juliana Carvalho Brandão<sup>1</sup>

Harley Silva<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este trabalho discute a atuação de instituições religiosas, em especial da Igreja Católica Apostólica Romana, enquanto elementos centrais de locais onde emergem relações sociais de produção e reprodução e gestão de recursos de modo comunitário na Amazônia. O estudo analisa, entre outros aspectos históricos e sociais, uma experiência na cidade de Abaetetuba, no Estado do Pará, na paróquia Cristo Redentor. Ali, foi possível observar práticas do fazer-comum e o papel do compartilhamento e da reciprocidade na vida material da comunidade, e onde se estabeleceu uma nova dinâmica na economia local a partir da festividade do “Festival do açaí”. É intenção deste trabalho a compreensão de como práticas e espaços da vida religiosa na Amazônia articulam relações de produção social de economias camponesas e áreas urbanas às cadeias de circulação de alcance local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia do Comum; açaí, Abaetetuba, instituições

#### ABSTRACT

This work discusses the role of religious institutions, especially the Roman Catholic Church, as central elements of places where social relations of production and reproduction and resource management in a community way emerge in the Amazon. The study analyzes, among other historical and social aspects, an experience in the city of Abaetetuba, in the State of Pará, in the parish of Cristo Redentor. There, it was possible to observe practices of doing-common and the role of sharing and reciprocity in the material life of the community, and where a new dynamic was established in the local economy from the festivity of the “Açaí Festival”. It is the intention of this work to understand how practices and spaces of religious life in the Amazon articulate relations of social production from peasant economies and urban areas to chains of circulation of local scope.

**KEYWORDS:** Economy of the Commons; açaí; Abaetetuba; institutions

---

<sup>1</sup>Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bacharel em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: julianacbrand@gmail.com

<sup>2</sup>Doutor em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente da FACECON-UFPA. PPGE-UFPA. Email: [harleysilva@gmail.com](mailto:harleysilva@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

Enquanto espaços coletivos de relações de troca, de base afetiva, as igrejas católicas na Amazônia formam ritos e hábitos, característicos de economias onde há práticas do comum, em contraposição às práticas organizadas pela propriedade privada, à iniciativa individual, exploração do trabalho e apropriação privada dos excedentes econômicos. Esse trabalho examina a validade desta hipótese, tratando especificamente de práticas vivenciadas na Paróquia Cristo Redentor, no município de Abaetetuba, no estado do Pará.

O trabalho discute o fato de que, dadas as condições ambientais, históricas, e à formas de sociabilidade peculiares da região, é possível perceber que instituições religiosas na Amazônia cultivam e organizam em muitos casos relações sociais de produção e reprodução, e gestão de recursos de modo comunitário. Em tais situações, os laços religiosos recorrem a práticas de fazer-comum no qual o compartilhamento e a reciprocidade (Tonucci Filho, 2021) exerce papel concreto na produção da vida material local. A partir de uma experiência da cidade de Abaetetuba-Pará, procuraremos compreender de que maneira práticas e espaços da vida religiosa na Amazônia articulam relações de reprodução social de economias camponesas e espaços coletivos em vilarejos e áreas urbanas à cadeias de circulação de alcance local.

Ao incluir em seus ritos e sociabilidade cotidiana oportunidades para promover práticas autônomas e coletivas de produção, as instituições religiosas na Amazônia abrigam modalidades da vida econômica que o debate teórico sobre o comum, nas últimas décadas, chamou atenção de movimentos anticapitalistas e democráticos. Esse debate e as práticas dos movimentos sociais correlatos evocam formas de fazer a vida econômica que se afastam da lógica da mercadoria. Esta lógica, por outro lado, tem impregnado praticamente todas as esferas da vida no mundo contemporâneo (Tonucci Filho, 2021; De Angelis, 2007), e que são marcadas pela racionalidade neoliberal (Dardot, Laval 2017).

Na Amazônia, temos casos bastante numerosos de agremiações religiosas as quais assumem em termos locais o papel de elemento desse afastamento ou mesmo ruptura com a lógica neoliberal. Entre estes casos, se destaca a atuação da Comissão Pastoral da Terra, criada pela Igreja Católica e que representa anseios de transformação social, auxiliando o processo de organização de defesa do campesinato nos conflitos agrários que envolvem a expropriação da terra (Ferreira e Venturelli, 2015). Sua atuação permitiu a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, importante marco na luta pela reforma agrária.



Existem, portanto, duas frentes de atuação da tradição religiosa católica na Amazônia, nas quais podemos perceber diálogo com o debate do comum, enquanto crítico da ideologia individualista possessiva. Por um lado, a promoção de feiras, festividades com práticas de produção coletivas. De outro, a defesa e organização da luta pela reforma agrária e contra as injustiças sociais. São atuações importantes e cuja compreensão contribui aos estudos sobre os comuns na Amazônia. Nos interessa discutir, e tentar esclarecer a dimensão econômica de ambas as atuações, e ainda seu ajuste importante com as condições de permanência do bioma amazônico, além de todos os seus desdobramentos ambientais e climáticos, que ultrapassam o escopo desse trabalho.

### **A crítica da propriedade privada e o comum nas instituições religiosas**

Dardot e Laval (2017) debatem a existência de tradições religiosas cristãs cujos princípios são afins à uma vida material baseadas na noção do “comum”. Desde o chamado cristianismo primitivo, praticado pelos primeiros adeptos da religião e narrado nos Atos dos Apóstolos, até um amplo conjunto doutrinário que permaneceu chave para a doutrina da Igreja até a Idade Média. Segundo estes autores, a prática cristã dos primeiros séculos se aproximou de elementos da filosofia grega e latina, em especial da obra de Platão e Aristóteles, moldando um pensamento político-teológico do bem comum expresso por Santo Agostinho, e aprofundado por pensadores medievais como Abelardo. Essa tradição, contribuiu para uma desidentificação entre as práticas comunitárias em razão de sua espiritualização do comum numa visão de bem comum centrada nas questões espirituais cristãs. Entretanto, nela permaneceu a ênfase do sentido comunitário da vida material, contrária à visão individualista e - no limite - à formação de economias controladas pela propriedade privada da terra.

É verdade que desde a filosofia medieval europeia se desenvolveram tendências de cujo cerne procedeu a justificação da propriedade, em particular da obra de São Tomás de Aquino. Esse autor associou a racionalidade humana como dom de Deus a um “direito estável e perpétuo de possuir” coisas exteriores ao homem. Na sua obra tratou também de ligar o trabalho do indivíduo e a apropriação individual dos seus resultados, algo que seria fundamental na argumentação dos pensadores burgueses a partir de Locke e dos jusnaturalistas, como Grotius (Dardot e Laval, 2017)<sup>3</sup>. Em outra direção, mas dentro do catolicismo, as práticas comunitárias,

---

<sup>3</sup> Ver capítulo 6. O direito de propriedade e o inapropriável.



posses não privadas e compartilhamento igualitário do produto do trabalho foi fundamental na sociabilidade católica de mosteiros e abadias medievais.

Algumas regras monásticas chegaram a tratar a inclinação à posse individual mais singela como um vício, e a posse comum de terras e recursos como uma determinação divina. Não é de estranhar, portanto, que as lutas sociais da Europa medieval e moderna contra a emergência de sociedades de mercado ordenadas por instituições privatistas, tenham líderes e movimentos religiosos contrários à propriedade privada, à expropriação de camponeses e artesãos e à proletarização do trabalho. Foi assim nas guerras camponesas na Alemanha do séc. XVI (Araújo Caldas 2018); na guerra civil inglesa do séc XVII (Hill 1987) e até mesmo na experiência colonial, com a assim chamada república guarani, nas missões jesuíticas do Paraguai (Dardot e Laval 2017), chegando ao chamado socialismo cristão do séc. XIX (Cort 2020).

O debate promovido desde 2015 sob os auspícios do Vaticano, na chamada “economia de Francisco” (Lisboa,2020), e na encíclica *Laudato Si* (LS), contribuiu para uma renovação do debate da Igreja em torno dos dilemas sociais e da crise ambiental. Ao promover um diálogo com economistas acerca do que se denomina “nossa casa comum”, o papado de Francisco ao mesmo tempo que dialoga com a tradição de uma sintonia com a Doutrina Social da Igreja Católica, procura fazer uma discussão sobre o futuro. O objetivo desta empreitada parece ser recolocar de modo explícito a Igreja e o catolicismo no enfrentamento de disfunções das economias industriais de mercado, marcadas por consumismo e imediatismo.

A centralização da filosofia cristã da encíclica *Laudato Si* se baseia no bem-comum, com condenação da depredação dos recursos da terra, evoca uma economia do “comum”, que não confia cegamente na mão invisível do mercado, mas sim que coloca o dinheiro e os bens produzidos a serviço da comunidade, com justiça social e contra a desigualdade social. Cabe à igreja fomentar ambientes em que possa haver esse regresso à simplicidade (Lisboa,2020), bem como ampliar a divulgação da economia de Francisco em suas comunidades e instituições.

O enraizamento cultural das instituições religiosas confere à sua atuação características peculiares de acordo com o ambiente que estão envolvidas. Isso pode ser observado pela forma como os ritos acontecem, em festivais e festividades regados a produtos da terra, que são chamados cada vez mais de “dádivas do território”, com relações de laços de afeto. Como dito anteriormente, existe uma tradição cristã que influencia as práticas e o modo de vida dessas



comunidades, recentemente influenciadas também pela filosofia do bem-comum citada na economia de Francisco. A centralização na dimensão ecológica da encíclica é especialmente importante para a Amazônia, cujos conflitos de propriedade têm participação das igrejas, especialmente pela Comissão Pastoral da Terra.

Na Amazônia, em função das condições históricas de permanência de amplas áreas que não configuram propriedade privada, é possível observar formas coletivas de uso e posse da terra (Almeida, 2004). Existe uma pluralidade fundiária a ser considerada quando se fala de defesa da terra, inclusive não-mercantis. O modo de intervenção de instituições religiosas em defesa do campesinato no centro dos conflitos agrários tem o caráter filosófico cristão com a práxis materialista, fornecendo um tipo de resistência ao individualismo possessivo da visão ocidental da institucionalização da propriedade privada. Esse individualismo possessivo, de acordo com Tonucci Filho (2021), coloca os interesses individuais como superiores aos coletivos, limitando os direitos de propriedade.

A atuação de organizações religiosas como a Comissão Pastoral da Terra tem sido importante para a permanência e defesa dessas formas de uso da terra e organização de economias locais, especialmente na Amazônia, como um elemento central na resistência das lutas do campo que envolviam indígenas e posseiros. No que diz respeito à propriedade privada, é preciso atentar aos registros da CPT através dos Cadernos Conflitos do Brasil, onde foram registradas as lutas no campo brasileiro. Os cadernos possuíam temáticas sobre terra, água, trabalho, e outros, discorrendo sobre conflito de classes e demais conflitos sociais que incluíam a reforma agrária. Dentre eles, destacam-se os “conflitos por terra”, concernentes a ações de resistência pela posse, uso e propriedade da terra (Ferreira e Venturelli, 2015).

A CPT reuniu registros sobre os conflitos agrários nos seus Cadernos – conflitos no Campo Brasil, e constatou que houveram entre os anos de 1985 e 2015, 23079 conflitos por terra no Brasil. Durante o período analisado, os governos petistas concentraram 48,8% , possivelmente devido ao abandono da reforma agrária, bem como atuarem em direção aos interesses do agronegócio, e também pela regularização da grilagem. Segundo Ferreira e Venturelli (2015), o agronegócio vem suplantando a reforma agrária, avançando de maneira violenta.

Segundo um de seus fundadores, Ivo Poletto, a Comissão Pastoral da Terra - CPT teve origem em uma “geografia eclesial e política” peculiar no quadro dos movimentos, instituições



e grupos de ação católicos no Brasil. Enquanto as instituições e movimentos católicos nascidos no centro sul e nordeste do país teve como origem o mandato de evangelização em sentido estrito, a CPT “nasceu da prática das igrejas envolvidas pela violência que atingia as comunidades de índios e posseiros da Amazônia. Em termos eclesiais, isso significava o compromisso de uma igreja local com grupos sociais vítimas da violência” (Mitidiero Jr. 2008, p. 150).

Mitidiero (2008), seguindo Poletto (1997), observa que o ambiente de conflitos pela terra, como suporte e condição da permanência e reprodução social dos grupos vítimas de violência, motivou a criação da CPT e por meio dela de construção de uma práxis transformadora cujo objetivo era “atingir todos os estratos institucionais da igreja, principalmente aquele que está mais próximo do povo: a paróquia”. Abordada como uma inovação institucional, logo como um esforço de transformação válido tanto para a instituição na qual nasceu quanto para a realidade que a motiva, e a CPT foi concebida e constituída como uma estratégia de transformação social a partir dos níveis sociais mais elementares. Essa transformação deveria ser portanto religiosa mas ao mesmo tempo política e econômica, com atuação das paróquias em defesa do camponês e do trabalhador explorado ou expulso de sua terra.

Os princípios que motivaram a criação da CPT se difundiram na experiência pastoral e eclesial da Amazônia e demais regiões do país (Mitidiero 2008). A instituição segue como referência na defesa de direitos sociais no campo na Amazônia, e na organização de diferentes aspectos da vida comunitária católica. Essa atuação tem sido importante na promoção de valores coletivos e nas lutas sociais do campesinato.

A CPT é uma organização com atuação direta na defesa da terra e está presente em muitos lugares na Amazônia apoiando a luta dos trabalhadores rurais. Seu empenho principal é a defesa da permanência na terra de posseiros e acesso à terra de trabalhadores sem-terra nos estados da Amazônia e outras regiões do país. Muitos dos processos de expropriação desses trabalhadores camponeses é feito com base em um ideário de progresso capitalista, cercando comuns e minando práticas sociais e tradições culturais responsáveis por reproduzir comunidades (Tonucci Filho, 2021).

A atuação da CPT diz respeito à defesa da organização camponesa do território, a qual para os trabalhadores e trabalhadoras do campo é voltada para suprir as necessidades



existenciais, e não somente a produção de mercadoria para comercialização, como acontece com o agronegócio. A organização da igreja faz parte de uma organização da existência a partir da percepção do espaço em que se vive, cuja organização é condicionada pela significação que este tem para os seus indivíduos (Cabral, 2021).

O que ocorre no tipo de troca efetuada em algumas instituições religiosas com influência da renovação carismática e teologia da libertação, é a reprodução de uma organização territorial material não-capitalista camponesa, cuja exploração do espaço ao redor voltada para reprodução material e simbólica do mundo camponês. Desse modo, a terra, a força de trabalho e a produção bem como eventuais ganhos de comercialização pertencem à classe camponesa, que mantém o princípio de autogestão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (Cabral, 2021).

A noção de propriedade nas instituições e práticas religiosas é muitas vezes reconstituída em termos comunitários, por meio dos ritos e festividades que evocam valores sociais coletivos que hoje são hoje não hegemônicos em função da difusão legal e prática da propriedade privada. Além do abandono dos valores sociais coletivos, a propriedade quando instituída afirma intrinsecamente processos de exclusão, mesmo tratando-se de propriedades públicas, cujo titular é o estado (Tonucci Filho, 2021). A liberdade do proprietário privado é exercida a despeito da liberdade de outros agentes, possuindo uma prática política que é potencialmente violenta.

Outras instituições eclesiásticas católicas atuam em causas afins a da CPT, como as pastorais sociais e o Conselho Indigenista Missionário- CIMI. Segundo Perani (2018), o CIMI está presente em todos os Estados da Amazônia e tem o objetivo de fortalecer a atuação em defesa dos povos indígenas e o protagonismo destes na defesa de suas terras e direitos.

Em direção oposta, o fortalecimento e difusão do agronegócio nas últimas três décadas aprofundou os processos de exclusão e conflito no campo. O setor contribuiu para forçar a estrutura fundiária do país na direção da reconcentração da terra, inclusive por meios ilícitos como a grilagem de terras públicas (Pompéia 2021; Alentejano 2020). A lógica do cercamento, presente na história do desenraizamento da economia e instituição da propriedade privada, levada ao extremo no Brasil constituiu as múltiplas formas de expropriação do comum, combatida por novos atores sociais como a Comissão Pastoral da Terra (Ferreira e Venturelli, 2015)



É importante destacar que esse é um processo característico das economias capitalistas. Desde a experiência pioneira na Inglaterra, a transformação do solo em mercadoria em meados do século XVI vem acontecendo associada à violência (Thompson 1998; Tonucci Filho 2021). No Brasil esse histórico também é violento, e por a importância do que foi modificado devido ao papel de agentes religiosos, especialmente a criação da Comissão Pastoral da Terra.

A realidade fundiária brasileira é marcada por desigualdade, ilegalidade e violência. A herança colonial foi renovada no séc XIX pela Lei de Terras de 1850, a qual estabeleceu a propriedade privada a partir do regime colonial de sesmarias, e conservando suas características institucionais e sociais, como a seletividade social anti popular, por ex. Foi um marco para a lógica mercantil na institucionalização da propriedade privada no Brasil, e um passo atrás para a territorialidade, a qual segundo Almeida (2004) é fator de identificação, defesa e força. Aqui, o campesinato se baseia na relação de trabalho familiar. Os conflitos surgem também desse fato ser completamente negligenciado, e vêm sendo comprovados pela CPT desde 1975 (Ferreira e Venturelli, 2015), quando defenderam as vítimas do golpe militar. A CPT permitiu através de sua atuação, a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, além de outros movimentos com o objetivo de promover justiça social no campo.

### **Atuação da Igreja Católica e economia do comum na Amazônia – Abaetetuba - Pará**

Situada na região do Baixo Tocantins, Abaetetuba possui 160.439 habitantes distribuídos em 87,61 habitantes por km<sup>2</sup>, localizada a 60 km da cidade de Belém do Pará. Trata-se do sétimo município mais populoso do estado do Pará, e é formado por dois distritos: Abaetetuba (Sede) e a Vila de Beja, possuindo também uma zona rural composta por ilhas, estradas e ramais (Ferreira, 2020). Comunidades quilombolas como São Alto, Baixo Itacuruçá, Campopema, Jenipaúba, Acaraqui, Igarapé São João (Médio Itacuruçá), Arapapu, Rio Tauaré-Açú, Arapapuzinho e Rio Ipanema, se fazem presentes em aproximadamente 701 famílias, segundo dados da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

A delimitação do município com marcada presença da zona rural reflete modos de produção e troca em seu espaço, conectado por núcleos de interação econômica. Feiras e igrejas compõem esses núcleos, organizados de tal modo a cumprir funções sociais específicas de acordo com os hábitos institucionalizados da população que os frequenta. Neste trabalho, foi observada a conexão do núcleo religioso do município de Abaetetuba com os hábitos



alimentares e cultura de consumo observados na feira da cidade, onde são experimentados múltiplas formas de consumir e efetuar trocas que traduzem a cultura local.

Existe uma forte relação do comércio desenvolvido na Feira com a estrutura econômica do município, cuja pecuária conta com bovinos, suínos e caprinos, comercializados ao ar livre e cuja produção de açaí se destaca como segundo maior produtor de açaí do Pará (Ferreira,2020). O setor terciário predominante da região, juntamente com a pecuária e polo pesqueiro, contribuem juntos para a composição de um município que, com suas 72 ilhas na confluência do Rio Tocantins com o Pará, apresente uma rica e diversa cultura de consumo em festivais e feiras, com núcleos que se conectam pelos rios, confluindo em seus centros comerciais como a Feira de Abaetetuba e as festividades da cidade (religiosas ou não).

A economia do município de Abaetetuba, considerando sua parcela “formal”, é concentrada na prestação de serviços à demanda local e microrregional. Considerando a média brasileira, o município possui uma parcela extensa da população no campo: 41,18% dos habitantes vivem em área rural. O setor terciário corresponde a 82,86% do PIB, e o município vem experimentando uma transformação nas relações de produção. Essas mudanças têm afetado principalmente os habitantes que se deslocam das áreas ribeirinhas localizadas nas diversas ilhas que formam um complexo hidrográfico de aproximadamente 35 colônias e comunidades rurais (Quaresma et al, 2015). Seu PIB per capita é de R\$ 9.046,13, com 93,1% das receitas oriundas de fontes externas<sup>4</sup>.

É necessário dizer que os hábitos alimentares da população vêm apresentando mudanças (Nascimento e Guerra, 2016) que refletem a redução dos recursos naturais, a diminuição das áreas de produção agrícola e o aumento do valor comercial da produção. Uma decorrência importante desse cenário é a redução da autossuficiência das famílias e o aumento da produção de açaí enquanto elemento gerador de renda. É o caso de comunidades quilombolas como a do baixo Acaraqui, de acesso fluvial, parte do território quilombola das ilhas de Abaetetuba (Nascimento e Guerra, 2016). Trata-se de uma realidade que influencia práticas produtivas e alimentares que irão compor os espaços de circulação e troca no município, conectado pelos rios, tais como as feiras e igrejas. A feira de Abaetetuba, por exemplo, absorve as práticas e cultura alimentar da conexão de mais de de 10 municípios adjacentes, exercendo importante papel como centro de referência para satisfação das necessidades da população.

---

<sup>4</sup> Dados do IBGE em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/historico>.



A experiência de interação entre vida religiosa e economia local que é objeto de nossa atenção aqui se localiza no município de Abaetetuba, no Estado do Pará. Trata-se de evento organizado pela Paróquia do Cristo Redentor, no município de Abaetetuba-Pará, que foi denominado Festival do Açaí. O festival do açaí

Ocorreu na Paróquia do Cristo Redentor, no município de Abaetetuba-Pará, parte da Diocese de Abaetetuba, localizada na rodovia Dr. João Miranda, a aproximadamente 2 km do centro do município. Existe uma experiência de atuação dos agentes da Igreja Católica na promoção de festejos e atividades comunitárias onde há elementos do comum, como ocorreu na festividade a relatada neste estudo, quando mais de 500 pessoas se reuniram em 5 de setembro de 2021. Foram doados alimentos como carnes de caça (capivara), carne bovina, suína e frango por diversas comunidades eclesiais ao redor de Abaetetuba, juntamente com os litros de açaí que deram nome à festividade.

Todo o açaí foi doado por produtores locais, bem como os demais alimentos. O açaí (*Euterpe olerácea*) faz parte, dentre outras combinações, do binômio “açaí e charque”, como é conhecida a carne seca no município e em muitas regiões do Pará. É consumido combinado também com camarões, carne de caça, e farinha de mandioca nos mais diversos espaços, desde quilombos (onde protagoniza o sistema de trocas com peixes e camarões) até feiras e igrejas. No relato feito neste trabalho observou-se a importância do açaí, o qual é comprado por comunidades no próprio município de Abaetetuba (Nascimento e Guerra,2016).

A crescente valorização da produção local do açaí, devido ao crescimento da sua demanda influencia a mudança no desenho da economia de autoconsumo e trocas para a comercialização. A coleta do açaí é uma atividade menos penosa e mais rentável, de acordo com relatos de famílias de comunidades quilombolas de Abaetetuba (Nascimento e Guerra,2016), e as mudanças nas práticas de produção, e o investimento das famílias em atividades com maior interesse econômico e especialização de sua produção refletem os hábitos e relação estreita entre as comunidades e o comércio local, com transações locais de compra e venda de alimentos. A igreja atua nesse ínterim enquanto espaço de trocas e ponto de encontro onde irá emergir elementos de economia do comum a partir da cultura alimentar, e características econômicas das comunidades que formam o público que a frequenta.

A conexão do festival do açaí com a economia local se faz notória quando se consideram aspectos que concernem a economia da região. Trata-se de uma região repleta de comunidades



tradicional, as quais se conectam por uma ou mais comunidades eclesiais de base. Eventos como o "Festival do açaí" movimentam essas comunidades, e sua produção de açaí e de carne de caça, que é uma característica peculiar dos hábitos alimentares no município. Abaetetuba é um dos maiores produtores de açaí do estado do Pará, com diferentes tipos de manejo (Nascimento e Guerra.2016). A população local aprecia muito o consumo da polpa do açaí acompanhada de carne de caça, principalmente de capivaras (*Hydrochoerus hydrochaeris*). Os acompanhamentos formados pelo binômio "açaí e carne" (de caça, carne bovina ou suína) refletem as práticas alimentares da população e fortaleceram perspectiva de um próximo festival, já planejado para o próximo ano.

No caso da festividade que relatamos aqui, os elementos que formaram a festividade incluíram o protagonismo de um produto local, gerador de renda e importante parte da cultura alimentar da região, bem como trocas baseadas em reciprocidade, com objetivos voltados para o bem comum. Vale destaque o fato de que o montante auferido com a venda dos pratos foi utilizado para erguer e reformar o centro que hoje é utilizado para vendas dos produtores locais. A precificação é baseada na capacidade de pagamento da população (Figura 1).

A entrevista cuja fonte deu origem às informações contidas nesse trabalho foram fornecidas pela secretaria da Paróquia Cristo Redentor. Segundo as informações fornecidas ela, foram mais aproximadamente de dez núcleos das comunidades eclesiais que participaram da organização do evento, doando açaí e carnes de caça. Mais de 500 pessoas participaram do evento, evidenciando o fato de que a igreja funcionou como elemento de dinamismo da produção local naquele dia.

Atualmente, as festividades reúnem barracas fixas de 10 produtores locais com as vendas de sua produção. As vendas fazem parte das práticas da paróquia do Cristo Redentor, e reforçam o fazer-comum, com produção que reflete a cultura alimentar das comunidades. Devido a sua regularidade e conexão com diferentes espaços do território de Abaetetuba, as vendas da paróquia, baseadas no poder de pagamento dos fiéis e não raro baseadas em objetivos coletivos (construções, doações), configuram elementos importantes para o estudo da economia do comum no campo e na Amazônia.

Figura 1. Festividade de religiosa na paróquia Cristo Redentor. Novembro, 2021



Fonte: Acervo dos autores.

Embora tenha se observado a presença de carne de caça na feira e na festividade religiosa aqui relatada, é necessário observar que muitas vezes a prática é pautada pela necessidade humana de subsistência, permeada pelo respeito à sazonalidade da prática alimentar, como é o caso da forma que a prática se dá em determinado contexto socioeconômico. Abaetetuba reflete o caso de uma institucionalização da cultura alimentar que emerge em ambientes diversos, como é o caso de igrejas e feiras, sendo possível e cabível a reflexão acerca desses hábitos com a necessidade de preservação ambiental dos animais de caça, a sazonalidade das práticas a eles referentes e sua presença na alimentação da população, seja ela em feiras, igrejas e outros espaços de representação cultural.

O encontro da necessidade da população com a disponibilidade de recursos do entorno contribui para a formação dos hábitos a serem formados e reproduzidos, como é o caso da comercialização das carnes de caça nas feiras e sua presença em núcleos de troca, como ocorre no “Festival do Açaí” na paróquia do Cristo Redentor, objeto de estudo deste trabalho. A Paróquia reproduziu em um dia através do festival do açaí, os hábitos de troca de sua feira principal, comercializando açaí e carne de caça, proveniente da produção de suas comunidades predominantemente rurais.

As práticas das instituições religiosas na Amazônia de promoção de feiras e festividades não são recentes: as festividades religiosas são um traço das religiões em geral e do catolicismo em particular. O naturalista Alfred R. Wallace (1823-1913) que esteve na Amazônia no séc. XIX se impressionou com a frequência, duração e engajamento da sociedade local com estes festejos (Wallace 2004). Um século mais tarde, o antropólogo Charles Wagley deixou um vivo relato das festividades de São Benedito no município de Gurupá (Wagley



1957). Esses festejos, embora possam ser vistos como folguedos ou tempo de não-trabalho, tem significado econômico importante, em particular nos municípios e localidades de pequena população. As festas atraem e reúnem visitantes em momentos bem conhecidos, e esperados, o que movimenta diferentes setores da vida econômica, direta e indiretamente. O exemplo mais óbvio é a importância econômica da festa do Círio de Nazaré, em Belém, de enorme significado no calendário do comércio e serviços do município (Costa et al 2008).

Ainda atualmente, as festividades religiosas na Amazônia se conectam a relações sociais peculiares dos hábitos do campesinato na Amazônia. Em muitos casos, as festas incorporaram algum sincretismo religioso, o que ampliou sua apropriação popular. Os eventos conservam também elementos de reciprocidade comunitária articulada à visão cristã de partilha (Custódio et al 2019, Rodrigues 2009; Andrade 2021). Em alguns casos, até mesmo as regras de precificação dos produtos consideram critérios do costumes e do hábito. É característico da reprodução social camponesa a produção para o próprio consumo e a comercialização de excedentes, e de modo secundário a aquisição de mercadorias. Essas práticas econômicas encontram eco e respaldo nos hábitos de instituições várias religiosas católicas.

Segundo Perani (2018), um processo de renovação estrutural das dioceses na Amazônia aproximou a igreja das comunidades mais intensamente. Houve investimento na formação de agentes de pastoral, padres, freiras e outros atores sociais do ambiente católico com o intuito de dar mobilidade ao clero. As igrejas locais passaram a ter mais autonomia, fato que influencia diretamente a promoção de práticas com relações de troca e reciprocidade nas paróquias e dioceses.

Com tais mudanças, a igreja parece buscar acompanhar as mudanças na configuração política e socioeconômica no mundo contemporâneo, e a maneira como essas transformações atingem as comunidades amazônicas, em particular. As relações entre as comunidades, paróquias e dioceses de um mesmo território têm um potencial político de influência, criação e difusão de hábitos de pensamento e ação. As comunidades eclesiais de base (CEBs)<sup>5</sup>, unidades desta religiosidade enraizada, estão muito presentes no território amazônico. As CEBs são comunidades formadas para celebrar os ritos católicos e desenvolver atividades das pastorais

---

<sup>5</sup> Raymundo Heraldo Maués (2010) destacou o papel de comunidades eclesiais de base na mesorregião do nordeste paraense. São comunidades amazônicas re-inventadas por agentes pastorais católicos nos últimos anos, desde a segunda metade do século XX. Além disso, o autor demonstrou haver papel relevante das comunidade entre os camponeses na microrregião de altamira, favorecendo a emergência de novas formas de cidadania (Maués, 2012).



sociais (Perani, 2018). O seu padrão de engajamento é orientado por uma religiosidade comunitária que valoriza a solidariedade como virtude cristã.

As mudanças convergem e se fortalecem com a formação de laços sociais comunitários na esfera da reprodução social comunitária, que inclui a produção e circulação de meios materiais de sobrevivência, mas incluem os próprios laços políticos e afetivos que se reforçam nos ritos e festividades. Segundo Maués (2010), o processo de renovação pelo qual a Igreja Católica passou nas últimas três décadas inclui a emergência de novas formas de cidadania, ação política e reciprocidade. Muitas vezes as comunidades influenciam a organização social em mobilizações políticas a partir de uma identidade étnica local, incluindo lutas em torno, por exemplo, de melhorias para o povoado.

As CEBs reproduzem uma forma de operar voltada para a transformação social e à práxis libertadora, influenciando e intervindo em questões materialistas fundamentadas em uma premissa filosófica de contraponto à pobreza e exploração (Feitosa e Silva, 2015). A multiplicação desses núcleos nas últimas décadas faz parte de uma macro estratégia de caráter político-territorial para não perder adeptos, ou mesmo retardar o processo das perdas existentes por parte das igrejas evangélicas. Desde os anos 1970 as práticas político-religiosas tem sido implementadas no países subdesenvolvidos da América Latina, em uma referência à ideologia marxista da luta de classes da igreja Católica. A ideia do movimento atual de renovação é atribuir um caráter de novidade capaz de manter os fiéis nas igrejas sem perder os fundamentos da teologia da libertação.

A intervenção social das CEBS é orientada pela Teologia da Libertação (TL), e os agentes da Igreja Católica possuem o papel de forjar as comunidades em “comunidade social num sentido social da evangelização”, inventando a comunidade e o quilombo, estimulada a lutar por seus direitos. No que diz respeito à circulação de alimentos e produção local, temos aí um exemplo de fortalecimento da identidade cultural de uma comunidade em um determinado território, promovido por uma CEB. Atualmente, o engajamento político visando a transformação social se combina à Renovação Carismática, sem perder os elementos fundantes das Comunidades Eclesiais de Base (Feitosa e Silva, 2015).

A atuação de uma CEB permite a menção da chamada “antropologia da territorialidade”, pois sempre que é inventada uma comunidade, com sua identidade própria, existe uma complementaridade da historicidade do território onde a CEB atua e os conceitos



que passam a ser utilizados. Existe na criação de conceitos territoriais uma atividade política que reconhece legalmente o que já existe socialmente (Maués, 2010). A partir da experiência de uma paróquia de Bujaru, Maués (2010) demonstrou como é possível haver mudanças importantes introduzidas pelos agentes da Igreja, e sua relação com os movimentos sociais e associações adjacentes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do “festival do açaí” na cidade de Abaetetuba nos mostra que existe uma possibilidade de subversão da lógica neoliberal da mercadoria, pois promove práticas autônomas e coletivas de produção, longe da racionalidade liberal, cuja precificação se baseia numa lógica de solidariedade.

As igrejas são elementos centrais para o resgate de valores coletivos, e engajam diversas lutas sociais, no combate à lógica individualista dos direitos de propriedade. Nesse intuito, vêm passando por mudanças importantes de suas estruturas, ampliando estruturas eclesiais e pastorais sociais com destaque para o Conselho Indigenista e a Comissão Pastoral da Terra. São mudanças que as tornam multiplicadores de espaços onde se cultiva a lógica da solidariedade e trocas baseadas em costumes.

As pastorais e as comunidades eclesiais de base contribuem enquanto representantes da Igreja Católica nos territórios, com uma visão coletiva de propriedade, ao passo que contribuem com a ruptura da lógica herdada pelo individualismo possessivo característico da instituição da propriedade privada. Atuando em duas frentes de atuação que abrangem promoção de festividades e práticas de produção coletiva, juntamente com a defesa e a organização da luta no campesinato, especialmente a reforma agrária, as instituições religiosas se fazem presente como elementos centrais na luta por justiça social e novos hábitos de produção nos territórios amazônicos.

A mobilização de festas religiosas contribui muito para multiplicar os saberes e movimentar a economia em cidades pequenas, com alto índice de desemprego e com diversos núcleos como colônias e agrovilas nos rios. As igrejas funcionam como propagadoras da economia do comum, difundindo uma cultura e lógica de consumo próprias de um dado território, como acontece em Abaetetuba através da Paróquia Cristo Redentor.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, P. **A hegemonia do agronegócio e a reconfiguração da luta pela terra e reforma agrária no Brasil.** Caderno Prudentino de Geografia, v. 4, n. 42, p. 251-285, 2020.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, 2004.

ANDRADE, Rodrigo Fadul. **Festas religiosas, cidades e espaços públicos: apontamentos etnográficos sobre a devoção mariana em três cidades amazônicas.** Revista Educação e Humanidades, v. 2(2), 2021.

ARAÚJO CALDAS, Marcos José. **Lutero, Müntzer e a Revolução do Homem Comum (1524-1525).** Intellèctus, v. 17, n. 2, p. 1-25, 2018.

CABRAL, C.A. **A produção da existência e resistência da classe camponesa : uma análise fenomenológica de suas lutas contra a lógica do capital.** 1. ed. - Jundiá [SP] : Paco, 2021.

CACCIAMALI, M. C. **A economia informal 20 anos depois.** Indicadores Econômicos FEE.1994

COSTA, Francisco A.; DINIZ, Marcelo B.; FARIA, Alexandre M. M. F.; SANTOS, José N. A. COSTA, José A. **O Círio de Nazaré de Belém do Pará: Economia e fé.** Revista Amazônia: Ciência & Desenvolvimento. Belém: Banco da Amazônia, v 3(6), 2008.

CORT, John C. **Christian Socialism: An Informal History, With an New Introduction by Gary Dorrien.** Orbis books, 2020.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão et al. **As práticas culturais/religiosas afroindígenas na Amazônia.** Revista Caminhos-Revista de Ciências da Religião, v. 17(1), 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI.** Boitempo Editorial, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Propriedade, apropriação social e instituição do comum.** In: *Tempo social*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 261-273, 2015.

FERREIRA, G.H.C. VENTURELLI, R.M. **A Comissão Pastoral da Terra e os 30 anos de documentação sobre o campo brasileiro (1985-2014).** Boletim Campineiro de Geografia. Vol.5, 2015

FERREIRA, Hellen Rosalda da S. **Animais Silvestres na Feira de Abaetetuba-Pará: Uma análise à luz da regulamentação ambiental como um instrumento de "conscientização" / Hellen Rosalva da Silva Ferreira. — 2020. Disponível em : <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/13459>**



DE ANGELIS, Massimo. **The beginning of history: value struggles and global capital.** London; Ann Arbor, MI: Pluto, 2007.

HILL, Christopher. **O mundo de ponta-cabeça: idéias radicais durante a Revolução Inglesa de 1640.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LISBOA, A.M. **A economia de Francisco.** P2P & Inovação. Vol.6.2020

MACHADO, L.O. **Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia Brasileira.** Cadernos IPPUR.1999

MAUÉS, R.H. **Novas formas de afirmação de cidadania na Amazônia Oriental Brasileira: Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), camponeses e quilombolas. In Religião, política e cultura na América Latina.** Novos Olhares. Editor: Cristian Parker Gumucio. Instituto de Estudios Avanzados Universidad de Santiago de Chile.2012

MAUÉS, R.H. **Comunidades “no sentido social da evangelização”:**CEBs, camponeses e quilombolas na Amazônia Oriental Brasileira. Religião e Sociedade, vol.30 ,2010

NASCIMENTO, Elio da C. GUERRA, Gutemberg A.D. **Do avortado ao comprado: práticas alimentares e a segurança alimentar da comunidade quilombola do baixo Acaraqui, Abaetetuba, Pará .** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 11, n. 1, p. 225-241, jan.-abr. 2016.

NEGRI, Antonio. **Comum, entre Marx e Proudhon.** Resenha originalmente publicada no II Manifesto, em 6 maio 2014. Trad. UniNômade. (p.282-286). Disponível em: <http://uninomade.net/tenda/comum-entre-marx-e-proudhon/>. Acesso em: 20 jul. 2016. .

NEGRI, A . **O comum como modo de produção.** Texto originalmente publicado em EuroNomade, em 10 jul. 2016. Trad. prel.: Mario Marino. Original disponível em: <http://www.euronomade.info/?p=7331> . Acesso em: 7 nov. 2016.

PERANI, C. **A igreja na Amazônia: criatividade, dinamismo e vitalidade.** Cadernos do CEAS. Nº 244, 2018

POLETTO, IVO; TERRA, A. **a Vida em Tempos Neoliberais.** Uma releitura da história da CPT. Comissão Pastoral da Terra, A Luta pela Terra: a CPT. São Paulo; Paulus, 1997.

POMPÉIA, C; **Formação política do agronegócio.** Ed. Elefante, São Paulo, 2021.

QUARESMA, M.; SOMBRA, D.; LEITE, A.; CASTRO, C. **Periodização econômica de Abaetetuba (PA) a partir de sua configuração espacial.** Revista Percursos. Vol.16. 2015

RODRIGUES, Carmem Izabel. **Festividades mestiças na Amazônia.** História revista, v. 14(1), 2009.



TONUCCI FILHO, J.B.M. **Entre o privado, o público e o comum: repensando os direitos de propriedade da terra.** Revista Direito e Praxis. Vol. 20. 2021

THOMPSON, E.P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WALLACE, Alfred Russel. Viagens pelo Amazonas e Rio Negro. Edições do Senado Federal ; v. 17. Brasília, 2004.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos.** Brasíliana, 1957.

**Artigo recebido em: dezembro/2021**

**Artigo aceito em: fevereiro/2022**



## AS LUTAS E CONQUISTAS DAS QUEBRADEIRAS DE COCO DO BICO DO PAPAGAIO EM “*RAIMUNDA, A QUEBRADEIRA*”

### *THE STRUGGLES AND CONQUESTS OF WOMEN EXTRACTIVE IN BABAÇU COCO IN THE BICO DO PAPAGAIO REGION IN “RAIMUNDA, A QUEBRADEIRA”*

Milena Botelho Azevedo Lena<sup>1</sup>

#### RESUMO

Durante décadas, as mulheres quebradeiras de coco da região do Bico do Papagaio, extremo Norte do Tocantins, mobilizaram-se para transformar a realidade social da região. Defensoras do extrativismo, da agroecologia e da organização comunitária, elas ainda lutam para dar visibilidade à realidade enfrentada no dia a dia durante o trabalho da quebra do coco babaçu nesse território. Até hoje, a prática da quebra de coco é ameaçada constantemente por fatores ligados ao agronegócio e o acesso pelos donos das fazendas ou mesmo a baixa competitividade dos produtos oriundos do babaçu. Isso posto, este artigo traz uma discussão com viés metodológico exploratório construída a partir da literatura e do documentário *Raimunda, a Quebradeira*, com foco no extrativismo do babaçu e na participação feminina, com destaque para a líder das quebradeiras de coco, dona Raimunda Gomes da Silva, que contribuiu com as reflexões sobre as dinâmicas das relações sociedade-natureza no Bico do Papagaio, região norte do Estado do Tocantins.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agroecologia. Protagonismo feminino. Tocantins. Extrativismo.

#### ABSTRACT

For decades, women coconut breakers in the region of Bico do Papagaio, in the far north of Tocantins, have mobilized to transform the social reality of the region. Defenders of extractivism, agroecology and community organization, they still struggle to give visibility to the reality they face on a daily basis while working to break the babassu coconut in this territory. Until today, the practice of coconut breaking is constantly threatened by factors related to agribusiness and access by farm owners or even the low competitiveness of products from babassu. That said, this article brings a discussion with an exploratory methodological bias built from the literature and documentary *Raimunda, a Quebradeira*, with a focus on babaçu extractivism and female participation, with emphasis on the leader of the coconut breakers, Mrs. Raimunda Gomes da Silva, who contributed with reflections on the dynamics of nature-society relations in Bico do Papagaio, northern region of the State of Tocantins.

**KEYWORDS:** Agroecology. Female protagonism. Tocantins. Extractivism.

---

<sup>1</sup>Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Graduada em Comunicação Social - Habilitação em Jornalismo (Rádio e TV), pela Universidade do Tocantins (UNITINS) Pós-Graduação em Comunicação Empresarial e Marketing, pela Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS) Pós-graduanda em Comunicação, Sociedade e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins (UFT)



## INTRODUÇÃO

Novos papéis e lugares foram dados às mulheres na sociedade contemporânea. As últimas décadas foram caracterizadas por mudanças profundas que afetaram a vida das mulheres. Por exemplo, a realização dos direitos de voto das mulheres e uma forte penetração no mercado de trabalho, mas ainda existe muito a discutir e a percorrer quando o assunto é igualdade de gênero. Muitas das vezes os salários entre homens e mulheres são desiguais. Mesmo que as mulheres representem uma maior parcela na população, em muitos espaços são encontradas em minoria, a exemplo da representatividade parlamentar. Lutar pelos direitos da mulher é permanente, e nesse âmbito, aspectos econômicos, sociais e culturais não podem ser deixados de lado (DAVIS, 2016; LENA; PÔRTO JÚNIOR, 2018).

Por décadas, as famílias brasileiras viveram assim e as pessoas viam as mulheres dessa forma. No extremo norte do Estado do Tocantins, na região do Bico do Papagaio, algumas mulheres resolveram quebrar o preconceito de que as mulheres não podem ocupar espaços sociais fora da família, e enfrentam o desafio de ocupar outros espaços, até mesmo em termos de renda familiar, o famoso papel do ganha-pão. Nesse período, a imagem masculina ainda era proeminente e dominava a tomada de decisões da família e até da comunidade, pois a cultura local ainda acreditava que as mulheres eram desamparadas e incapazes de galgar o próprio espaço. Devido a muitos desses aspectos estarem profundamente arraigados, fazem com que as mulheres que vivem nessas comunidades raramente participem de atividades coletivas de produção ou participem do espaço de discussão e tomada de decisões na comunidade, pois para essa abordagem, existe o trabalho “extra casa”, o que é para muitas famílias ainda um desafio moral (ROCHA, 2011; PIZZIO; CECCHIN, 2015; BRITO; ALMEIDA, 2017; LENA; PÔRTO JÚNIOR, 2020).

A região do Bico do Papagaio, situada no norte do Estado do Tocantins configura-se como um espaço de confluência com os estados do Maranhão e do Pará. Neste território, uma variedade de situações em áreas rurais, afetadas por fatores endógenos e exógenos são apresentadas, além do avanço das fronteiras agrícolas na região, lutas e conflitos pela terra, planos e projetos de governo etc. O Bico do Papagaio faz parte da zona de fronteira e deu-lhe uma certa singularidade. Isso porque, como outros pesquisadores já comprovaram, esse é um fenômeno que leva à reorganização do espaço nacional repleto de complexos processos sociais, econômicos e políticos (DUVERNOY, 1994; FOWERAKER, 1982; MARTINS, 1997).



Durante décadas, as trabalhadoras rurais da região do Bico do Papagaio, se mobilizaram para mudar a realidade social da região. Nos últimos anos, elas têm sido defensoras do extrativismo, da agroecologia e das organizações comunitárias, e suas lutas têm sido reconhecidas pela sociedade e pelo poder público. As mulheres extrativistas do coco babaçu, conhecidas como quebradeiras de coco babaçu, possuem importante papel histórico, econômico, social, político, ambiental e cultural na chamada "região dos babaçuais". Mais de 400.000 mulheres do extrativismo agrícola participaram da extração do coco babaçu, mas essa atividade está constantemente sob ameaça, seja para impedir que essas mulheres entrem em contato com os babaçus, seja pela expansão do agronegócio em áreas dominadas por babaçu; ou pela dificuldade da venda dos produtos dos oriundos do babaçu.

Figura 1 – Na região do Bico do Papagaio, mulheres lutam para ter acesso às terras para extrair o coco babaçu.



Fonte: Material de divulgação do Documentário *Raimunda, a quebradeira*

Embora muitas pesquisas tenham sido realizadas nos últimos anos, com abordagens distintas, sobre o trabalho, a cultura e tradição, relação social, proteção dos saberes, entre outros aspectos do cotidiano das quebradeiras de coco babaçu, cabe empreender discussões teóricas e



empíricas com foco nas lutas, direitos e conquistas dos grupos de mulheres espalhadas pelos estados brasileiros (NUNES, 2020), em especial no Tocantins.

Isso posto, este artigo traz uma discussão com viés metodológico exploratório construída a partir da literatura e do documentário *Raimunda, a quebradeira*, dirigido por Marcelo Silva e que foi vencedor da etapa tocantinense do DoCTV III, promovido pelo Ministério da Cultura.

Figura 2 – Dona Raimunda, líder e representante das mulheres extrativistas de coco babaçu do Bico do Papagaio.



Fonte: Material de divulgação do Documentário *Raimunda, a quebradeira*.

Lançado em 2007, o audiovisual apresentou a história das quebradeiras de coco da região do Bico do Papagaio do Estado do Tocantins, por meio da trajetória da Dona Raimunda, que, em conjunto com outros representantes locais, deu início ao Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Esse movimento teve como principal pauta a luta para que as quebradeiras de coco pudessem ter acesso às terras públicas e privadas que continham a palmeira do coco babaçu; e para que as palmeiras não fossem derrubadas. Com foco no extrativismo do babaçu e na participação feminina como marco para as reflexões sobre as dinâmicas das relações sociedade-natureza no Bico do Papagaio, o artigo objetiva-se



averiguar se a produção do documentário conferiu visibilidade à região e às quebradeiras e, ao mesmo tempo, a Dona Raimunda, enquanto líder e representante das mulheres extrativistas de coco babaçu. O estudo discorre na parte teórica sobre a região do Bico do Papagaio como território de pertencimento. A segunda denominada de extração do babaçu trata de uma discussão teórica baseada no referido documentário.

### **Bico do Papagaio como Território de Pertencimento das Quebradeiras de Coco**

A região do Bico do Papagaio constitui-se em uma área de fronteira entre os estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Situada no norte do Estado do Tocantins, próximo às margens dos rios Araguaia e Tocantins, cujo formato da confluência, lhe inspirou o nome Bico do Papagaio.

Essa região, tem sua dinâmica de ocupação territorial ligada à presença de indígenas e quilombolas, além dos migrantes das frentes de expansão mais antiga, formada por trabalhadores dos estados do Nordeste, como Maranhão, Ceará e Piauí. Famílias que buscavam terras desocupadas para a prática da agricultura e do extrativismo, consolidando a dinâmica de produção de subsistência que caracteriza a região (SOUSA; SILVA, 2017; VIEIRA, 2018). Conforme análises dos autores Rocha (2011) e Vieira (2018), neste território as dinâmicas socioambientais são diferenciadas, como a do extrativismo do babaçu, além de se encontrar na área de expansão da fronteira agrícola brasileira, em direção à Amazônia. Por essa razão, a região foi alvo de fortes investimentos, políticas de incentivos produtivos e fiscais, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, período da ditadura militar no Brasil, além da ação de grileiros, que se apropriaram de vastas extensões de terra na região.

Figura 3 – No Bico do Papagaio, atividade extrativa do babaçu traz renda para as famílias da região.



Fonte: Material de divulgação do Documentário *Raimunda, a quebradeira*.

A região, por fazer parte de uma região de fronteira, já lhe confere certas singularidades (ROCHA, 2011; PIZZIO; CECCHIN, 2015; BRITO; ALMEIDA, 2017; LENA; PÔRTO JÚNIOR, 2018). Isto porque, conforme pode ser atestado pela literatura, esse é um fenômeno responsável pela reorganização do espaço nacional recheado de inúmeros e complexos processos sociais, econômicos e políticos (FOWERAKER, 1982).

Um dos aspectos que distingue a agricultura familiar, conciliada com as lides agrícolas, fazendo parte da vida desses segmentos de agricultores. O babaçu contribui significativamente para a reprodução social e econômica dessas famílias. Assim, a presente proposta de pesquisa concentra-se no extrativismo do babaçu e na participação feminina como marco para as reflexões sobre as dinâmicas das relações sociedade-natureza no Bico do Papagaio, região localizada no extremo norte do estado do Tocantins.

Para Martins (1997), a fronteira é um local de conflito social que faz parte do processo de incorporação capitalista, onde os pequenos agricultores da frente demográfica, após limparem a terra e tornarem as áreas prontas para a produção de mercadorias, são expulsos pela chegada do capital empresarial, seja por meio da violência direta ou pela dinâmica de desenvolvimento econômico que se instala. Martins também afirma serem esses espaços um



lugar de contradições, pode-se afirmar que o Bico do Papagaio é um lugar de encontros e desencontros e nele se estabelecem novas relações marcadas por confrontos entre grupos humanos com diferentes visões de mundo.

Segundo Hébette e Acevedo (1979) essa era uma região considerada socialmente e economicamente pobre, que possuía uma estrutura produtiva predominantemente rural sendo que nos últimos 50 anos, tem sofrido profundas transformações tendo como principais fatores de modificação a abertura da rodovia BR 153 (Belém-Brasília), a expansão da fronteira agrícola a partir do sudoeste do Maranhão e sudeste do Pará, a abertura da rodovia Transamazônica e a grande expansão das atividades pecuárias extensivas, principalmente do norte goiano.

Para Santos (2015) e Kopenawa e Albert (2015) o ocorrido pode ser caracterizado por um processo de colonização, em que é definido por (SANTOS, 2015, p.47-48) como sendo “todos os processos etnocêntricos de invasão, expropriação, etnocídio, subjugação e até de substituição de uma cultura pela outra, independentemente do território físico geográfico em que essa cultura se encontra”. Cabe frisar que os valores socioculturais e a relação dos povos tradicionais com a terra, o lugar de pertencimento deve ser respeitado, com o intuito de preservar sua identidade enquanto povo de um território (SANTOS, 2015; KOPENAWA; ALBERT, 2015; VIVEIROS DE CASTRO, 2017). Santos (2007) defende que a trajetória desses povos é visível e palpável materialmente e pode ser sentida imaterialmente, tanto quando se olha para o passado e faz-se referência aos seus ancestrais, como hoje quando se visita as comunidades da atualidade e existe um diálogo com as suas organizações e manifestações culturais.

Conforme demonstrado por Clementino e Monte-Mór (2004), o Bico do Papagaio, refere-se a uma região que possui a maior área de ocorrência de babaçu, um espaço onde se manifestam dinâmicas socioambientais bastante diferenciadas, e que tem sido alvo de diversas políticas públicas (agrícolas, energéticas, ambientais, de integração territorial, de transportes, etc.); e, pela retomada dos grandes projetos planejados durante os governos militares, bem como novos projetos e programas elaborados e implementados, por agências governamentais e privadas.

As dinâmicas socioambientais são marcadas por disputas em torno da posse e uso dos “recursos” naturais (terra, recursos extrativistas e outros) entre diferentes atores sociais, dentre eles, os agroextrativistas, associando-se à privatização das terras, ao cercamento das áreas, à



proibição e/ou limitação de acesso ao babaçu e à substituição da biodiversidade pelos campos de pastagem homogênea (LENA; PÔRTO JÚNIOR, 2020). Oliveira (2020, p. 43) corrobora que o território pode ser visto como um palco onde existem relações de poder, o que inclui as multiplicidades de atores sociais, políticos e econômicos. O território na visão do autor é “o trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

Cabe destacar que esses processos promovem mudanças significativas nas paisagens locais que compõem a vasta área do Bico do Papagaio (LENA; PÔRTO JÚNIOR, 2018), afetando de forma direta a relação de pertencimento e de identidade da comunidade local (OLIVEIRA, 2020). Contudo, também afeta a agricultura familiar, uma categoria socioprodutiva, que possui um peso significativo nestas disputas, bem como na configuração e transformação desse espaço, haja vista os diversos segmentos de famílias que abrange (LENA; PÔRTO JÚNIOR, 2020; NUNES, 2020), por exemplo, os assentados rurais, os parentes dos assentados que moram e cultivam na terra dos parentes, os pequenos proprietários de terra, os herdeiros de terra sem partilha e os trabalhadores rurais sem terras.

Em função da grande abrangência da região e das configurações que esta assume no processo de ocupação, que pode ser dividida em duas frentes, norte e sul, com características bem distintas, se faz necessário definir um espaço geográfico para a discussão teórica. Assim, essa discussão considerou o *locus* espacial norte, correspondente a área geográfica que abrange os municípios de São Miguel do Tocantins; Sítio Novo do Tocantins, Praia Norte, Carrasco Bonito, Buriti do Tocantins; Axixá do Tocantins; Esperantina e Augustinópolis (CLEMENTINO; MONTE-MÓR, 2004).

Essa região é composta por diversos elementos que alojam rótulos “sociais”, “econômicos”, “ambientais”, “políticos”, “técnicos” e outros que interagem entre si em uma rede sociotécnica definida sobre aspectos estes que são característicos de um território. Também por se tratar de um espaço onde a atividade agroextrativista (roça e babaçu) se sobressai enquanto estratégia alternativa de produção e fortalecimento da agricultura familiar, bem como da dinâmica socioambiental da região.

As formas de ocupação e povoamento dessa região foram determinadas quase sempre pela disponibilidade de terras livres (terras devolutas do estado do Goiás), de pastos naturais e pelas condições edafoclimáticas, em especial, pelo ecossistema de mata de transição entre a Floresta Amazônica e o Cerrado, que proporciona um clima caracterizado como tropical



úmido à subúmido, com duas estações definidas: chuvosa, também chamada de inverno, de outubro a abril; e seca, também chamada de verão, de maio a setembro, favorecendo a criação extensiva do gado, planejamento do calendário agrícola e do extrativismo. Outros recursos como solos, vegetação e hídricos também foram considerados fundamentais no processo de ocupação desses espaços. Pela estreita relação entre produção agroextrativista e tipos de solos e recursos vegetais, os primeiros lugares a serem ocupados foram às margens do rio Tocantins, considerado terreno fértil, drenado e propício ao trabalho agrícola.

Com fertilidade natural, consideradas como boas terras, terras férteis devido ao solo e a abundância de certas riquezas vegetais foram os fatores que inicialmente atraíram as populações migrantes, procedentes, sobretudo, do Maranhão, para aí construir e organizarem espacialmente a região mais dinâmica do estado do Tocantins. (BARBOSA et al., 2004, p. 116).

Foi a partir desses fatores que esta região passou a sofrer grandes modificações em sua base produtiva. De acordo com o pesquisador Miranda Neto (1991), os programas governamentais implantados nos anos de 1970, como o Polamazônia e o Polocentro, e o Plano de Integração Nacional (PIN), que prioriza a implantação de grandes projetos na Amazônia como um todo: rodoviários (Transamazônica, Perimetral Norte e outras), de colonização (agrovilas), agrominerais, agropecuários e industriais, implementados por grandes empresas nacionais e multinacionais. Portanto, esses projetos que visavam à integração da região amazônica ao resto do país, com base em incentivos fiscais às grandes empresas do capital comercial e financeiro, promoveram o aumento da fronteira, acelerando o processo de modernização com a introdução de novas tecnologias.

Com o processo de ocupação da região um fator relevante, entre tantos outros, foi definido pelas características dos sistemas de produção que ajudaram na constituição de núcleos permanentes de povoamento naquele espaço. Estes sistemas de produção se relacionavam e estavam, de certa forma, articulados com determinadas unidades de paisagens ou ecopaisagens da região e por estratégias diferenciadas de uso da base dos elementos naturais presentes em cada uma dessas unidades, dos quais destacam-se três sistemas de produção que marcaram com maior profundidade a ocupação desta região: a pecuária, o extrativismo e a agricultura de subsistência (SOARES, 2009).

O autor Soares (2009) destaca que cada sistema foi responsável pela definição das estratégias de ocupação e conformação da região. A pecuária foi utilizada como estratégia de



ocupação dos campos cerrados; o extrativismo de produtos como o caucho, a castanha e o babaçu, associado à caça, como estratégia de utilização dos recursos das florestas; e a agricultura de subsistência, associada principalmente aos cultivos de arroz e da mandioca, baseada no sistema de corte e queima, como meio de reprodução da fertilidade do solo. Esses sistemas de produção determinaram as formas de exploração dos elementos naturais (SOARES, 2009).

Nesse sentido, os sistemas pecuária de pequena escala, extrativismo e agricultura de subsistência, associam-se para formar o sistema agroextrativista, onde cada uma dessas atividades participa à sua maneira, nas devidas proporções, do conjunto de atividades produtivas destinadas à reprodução familiar.

Historicamente populações locais compostas na sua grande maioria por indígenas, comunidades negras, camponeses, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu etc. vêm se utilizando do extrativismo dos diversos biomas brasileiros (Mata Atlântica, Mata dos Pinhais, Cerrado, Caatinga, Mata dos Cocais e Amazônia) como meio de garantir sua subsistência (NETO, 2017; SARAIVA et al., 2019). Aliás, o extrativismo vegetal teve suas origens, segundo Homma (1993), desde o aparecimento dos seres humanos na face da terra, há milhões de anos, assim, a presença de diferentes grupos ocupando e garantindo sua sobrevivência, a partir dos recursos da floresta é, quase sempre, uma regra (NUNES, 2020).

### ***Raimunda, a Quebradeira e as mulheres extrativistas do coco babaçu***

No extremo norte do Tocantins, em 2007, houve o registro de um documentário, denominado *Raimunda, a Quebradeira* (LENA; PÔRTO JÚNIOR, 2020), ao qual trouxe memórias de conflitos, conquistas e perdas pela extração do coco babaçu, com, principalmente, personagens femininas, empoderadas pela vontade de mudar de vida desde a década de 1980. Assim, refere-se ao conteúdo social construído a partir de experiências consistentes e palpáveis que pode ser enquadrada pela história. É algo interno e pessoal e passível de ser explorada (DIEHL, 2000).

Figura 4 – Cartaz de divulgação do documentário *Raimunda, a quebradeira*.



O grupo de mulheres, lideradas por uma mulher conhecida como Dona Raimunda, hoje falecida, baixinha e corpulenta, de traços fortes. Com um linguajar simples, que mescla fáceis temas cotidianos e toca em feridas sociais em seus discursos, esteja ela em comunidades agrícolas ou palácios de Governo, sem perder o tom diplomático. Nunca estudou, mas é uma líder nata, de visão política apurada, a qual será nossa principal personagem nessa narrativa de empoderamento feminino (RAIMUNDA, A QUEBRADEIRA, 2007).

Filha de agricultores pobres, nascidas no Maranhão em uma família de 10 irmãos. Casou-se aos 18 anos, mas em meio a uma relação difícil, decidiu abandonar o marido 14 anos depois e criar sozinha os seis filhos, trabalhando como lavradora. Na sua constante migração à procura de serviço, chegou ao Bico do Papagaio, região desassistida onde moravam 52 famílias. Para levar trabalho comunitário à região e proteger os moradores das ameaças de grileiros,



começou a mobilizar companheiros para a criação de sindicatos rurais (RAIMUNDA, A QUEBRADEIRA, 2007).

No início da década de 80, quando Dona Raimunda passou a ser animadora e catequista da comunidade, ela pode expressar com mais clareza suas insatisfações e anseios. Com a chegada de um novo padre em 1983 na cidade de São Miguel, a militância de Dona Raimunda aflorou e ganhou mais espaço. O pároco se tratava de Josimo Tavares, assassinado três anos depois por fazendeiros e autoridades do Bico do Papagaio. Com a morte brutal do padre, a quebradeira começou a ganhar o mundo denunciando o crime contra o religioso e atuando na defesa das cerca de 400 mil mulheres que passou a representar. Raimunda estava à frente na criação da Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (Asmubip); a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins (Fetaet) e a Secretaria da Mulher Extrativista do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), da qual foi titular por dez anos (RAIMUNDA, A QUEBRADEIRA, 2007).

No decorrer da sua trajetória, outra vitória de dona Raimunda foi a aprovação, em 2008, de uma lei estadual, chamada de "Lei do Babaçu Livre", garantindo a não derrubada das palmeiras de babaçu - que os fazendeiros punham abaixo, queimavam ou envenenavam - e a permissão para as quebradeiras entrarem nas propriedades privadas para recolher os cocos babaçu que lhes rendem o sustento. O quilo do coco é vendido por aproximadamente R\$ 0,70 e o litro do óleo do babaçu, por R\$ 3,50. Cada quebradeira consegue quebrar, no máximo, 10 quilos por dia. Muitos proprietários que expulsam as quebradeiras a tiros de suas terras. Há um projeto de lei federal como esse tramitando no Congresso desde 1995. Sem previsão de aprovação (RAIMUNDA, A QUEBRADEIRA, 2007).

Se, e quando, alguém conseguir acabar, do ponto de vista histórico, com os mal-entendidos sobre as experiências das mulheres negras escravizadas, ela (ou ele) terá prestado um serviço inestimável. Não é apenas pela precisão histórica que um estudo desses deve ser realizado; as lições que ele pode reunir sobre a era escravista trarão esclarecimentos sobre a luta atual das mulheres negras e de todas as mulheres em busca de emancipação. Como leiga, posso apenas propor algumas hipóteses que talvez sejam capazes de orientar um reexame da história das mulheres negras durante a escravidão (ANGELA DAVIS, 2016, p. 23).

Em 2003, Dona Raimunda recebeu o Prêmio Bertha Luz do Senado Federal por sua atuação na defesa dos direitos das mulheres extrativistas de coco, prêmio concedido a mulheres que contribuíram para a defesa dos direitos da mulher e das questões de gênero no Brasil. Em 2005, ela foi incluída na lista de 1.000 mulheres concorrentes ao Prêmio Nobel da



Paz. Em 2009, recebeu o doutorado honorário pela Universidade Federal do Tocantins (UFT) e, em 2013, recebeu o Diploma Gilhemina Ribeiro da Silva, cidadã da Assembleia Legislativa do Tocantins (LENA; PÔRTO JÚNIOR, 2020).

Ao longo de décadas, as mulheres trabalhadoras rurais da região do Bico do Papagaio, mobilizaram-se para transformar a realidade social da região. Defensoras do extrativismo, da agroecologia e da organização comunitária, elas vêm tendo sua luta reconhecida pela sociedade e poder público nos últimos anos (PIZZIO; CECCHIN, 2015; BRITO; ALMEIDA, 2017).

As mulheres extrativistas de coco babaçu da região do Bico do Papagaio têm uma grande importância histórica, econômica, social, política, ambiental e cultural na chamada “região dos babaçuais”, que engloba partes dos estados do Pará, Piauí, Maranhão e do Tocantins, abrangendo também os estados de Goiás e Mato Grosso, ao qual abrange centenas de mulheres agroextrativistas, que exercem a atividade de extrativismo do coco babaçu (ALMEIDA, 2008). Essa atividade das mulheres quebradeiras de coco é constantemente ameaçada, seja pelos fazendeiros e grandes proprietários de terras na região que tentam impedir o acesso delas aos babaçuais, pela expansão do agronegócio na região de predominância dos babaçuais, pela dificuldade da comercialização dos produtos oriundos do babaçu, ou pela dificuldade de acesso à terra e aos babaçuais, que garantem às quebradeiras a continuidade do seu modo de vida (RAIMUNDA, A QUEBRADEIRA, 2007).

A atividade de coleta, quebra e beneficiamento do coco babaçu é passada de uma geração a outra e é realizada, predominantemente, por mulheres. Um complemento de renda significativo para suas famílias, principalmente durante o período de entressafra da produção de alimentos. Assim, é perceptível que nessas interações ocorrem mudanças nas dinâmicas das relações sociedade-natureza que, no caso deste estudo, se relacionam diretamente com as estratégias de reprodução social adotadas pelos grupos agroextrativistas da região (RAIMUNDA, A QUEBRADEIRA, 2007).

Para ajudar a entender a rede sociotécnica que expressa às formas de reprodução social do agroextrativismo do babaçu, se faz necessário compreender os aspectos históricos e econômicos do extrativismo do babaçu. Esta é uma atividade secularmente praticada, portanto, portadora de significados econômicos, socioculturais, ambientais, e que faz parte da história de ocupação do Bico do Papagaio.



A relação entre extrativistas e o babaçu é historicamente marcada pelos múltiplos usos (todas as partes da planta), sentimentalidades (que podem ser percebidas nas poesias e canções populares), religiosidade (por exemplo, a “Ave-Maria das Quebradeiras”), nas representações simbólicas (mãe e virgem). Já a relação de outros atores (geógrafos, indústrias, comércios e governo economistas) com o babaçu só se efetivou a partir do momento em que o babaçu se tornou relevante para a economia.

No encontro dessas histórias houve violências, impasses, conflitos, divergências e negociações. Isto porque as visões destes outros atores sobre o babaçu foram baseadas no paradigma da modernidade, aqui entendida como a ruptura entre o mundo da vida humana e a natureza ou de uma natureza exterior, inteiramente separada do mundo humano ou “por contraste a um passado arcaico e estável”, conforme Latour (1994, p. 15). Segundo o autor, esse é um termo, assim como “moderno” e “modernização”, que se encontra colocado em meio a uma polêmica, “em uma briga onde há ganhadores e perdedores, os Antigos e os Modernos”. Portanto, moderno “é duas vezes assimétrico: assinala uma ruptura na passagem regular do tempo; assinala um combate no qual há vencedores e vencidos” (LATOURE, 1994, p.15).

A modernidade, nessa visão, perpassa a ideia da existência de uma rígida separação entre natureza e sociedade, da dicotomia entre sujeito e objeto e ainda de uma relação de domínio dos homens sobre as coisas do mundo; ideias ditadas pela modernidade, que, na realidade, segundo o autor, são ideias que nunca vingaram plenamente. Essa modernidade criou o Estado e a Empresa como instâncias de representação dos humanos e os laboratórios, as sociedades científicas e instituições de pesquisa como instâncias de representação dos não humanos (LATOURE, 1994).

Considerando que os direitos desses grupos em relação à sua reprodução social e cultural estão fundamentados em anterioridades históricas nos espaços que ocupam (NUNES, 2020), no que toca à necessidade de garantirem a reprodução social de suas famílias, *o babaçu*, ao lado do trabalho agrícola, a partir do seu uso doméstico, no âmbito familiar, assume um papel importante. Nesse sentido, as dinâmicas relacionadas à questão fundiária envolvendo concentração e/ou grilagem de terras, a pecuária extensiva, as derrubadas de palmeiras de babaçu para plantio de pastagens, ameaçam a sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas, além da cultura do território.



Considerando ainda que a terra e o babaçu são os dois principais elementos para reprodução familiar desses grupos, verifica-se, então, que tais condições acima descritas implicam em limitações e/ou impedimento das atividades agroextrativistas e em significativas mudanças nas dinâmicas das relações sociedade-natureza. Acarreta, ainda, em embates entre os diversos atores relacionados à “questão do babaçu”, portanto essas questões merecem atenção, sobretudo, pelo fato de que nas dinâmicas do agronegócio, as lógicas de reprodução social dos grupos sociais em análise são ameaçadas.

Particularmente, na década de 1980, considerada a mais aguda na disputa pela terra na região, a grilagem, a expropriação violenta das famílias, as perseguições e assassinatos de vários posseiros foram práticas correntes, culminando com a morte do Padre Josimo (o “padre preto das sandálias surradas”) em 1986, religioso católico que atuava naquela região, cujo assassinato teve repercussão em nível internacional por meio dos meios de comunicação e se tornou um marco na história da região, à semelhança do assassinato de Chico Mendes, no Acre (ROCHA, 2011, p. 30).

Como alguns autores têm evidenciado, essa região é marcada por problemas socioambientais que se agravam na medida em que também estão vinculados a situações como o impedimento da atividade do extrativismo do coco babaçu nas áreas das fazendas agropecuárias; a derrubada das palmeiras e envenenamento das pindovas (palmeiras novas); o da *sujeição* ao proprietário das terras e a uma complexa questão fundiária, que inclui a disputa pela posse e uso da terra entre diferentes atores, induzindo a um ritmo acelerado de uso do espaço e do meio natural (MARTINS, 1985; ALMEIDA, 2000; ALMEIDA, 2008). Sendo assim, a despeito dessa dinâmica, os agroextrativistas vêm se fortalecendo nas últimas décadas, tornando-se importantes atores sociais na região.

Nesse contexto, cabe destacar a luta pelo babaçu livre e a atuação das quebradeiras de coco, cabe destacar a fala da Dona Antônia, Médio Mearim – MA:

O começo do conflito foi a luta pelo coco, foi quando nós fomos proibida de quebrar o coco, aí como nos precisava do coco pra sobreviver, é o coco que nos sustenta, aí nos foi obrigado a reagir, a perder o medo do fazendeiro (ROCHA, 2011, p. 99).

Como forma de reação, as mulheres quebradeiras de coco babaçu assumiram a luta pelo babaçu e pela terra, elegerem a bandeira babaçu livre como instrumento de luta e estabeleceram conexões e vínculos locais e globais. A partir do documentário *Raimunda, a Quebradeira* (2007), percebe-se o importante papel que as mulheres quebradeiras de coco desempenharam em busca da defesa do babaçu e da terra, o que demonstra uma oportunidade



de adquirir conhecimento e conhecer outras realidades em busca dos direitos expressos pela Constituição Federal.

O termo babaçu livre é utilizado para fazer referência ao contexto político em que as quebradeiras de coco são as principais atoras, especificamente, está relacionado a busca do direito ao acesso livre às terras com plantações de babaçu, sejam elas públicas ou privadas. Além disso, também inclui a proibição do uso da palmeira com fins predatórios, a derrubada e a queimada, e até o uso de agrotóxicos (RAIMUNDA, A QUEBRADEIRA, 2007).

A expressão “babaçu-livre” tornada bandeira de luta do movimento das quebradeiras, compreende a garantia do pleno acesso das trabalhadoras extrativas aos babaçuais, sem quaisquer interdições. Separa a propriedade do imóvel rural do uso da floresta de babaçu nele incidente (ALMEIDA, 1995, p.12).

Portanto, o babaçu livre representa o direito das quebradeiras de coco ao livre acesso e uso das palmeiras, uma parte da cultura dessas mulheres, passada de geração a geração, o que significa:

Uma “nova concepção” de direito em oposição ao Direito Civil, que privilegia a propriedade privada, como também ao Direito Agrário que impôs o caráter social da terra e não o estendeu a cobertura vegetal, nesse sentido, são falhos para pensar as práticas sociais das quebradeiras de coco babaçu (SHIRAIISHI NETO, 2006, p.4).

Durante muitos de anos, grupos de mulheres percorriam os babaçuais, coletando e quebrando coco. Atualmente, tais grupos já não existem mais, e o trabalho de uma mulher que ainda quebra coco é isolado, entre os pequenos povoados e as matas que lhes servem como local de trabalho.

Apesar das mulheres terem um papel importante na unidade familiar agroextrativista, como esposas e mães, responsáveis pela saúde, bem-estar de toda família e, em algumas localidades, sendo responsáveis por 80% da produção de alimentos da família, elas pouco participam da tomada de decisão. Em muitas iniciativas de desenvolvimento local, elas não são consultadas sobre suas necessidades, sobre os objetivos e sobre a visão de desenvolvimento.

É nessa perspectiva de memória apresentada, uma memória formada pelos grupos, atendendo a interesses e a necessidades específicos, que esse grupo de mulheres quebradeiras de coco da região do Bico do Papagaio, deve ser percebido. Inserido num conflito social, em que o presente destrói um passado com enorme valor simbólico, elas buscam estratégias diferenciadas de resistência para fazer sobreviver a cultura do Babaçu.

Retratar o empoderamento feminino desencadeado pela participação da Dona Raimunda será apreender por meio da memória coletiva, as diversidades e situações vividas por centenas



de famílias lideradas em sua maioria por mulheres pela garantia da terra e da cultura de seu povo. Na sociedade brasileira, o espaço ocupado pelas mulheres vem crescendo timidamente e o espaço por elas ocupado ainda reflete uma sociedade desigual, embora mais moderna (RAIMUNDA, A QUEBRADEIRA, 2007).

A história da participação feminina na construção da sociedade não ganha a atenção que deveria quando se trata das vivências das quebradeiras de coco do Bico do Papagaio, ou seja, pode-se dizer que se trata de um grupo social pouco expressivo para a sociedade industrializada. Devido a esse fato, existe o risco de ser invisibilizada, sendo esta pesquisa uma forma de documentar essas narrativas e poder colaborar com a sua inserção na memória viva e na cultura da região.

Observando que o cenário atual não se apresenta tão satisfatório como parece, muitos que ali habitam buscam elementos na memória de um tempo em que as relações eram mais harmônicas no sentido ambiental, quando não se tinha necessidade de devastar e queimar para sobreviver, era facilmente conciliável a sobrevivência material das famílias e o bem-estar dos cocais, favorecendo, dentre outras coisas, uma vida mais saudável, oposto do que ocorre atualmente.

Como exemplo, observa-se nos depoimentos gravados no documentário que à medida que as quebradeiras estabeleciam diálogos com outros atores envolvidos na defesa do agroextrativismo, outras dimensões iam sendo incorporadas às suas reivindicações, como os temas relacionados à questão ambiental, política e econômica, porém, todas imbricadas às práticas socioculturais do extrativismo do babaçu (RAIMUNDA, A QUEBRADEIRA, 2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratando-se deste estudo, foi proposta uma discussão com foco no extrativismo do babaçu e na participação feminina como marco para as reflexões sobre as dinâmicas das relações sociedade-natureza no Bico do Papagaio – TO. Assim, entre as reflexões, cabe destacar que, quando envolve mulheres que vivem no campo, as diferenças aumentam significativamente, este estudo visa focar o processo de empoderamento feminino a partir da figura de Dona Raimunda, uma quebradeira de coco que vem há décadas ajudando a destacar a participação das mulheres na história da região do Bico do Papagaio e do Tocantins.

A partir das discussões e do documentário, percebe-se que as quebradeiras de coco constroem um discurso identitário em nome de um tempo de abundância diante de um presente



repleto de novos problemas. As memórias vão ganhando mais forças no decorrer do tempo, da mesma maneira que ganham consistência e força no tempo vivido, representado por uma vida diferente e melhor.

Após 15 anos da gravação e rodagem do documentário *Raimunda, a quebradeira* foi possível observar que o audiovisual que apresentou através da história de vida e luta de dona Raimunda, história também compartilhada por centenas de outras mulheres quebradeiras de coco, a visibilidade e o foco nas reivindicações pleiteadas pelas mulheres extrativistas do babaçu aumentaram e tornaram os movimentos das mulheres mais fortes.

Diante das discussões empreendidas no documentário, é notável que o grupo de mulheres possuem laços sociais formados a partir do relacionamento com a comunidade local, que trabalham na coleta e outras atividades feitas com o coco em seu cotidiano. Todos auxiliavam na produção, tanto para grupos grandes ou pequenos, era comum a colaboração mútua. Portanto, a vida de um estava entrelaçada à vida dos outros, gerando e mantendo um forte vínculo de fraternidade na comunidade. Esse é o percurso de um grupo de quebradeiras de coco babaçu, o qual enfrenta as mudanças de uma nova era que aparece subjugar o tempo de grande parte de suas vivências tradicionalmente enraizadas na cultura da comunidade.

Para discussões futuras, sugere-se pesquisas voltadas a organização das quebradeiras de coco após a morte da Dona Raimunda, no sentido de compreender o que permaneceu e mudou com a perda da líder. Ainda como sugestão, as discussões teóricas e empíricas podem partir do campo da antropologia, observação participante, pesquisa ação, etnografia, entre outras possibilidades de pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (Org.). **Economia do babaçu**: levantamento preliminar de dados. São Luís: MIQCB, 2000.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quebradeiras de coco babaçu**: identidade e mobilização: legislação específica e fontes documentais e arquivísticas (1915-1995). São Luis: MIQCB, 1995. 183p.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno A. W. B. de. **Terras de Quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto**: terras tradicionalmente ocupadas. 2 Ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.



BARBOSA, A. S.; TEIXEIRA NETO, A.; GOMES, [H.](#) *Geografia: Goiás – Tocantins*. Goiânia: UFG, 2004.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Trad. Paulo Neves. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de Velhos**. 18 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BOTELHO, Milena Azevedo Lena. **Narrativa e memória: o trabalho das quebradeiras de coco da região do Bico do Papagaio em “Raimunda a ‘quebradeira”**. 2020. 125f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Sociedade, Palmas, 2020.

BRITO, Eliseu Pereira de; ALMEIDA, Maria Geralda de. Sentido e organização do trabalho das quebradeiras de coco no Bico do Papagaio, Tocantins. *Geosul*, v. 32, n. 63, p. 229-249, 2017. BRITO, E. P. de.; ALMEIDA, M. G. de. Sentido e organização do trabalho das quebradeiras de coco no Bico do Papagaio, Tocantins. *Geosul*, v. 32, n. 63, 2017.

CAMURÇA, S. Nós mulheres e nossa experiência comum. Reflexões para transformação social. **Cadernos de Crítica Feminista**, v. 1, n. 1, Recife, dez. 2007.

CLEMENTINO, Alessandro Medeiros; MONTE-MÓR, Roberto Luís M. Grandes Projetos e seus impactos e significados na Região do Bico do Papagaio - TO. *Anais*, pp. 1-16, 2016.

COMISSÃO Mundial Sobre Meio Ambiente E Desenvolvimento (CMMAD). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1991.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, [s.l.], v. 5, n. 2, pp.1-20, 19 fev. 2013.

COURTINE, Jean-Jacques. Le tissu de la mémoire : quelques perspectives de travail historique dans les sciences du langage. **Langages**, Paris, 1994, pp. 5-12, 1994.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo : Boitempo, 2016.

DIAS, Luciene de Oliveira. **Mulheres de fibra: estratégias das quebradeiras de coco babaçu no Tocantins como um marco empírico para o desenvolvimento sustentável**. 2005. 87f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, Palmas, 2005.

DIEHL, Astor. **A cultura e a historiografia: memória, identidade e representação**. Bauru: EdUSC, 2000.



DUVERNOY, Isabelle. Diagnostic de la perennisation de l'activité agricole dans la fronteira agraire de Misiones (Argentina): une methode de généralisantion spatiale. 1994. 198f. Tese (Doutorado) - INRA-SAD, Touloube França, 1994.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra**: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. Tradução de Maria Júlia Goldwasser. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982. 315 p.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Tradução de Vera Mello Joscelyne. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176p.

GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: ciência do homem**: filosofia da cultura. 2. ed. São

GONZÁLEZ-PÉREZ, Sol Elizabeth; COELHO-FERREIRA, Márlia; DE ROBERT, Pascale; GARCÉS, Claudia Leonor López. Conhecimento e usos do babaçu (*Attalea speciosa* Mart. e *Attalea eichleri* (Drude) AJ Hend.) entre os Mebêngôkre-Kayapó da Terra Indígena Las Casas, estado do Pará, Brasil. **Acta Botanica Brasilica**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, pp. 295-308, abr./jun. 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HARTSOCK, Nancy. The Feminist Standpoint: Developing the Ground for a Specifically Feminist Historical Materialism. *In*: HARDING, Sandra; HINTIKKA, Merrill B (Eds.).

HÉBETTE, Jean.; ACEVEDO, Rosa Elizabeth. **Colonização para quem?** Belém: NAEA/UFPA, 1979.

HOMMA, Alfredo. Kingo. Oyama. **Extrativismo vegetal na Amazônia**: limites e oportunidades. Empresa Brasileira Pesquisa Agropecuária, Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental. Brasília: EMPRAPA SPI, 1993.

JALIL, Laeticia. Soberania Alimentar, feminismo e ação política. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, pp. 9-11, dez., 2009.

KOPENAWA, Davi.; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**: pPalavras de um xamã yanomami. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2015.



LAMPOGLIA, Francis; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. Na cela: considerações sobre sentidos inscritos em cartuns de Angeli. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 19, pp. 252- 262, jul. 2010.

LATOURET, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994. 152 p.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

LEITE, Sérgio Pereira. et al. **Impacto dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Nead; São Paulo: Editora Unesp, 2004.

LENA, M. B. A.; PÔRTO JÚNIOR, F. G. R. O olhar da imprensa frente a luta das mulheres quebradeiras de coco da região do bico do papagaio. In: **Media effects**: ensaios sobre teorias da Comunicação e do Jornalismo - Espiral do silêncio, enquadramento e contemporaneidade. PÔRTO JÚNIOR et al. (Orgs.). 3 Ed. - Porto Alegre, RS: Editora Fi, Boa Vista, RR: EdUFRR, 2018.

LENA, [Milena Botelho](#) Azevedo; PORTO JUNIOR, Francisco. Gilson. Rebouças. As quebradeiras de coco babaçu e as suas estratégias de luta e mobilização. In: SANTI, Vilso Júnior Chierentin et al. (Org.). **Povos originários e comunidades tradicionais**: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária. 6 Ed. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, v. 6, pp. 187-206.

MARTINS, Cynthia Carvalho. **Agricultura e garimpo na lógica camponesa**: os deslocamentos como categoria de análise. 2000. 222 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2000.

MARTINS, José de Souza J. de S. **A Militarização da Questão Agrária no Brasil** (Terra e poder: o problema da terra na crise política). Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.

MCLAREN, Margaret A. **Foucault, Feminismo e Subjetividade**. São Paulo: Intermeios, 2006.

MIRANDA NETO, Manoel. José. **O enigma Amazônia**: desafio ao futuro. Belém: CEJUP, 1991. 144p.

NETO, Joaquim Shiraishi. Quebradeiras de coco: “babaçu livre” e reservas extrativistas. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 14, n. 28, pp. 147-166, 2017.

NUNES, Marcela Luana Sampaio. Terra, cultura e coletividade: proteção dos saberes e práticas tradicionais das quebradeiras de coôco babaçu. **E-Civitas**, v. 13, n. 2, pp. 246-262, 2020.



ORLANDI, Eni Pulcinelli; RODRIGUES, Suzy Lagazzi (Org.). **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006.

PACÍFICO, Soraya Maria Romano; ROMÃO, Lucília Maria Sousa. A memória e o arquivo produzindo sentidos sobre a trajetória da mulher. **Em questão**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, p.73-90, jan./jul. 2006.

Paulo: Contexto, 2015.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. *In*: ORLANDI, Eni Pulcinelli (Org.). **Gestos de leitura**. Campinas: Unicamp, 1982.

PIZZIO, Alex; CECCHIN, Hareli Fernanda Garcia. PIZZIO, A.; CECCHIN, H. F. G. O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu na região do Bico do Papagaio: reflexões sobre justiça social. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, p. 111-133, 2015.

**PLANO Territorial De Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Da Cidadania Baixo Tocantins.** Belém, 2007. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio130.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio130.pdf). Acesso em: 04 out. 2021.

POLLAK, Michael. **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Raimunda, a Quebradeira. Direção: Marcelo Silva. Public Propaganda & Marketing, Palmas, Tocantins, Brasil, TV PALMAS REDESAT TOCANTINS, 2007. YouTube.

ROCHA, Maria Regina Teixeira da. **A rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio (TO)**: dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista. 252p. 2011. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2011.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p.

SADER, Maria Regina Cunha de Toledo; GOLDENSTEIN, Léa. **Espaço e luta no bico do papagaio**. São Paulo: Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SANTOS, Antônio. Bispo. **Colonização, Quilombos**: modos e significados. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015.



SANTOS, Raimundo Lima dos. Associação, memória e luta das quebradeiras de coco no Maranhão: o povoado de Petrolina. **MÉTIS: história & cultura**, v. 8, n. 15, p. 49-65, 2009.

SARAIVA, A. F. da.; OLIVEIRA, N. M. de; PEDROZA FILHO, M. X.; LOPES, W. S. Cadeia produtiva do babaçu em Cidelândia-MA: uma análise a partir da abordagem de cadeia global de valor. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, n. 2, 2019.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. Quebradeiras de coco: “babaçu livre” e reservas extrativistas. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 147-166, jan./abr. 2017.

SOARES, Zaré Augusto Brum. **Agricultura familiar, movimentos sociais e desenvolvimento rural na região do Bico do Papagaio, Tocantins**: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento. 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2009.

SWERTS, Leila Afonso. **Políticas de desenvolvimento, organização do território e participação**: as quebradeiras de coco babaçu na microrregião do Bico do Papagaio, Tocantins. 2009. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

TOSCANO, M.; GOLDENBERG, M. **A Revolução das mulheres**: um balanço do feminismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os involuntários da pátria: elogio do subdesenvolvimento. **Revista Chão de Feira, Série Intempestiva**, n. 65, pp. 1-9, 2017.

**Artigo recebido em: dezembro/2021**

**Artigo aceito em: fevereiro/2022**



## DESESTRUTURAÇÃO DE ECONOMIAS HETEROGÊNEAS: ENSAIO DE UMA ANÁLISE PARA A REGIÃO DO CERRADO PIAUIENSE

### *DESTRUCTURING HETEROGENEOUS ECONOMIES: ESSAY OF AN ANALYSIS FOR THE CERRADO REGION OF PIAUÍ*

Francisco Eduardo de Oliveira Cunha<sup>1</sup>

Luiz Gonzaga Feijão da Silva<sup>2</sup>

#### RESUMO

O processo de ocupação e de uso das terras do cerrado piauiense experimentou transformações recentes que culminaram na apropriação privada de terras, para atender a um padrão de reprodução do capital, negando a heterogeneidade socioeconômica dos nativos da região. Diante do exposto, o principal intuito deste ensaio é, a partir diálogo com a discussão teórica dos comuns, desenvolvida em Dardot e Laval (2017) com a heterogeneidade econômica de Thompson (1998) e Polanyi (2000; 2012), construir elementos de análise que concorram para uma melhor apreensão do impacto da desestruturação econômica em curso na região deste estudo. Como resultado, se evidencia uma metamorfose na ocupação e uso dos solos, a desestruturação da heterogeneidade produtiva, a transição do trabalhador camponês para o assalariado rural, assim como a homogeneização da base monetária local.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desestruturação Econômica; Agronegócio; Instituições; Mercado; Comuns.

#### ABSTRACT

The process of occupation and use of land in the cerrado of Piauí has undergone recent transformations that culminated in the private appropriation of land, in order to meet a pattern of reproduction of capital, denying the socioeconomic heterogeneity of the region's natives. Given the above, the main purpose of this essay is, from a dialogue with the theoretical discussion of the commons, developed in Dardot and Laval (2017) with the economic heterogeneity of Thompson (1998) and Polanyi (2000; 2012), to build elements of analysis that contribute to a better understanding of the impact of the ongoing economic disruption in the region covered by this study. As a result, there is evidence of a metamorphosis in the occupation and use of land, the disruption of productive heterogeneity, the transition from the peasant to the rural wage earner, as well as the homogenization of the local monetary base.

**KEYWORDS:** Economic Disruption; Agribusiness; Institutions; Marketplace; Common;

<sup>1</sup>Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Docente na Universidade Federal do Piauí (UFPI), lotado no Departamento de Ciências Econômicas. Graduado em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Ceará (UFC) e Mestre em Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFC).

E-mail: [eduoliveira@ufpi.edu.br](mailto:eduoliveira@ufpi.edu.br).

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Docente na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), lotado no curso de Ciências Econômicas. Graduado em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Pará (UFPA) e Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). E-mail: [luiz.silva@ufopa.edu.br](mailto:luiz.silva@ufopa.edu.br).



## INTRODUÇÃO

O processo de ocupação e de uso das terras do cerrado piauiense experimentou recentes transformações que culminaram numa polvorosa apropriação privada de terras, viabilizada por um ambiente de configurações institucionais que definiram e demarcaram tal desenvolvimento histórico da região. Monteiro (2002) evidencia que, como resultado dessas orientações/determinações “legais”, principalmente a partir da década de 1970, o cerrado piauiense teve sua dinâmica de terras (e socioeconômica), tomada e modificada por arranjos institucionais criados pelo Governo Federal, somados às políticas de incentivos fiscais praticadas pelo Governo Estadual, com vistas à modernização agrícola, consolidando assim a histórica concentração da estrutura fundiária e da renda dessa região produtiva do Piauí. Dessa forma, grande parte do cerrado piauiense teve sua estrutura socioprodutiva consideravelmente transformada e desestruturada, para atender a um padrão de reprodução do capital, negando, portanto, a diversidade e heterogeneidade das experiências socioeconômicas das populações nativas de referida região, sobretudo no uso de terras e práticas comuns, não necessariamente mercantis.

Nesse processo histórico, identifica-se um momento prévio no qual é razoável percebê-lo como uma espécie particular de “*acumulação primitiva-moderna*” (CUNHA & SANTOS JÚNIOR, 2019), uma vez que nele se estabelecem às pré-condições necessárias para um modelo de reprodução de agricultura empresarial, que se dá pela apropriação privada das terras e pela mudança do sujeito *trabalhador rural*, que necessariamente migra para *trabalhador assalariado rural*. Adicionamos, por influência de Polanyi (2012) o *uso do dinheiro de caráter geral*, conformando as três como principais exigências e consequências da instituição mercado (ou seja, de terras, trabalho e dinheiro).

Tal lógica econômica vem a desestruturar as diversas outras formas de integração econômica experimentadas pelos sujeitos locais, promovendo a descontinuidade das relações destes com seus espaços produtivos (suas terras comuns), que foram historicamente pautadas em formas heterogêneas de reprodução de suas condições materiais de existência, fundadas hegemonicamente em princípios alheios aos de mercado.

Diante do exposto, o principal intuito deste ensaio é, a partir da discussão teórica dos comuns, desenvolvida por Dardot & Laval (2017) e associada a heterogeneidade econômica



proposta por Thompson (1998) e Polanyi (2000; 2012), construir elementos relevantes de análise que concorram para uma melhor apreensão do impacto da desestruturação econômica em curso, nos sujeitos e no meio ambiente, na região do cerrado piauiense em sua recente inserção na dinâmica do capitalismo global.

Para tanto, o referido artigo se estrutura em mais 4 seções além desta introdução, a saber: abordagens teóricas baseadas em Polanyi, Thompson e Dardot & Laval; os possíveis diálogos da questão dos comuns com a heterogeneidade econômica no contexto da transformação recente do cerrado piauiense; algumas evidências da desestruturação socioprodutiva; além das considerações finais.

### **Heterogeneidade econômica e Economia dos Comuns: abordagens teóricas**

A economia não é exclusivamente mercado. A experiência da reprodução das condições materiais de existência humana não se limita à instituição mercado, nem historicamente, nem contemporaneamente. Entretanto, o pensamento econômico ocidental hegemônico contribuiu para a disseminação dessa falácia, que vai para além da ciência econômica, sustentando-se no infundado pressuposto de que os seres humanos têm inclinação a “barganhar, permutar e trocar”, e que isto determina a vida econômica, sendo levada por uma crença de um “progresso espontâneo” (POLANYI, 2012).

Afrontando esse pensamento dominante, Polanyi (2000; 2012) traz relevante contribuição à refutação da ideia de que a economia se confunde com o mercado – logo, que a busca pelo interesse individual seja predominante –, embasado sobretudo em evidências históricas e antropológicas, na medida em que afirma que:

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social (POLANYI, 2000, p. 65).

Conforme o referido autor, a busca e a construção de condições materiais de subsistência jamais foram atos individuais, ou seja, ao longo da história, os seres humanos a fim de garantirem a sobrevivência em grupos, necessitaram enraizar práticas cotidianas para serem repetidas (via mecanismos institucionais) com o propósito de se distanciarem de incertezas, instabilidades e descontinuidades. Dessa forma, Polanyi (2012) defende a tese de que a



economia é um fenômeno heterogêneo. Neste intento, o referido autor apresenta distintas formas de integração econômica, manifestadas em princípios de comportamento social assentados na *domesticidade* (POLANYI, 2000), *reciprocidade*, *redistribuição* e na *troca* (POLANYI, 2012, p. 83). Com efeito, o funcionamento destes mecanismos depende da presença de estruturas institucionais bem definidas, a saber: *autarquia*, *simetria*, *centralidade* e *mercado*, respectivamente; e que estas se organizam e se validam na esfera social, ou seja, reiterando o caráter coletivo destas estruturas econômicas. Isso não exclui que o comportamento individual e a estrutura se autodeterminem ao longo da reprodução, logo, o indivíduo transforma e é transformado simultaneamente pela estrutura econômica.

Na perspectiva de elucidar tais princípios de comportamento social, Polanyi explica que a *domesticidade* “consiste na produção para o uso próprio”. Está circunscrito à família, que ao contrário das outras formas de integração surge bem mais tarde na história humana (POLANYI, 2000 p. 73). Seu equivalente institucional, a *autarquia*, está relacionada a possibilidade de a família decidir, de forma autônoma, como realizar distribuição de bens e serviços para seus membros. A *reciprocidade* pressupõe grupos com subdivisões dentro de uma ideia de simetria (não necessariamente dual), cujos membros pudessem identificar uns aos outros como tais, estabelecendo relações de mutualidade (POLANYI, 2012). Ainda conforme Polanyi (2000), a reciprocidade estaria vinculada a organizações sociais da sociedade com predomínio do parentesco que garantiriam a sobrevivência em grupo. Dessa forma, se funda em mecanismos variados de obrigações recíprocas, grupais, coletivas, as quais tenha-se a segurança de que tais práticas ocorrerão com frequência. Para que se efetive, é mister o suporte institucional da *simetria*, forjada na mutualidade, que seria, nas palavras de Polanyi, “um arranjo sociológico que não dá origem a instituições isoladas, mas apenas padroniza as já existentes” (POLANYI, 2000, p. 77).

Ainda com base em Polanyi (2000; 2012), a *redistribuição* é apresentada como uma relação que se estabelece a todos aqueles que tem uma chefia em comum, tendo assim um caráter territorial. A questão central se identifica na prática da concentração substancial da produção a ser gerida por uma autoridade central (chefe), que armazena (ou coleta) e redistribui conforme os costumes, as leis ou por decisão central (POLANYI, 2012). Dentro de uma perspectiva econômica, é a essência do funcionamento de uma sociedade fundada na divisão do trabalho e para que tal princípio se efetive, torna-se essencial o padrão institucional da



*centralidade*. Sociedades organizadas a partir de um Estado centralizador é a base dessa interação, como a sociedade babilônica, a exemplo.

A *troca* como quarto princípio de comportamento, seria “um movimento bidirecional de bens entre pessoas” a fim de obter o máximo proveito. Polanyi destaca que, “pechinchar e regatear” são essenciais nessa prática e que não resultam de uma “fraqueza humana”, mas de um padrão comportamental logicamente exigido e reproduzido pelo mecanismo institucional de *mercado* (POLANYI, 2012, p. 91). A predominância do mercado e da troca mercantil têm relação direta com a mudança da sociedade feudal, de onde se origina um Estado que implementou alterações substanciais em prol do mercado e da propriedade privada.

Importa destacar que, conforme enfatiza o autor exposto, tais princípios socioeconômicos de forma alguma devem ser restritos a sociedades primitivas, de baixa complexidade ou pequenas comunidades; e que uma economia não-mercantil (ou que negue o sistema de lucros), seja necessariamente uma sociedade simples. Polanyi (2000; 2012) evidencia uma vasta manifestação de experiências<sup>3</sup> as quais é possível sustentar a afirmação de que “todos os sistemas econômicos conhecidos por nós, até o fim do Feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de reciprocidade ou redistribuição, ou domesticidade, ou alguma combinação dos três” (POLANYI, 2000, p. 75).

Thompson (1998), se agrega ao debate a partir da análise historiográfica do processo de desestruturação das economias institucionalmente heterogêneas, quando da passagem do período medieval para a idade moderna na Inglaterra. Embora Polanyi e Thompson analisem fenômenos históricos distintos, neste último é possível compreender que especificamente no contexto inglês, os mecanismos institucionais, sobretudo com papel crucial do Estado, viabilizaram uma mudança estrutural nas formas de integração econômica inglesa, concorrendo para uma forma padrão que deveria se disseminar dentro de uma perspectiva de sistema-mundo.

Em sua investigação, Thompson (1998) deixa patente que não se tratou de um processo harmonioso, mas de uma lenta e complexa transição, com lutas e resistência dos comuns, sobretudo na reivindicação das terras comunais de pastagens. O contexto de desenvolvimento agrícola era imposto a partir do processo de instituição de uma legislação (e legitimação) dos

---

<sup>3</sup>Polanyi destaca o circuito Kula, da Malinésia Ocidental, como uma das mais completas transações comerciais da humanidade, baseadas no princípio da reciprocidade; destaca ainda as economias de grande escala dos reinados do Egito, como o de Hammurabi na Babilônia, fundada no princípio da redistribuição; dentre outros.



cercamentos, das propriedades privadas e conseqüentemente da desestruturação das formas de produção não mercantis. Tratava-se, portanto, de imposições sobre um sistema econômico baseado na economia moral<sup>4</sup>, o qual resistia recorrendo principalmente às tradições, práticas culturais, costumes e leis locais.

A partir de uma análise histórica (metodologicamente diferente da historiografia tradicional/acadêmica) e etnográfica dos conflitos experimentados na Inglaterra, Thompson evidencia que tais conflitos giravam em torno da propriedade e dos direitos de uso das terras, onde se tinha de um lado os proprietários e fazendeiros e do outro os *commoners*, os colonos e demais sem terras. Na visão dos fazendeiros e proprietários (poder econômico), a legitimação dos cercamentos traria progresso principalmente para os pobres que subsistiam miseravelmente das terras comuns inglesas.

A historiografia tradicional, ao analisar o referido contexto, admitiu e difundiu a ideia de que a “teoria do direito” se sobrepunha sobre os costumes, tese esta que vai ser profundamente questionada por Thompson, enfatizando a resistência dos costumes enquanto lei local. A tese de Thompson é evidenciada quando o referido historiador enfatiza que as decisões dos tribunais de direito consuetudinário não tinham impacto imediato sobre a prática local do costume, bem como ainda eram fortemente existentes os regulamentos de aldeia e as assembleias paroquiais, muito embora as decisões dos tribunais favorecessem os representantes do poder econômico (THOMPSON, 1998, p. 119-120). É uma empiria relevante para demonstrar como a agência individual a partir dos tribunais instigou inúmeros *feedbacks* sucessivos e cumulativos (incluindo negativos), uma transição da estrutura para um padrão econômico que fornece estímulos ao mercado e a propriedade privada e a imposição de restrições à economia moral. A iniciativa individual ao ganhar escala e representatividade na estrutura, influencia as instituições formais do Estado, colaborando para confinar, mas não extinguir a economia moral da aldeia.

Nesse sentido, Thompson dialoga com Polanyi, na medida em que elucida o processo histórico de imposição dos cercamentos enquanto instrumentos institucionais (padrões) de apoio (áreas comuns que deveriam tornar-se propriedades privadas), fundamentais para a construção de um comportamento social dos indivíduos dentro de um modelo de economia

---

<sup>4</sup> “(...) a prioridade concedida, em certas áreas, ao não-econômico, em detrimento das sanções, trocas e motivações monetárias diretas” (THOMPSON, 2005 p.21)



determinado pelo (e para o) mercado e que se instituía na Inglaterra dos séculos XVI, XVII e XVIII. Enquanto nesse contexto inglês descrito por Thompson, as reivindicações e lutas se forjavam sobre os costumes e práticas herdadas do passado, Dardot & Laval (2017) chama a atenção de que, nesse contexto do direito consuetudinário, a transmissão das regras se dava de forma inconsciente, por força da tradição. Dessa forma, os referidos autores instigam um relevante debate sobre a ideia das lutas em nosso tempo histórico. Dardot & Laval (2017) identificam o princípio político do comum como o horizonte alternativo que assume o norte da “resistência moderna”.

Para tanto, tais autores partem de duas ideias basilares as quais desenvolvem seus argumentos: “não se decreta costume” e “o ato instituinte tem de ser consciente”. A partir delas, a questão posta por Dardot & Laval (2017) é “saber por qual prática podemos inventar regras de direito capazes de se tornar costumes no longo prazo”. Com efeito, os autores discutem o que chamam de “*práxis* instituinte” que expressam o cerne da proposta do comum, ou seja, a necessidade de “atos conscientes de instituição” a serem postos em prática pelos sujeitos sociais, na resistência de manutenção de direitos conquistados, bem como na luta para a conquista de novos. A *práxis* instituinte não representa a assimilação estrutural irrestrita de uma inovação institucional, pelo contrário, o manifesto dos autores é no sentido de enriquecer o cotidiano com *práxis* (ato intencional dos agentes) que originem regras de direito condizentes com o comum. Porém, esse ato intencional e teleológico fica restrito a esse momento, visto que não há como prever se a *práxis* se tornará ou não uma instituição com estabilidade estrutural de longo prazo. Nesse sentido, temos a institucionalização da *práxis* em aberto, contudo, quanto maior o número destas que enriquecem o cotidiano com diversidade (não-mercantis) maior a chance da emergência de variações comportamentais e institucionais alternativas coerentes com o comum.

Neste sentido, importa destacar que, embora Dardot & Laval (2017) evidenciem a ideia em Marx de que “os homens fazem sua própria história”, também evidencia que estes as fazem “sempre em circunstâncias e condições que eles não escolheram”. Com efeito, segundo os referidos autores, o “fazer” dos sujeitos é sempre condicionado pelos resultados da atividade daqueles que os precederam, reiterando o caráter subversivo do “agir/fazer”. Nas palavras deles,

(...) ao agir em determinadas condições, os homens agem sobre essas condições de tal modo que “estabelecem” novas condições. Eles subvertem assim o antigo estado de coisas e trazem à existência o que não possui precedentes na história. Podem não ter consciência disso, especialmente em razão do peso



esmagador da tradição das gerações mortas, “que comprime o cérebro dos vivos (DARDOT & LAVAL, 2017, p. 455).

Portanto, Dardot & Laval (2017), elucidam que a *práxis* instituinte deva ser orientada para a autonomia humana instigada pelo princípio do comum. Logo, se forja no sentido de “fazer história” e que seja emancipatória aos sujeitos os quais, suas experiências socioeconômicas e seus direitos, sejam desestruturados pelo capitalismo moderno.

### **Para um diálogo com o contexto recente do Cerrado Piauiense**

Estreitando um diálogo entre os aspectos aqui levantados pela abordagem teórica dos comuns estabelecendo conexões entre Polanyi, Thompson e Dardot & Laval, importa de início destacar a impressionante adesão (e atualidade) do referido debate ao contexto de transformação experimento pelo cerrado piauiense, iniciado sobretudo nos 30 últimos anos do século passado. Enquanto que em Polanyi e Thompson evidenciam-se processos de desestruturação de economias heterogêneas, Dardot & Laval instigam a questão da organização social para o enfrentamento desse processo tido como “espontâneo”, forjada na *práxis* consciente e no princípio político do comum.

Investigações históricas já desenvolvidas acerca da região do cerrado piauiense (MONTEIRO, 2002; CUNHA & SANTOS JÚNIOR, 2019), denunciam um processo de transformação das formas de integração econômica (FIE), ocorridas e intensificadas, sobretudo a partir do final do século passado, mediante a adoção de um padrão de reprodução do capital pautado principalmente na manifestação do agronegócio. Além da transformação fundiária, um impacto profundo se deu nas relações de trabalho (e sociais) experimentadas na região, que migraram de trabalhadores rurais para trabalhadores assalariados rurais, alterando ainda o cenário produtivo relativamente independente, heterogêneo e diversificado em culturas, para um modelo monocultor e determinado pelo mercado.

Referido aspecto pode ser mais bem apreendido em Polanyi, a partir da evidencia história e antropológica de economias heterogêneas e como estas foram desestruturadas para a implementação de uma lógica mercantil, padronizante e que se projeta numa perspectiva, não de atender o local, mas o mercado global.

Ainda nessa esteira, importa também destacar Thompson na perspectiva de contribuir com a apreensão dos processos de avanço das ideias de economias de mercado sobre as



populações camponesas. De maneira análoga ao processo histórico experimentado na Inglaterra, com suas devidas proporções e peculiaridades, e contado pelo viés oposto ao do poder econômico, pode se observar a forma disruptiva que a reprodução do capital adentra nos diversos espaços produtivos, sobretudo em regiões entendidas como “atrasadas” (a partir da visão colonialista) ou entendidas como em estágios “pré-capitalistas”, desestruturando as históricas experiências de promoção das condições de existência destas regiões.

Na lógica eurocêntrica de economia, referidos espaços se apresentam tão somente em condições “pré-mercantis” à espera de desenvolvimento espontâneo do capitalismo. Com efeito, Thompson contribui nessa discussão acerca da heterogeneidade econômica, bastante pertinente à região do cerrado piauiense, podendo auxiliar, por exemplo, na identificação e compreensão do processo de “novos cercamentos” estabelecidos em referida região socioproductiva do Piauí, analisado sob o olhar dos sujeitos locais.

Outro ponto de diálogo que é possível estabelecer em Thompson, e também em Dardot & Laval, refere-se à reflexão acerca dos movimentos contra hegemônicos que são experimentados, principalmente nas regiões agrárias e que são ignorados e/ou por vezes silenciados pelo poder econômico. Com efeito, um olhar específico à região do cerrado piauiense, nos instiga a evidenciar que, embora os números do agronegócio apresentem relevantes impactos no Produto Interno Bruto do estado do Piauí, trata-se de um processo concomitante de geração de riqueza e miséria, manifestado na vil aparência do fenômeno do capital agrário, como única manifestação de números em detrimento dos seres humanos. Na contramão da produção agrícola empresarial, é factual a participação dos pequenos produtores, da agricultura familiar, do movimento agroecológico e de economia solidária, bem como diversas outras manifestações contrárias à lógica do lucro, que se manifestam de forma pujante nos espaços rurais piauiense.

### **Evidências da desestruturação econômica na região socioproductiva do Cerrado Piauiense**

Polanyi (2000) nos oferece uma metodologia para avaliar a dominância e transição entre as formas integração econômica e sua dinâmica ao longo do tempo. Segundo o autor, isso pode ser feito observando a capacidade das FIE e seus respectivos arranjos institucionais em determinar a alocação de terra, trabalho e dinheiro. A fim de tornar visível e sensível o processo

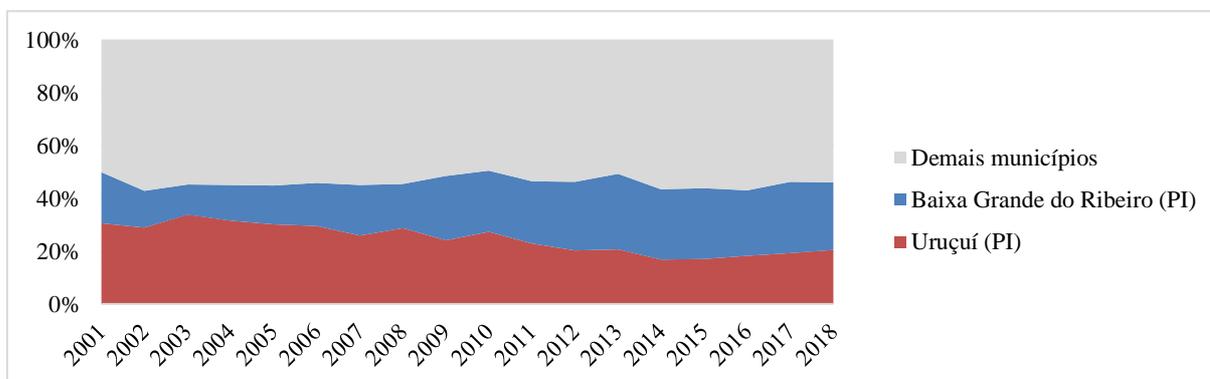


de transformação econômica recente na região do cerrado piauiense, a referida seção buscará apresentar evidências empíricas manifestadas dessa dinâmica de dominância em quatro elementos de análise: i. a ocupação e uso das terras; ii. a desestruturação da heterogeneidade econômica/produtiva da região em favor da imposição da monocultura do agronegócio da soja e; iii. a transição trabalhador/produtor camponês para trabalhador assalariado rural. iv. transformação do dinheiro de uso específico para o de uso geral.

No Piauí, conforme CEPRO (2014), o cerrado representa 11,2 milhões de hectares (cerca de 46% do solo piauiense), onde 70% se situam na região sudoeste e parte do extremo sul do estado, integrante da região denominada MATOPIBA<sup>5</sup>. Conforme Andrade & Viana (2015), bem como Monteiro (2002), no Piauí o recente processo de (re)ocupação e uso das terras do bioma cerrado se inicia na década de 1970 sob a especulação fundiária como uma fase prévia à inserção na dinâmica global de produção de grãos em larga escala que ocorrera na década de 1990, com a chegada de produtores oriundos da região Centro-Sul do Brasil. Com efeito, o cerrado do sudoeste piauiense se tornou, nos últimos anos, um centro de atração de produtores rurais e investidores nacionais e estrangeiros, tornando a região com papel protagonista no desempenho econômico piauiense recente.

Em alguns aspectos, os dados analisados nesta seção serão referentes aos municípios de Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí, por serem dois dos principais municípios produtores de soja da região do cerrado, tendo ambos respondido por uma média histórica de cerca de 46% da soja produzida no estado, no atual século, conforme se evidencia no Gráfico 01.

Gráfico 01 - Participação % na quantidade total de soja (em grão) produzida no Piauí



Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2021b)

<sup>5</sup> MATOPIBA é uma região formada por áreas majoritariamente de cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, para onde a fronteira agrícola se expandiu a partir do final do século passado.



Estudos acerca do cerrado piauiense evidenciam que tais transformações recentes são alicerçadas no desmatamento generalizado, na expansão da fronteira agrícola para a produção de grãos destinados à exportação, sobretudo a soja, mecanização intensiva, com uso de insumos químicos e baixa utilização de mão-de-obra (SILVA, MONTEIRO & BARBOSA, 2015; ALVES, 2001, 2006; AGUIAR & MONTEIRO, 2005; REYDON & MONTEIRO, 2004; MONTEIRO, 2002). Os estudos denunciam ainda que, ao invés de corrigirem o modelo tradicional das grandes propriedades, o reproduziu de forma mais acentuada (ANDRADE & VIANA, 2015).

Reydon & Monteiro (2004) destacam o papel essencial do Estado via arcabouço institucional viabilizado, valendo-se dos mecanismos de incentivo à modernização da agropecuária nas regiões fronteiriças. Dentre os principais programas e atores que capitalizaram a agricultura empresarial no cerrado tem-se o Programa de Cooperação Nipo-brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER); o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO); e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), particularmente o Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (CPAC), atualmente designada EMBRAPA-CERRADOS. Dentro de um escopo de políticas regional/local, destaques para o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e o Fundo de Investimentos Setoriais (FISET) no fomento aos investimentos privados.

Para o Estado era bastante lúcida a ideia de que a região do cerrado piauiense carecia “apenas de dois elementos para sua efetiva ocupação: capacidade empresarial e um aporte de capital que possibilite a utilização de técnicas e insumos modernos” (REYDON & MONTEIRO, 2004). Entretanto, Silva, Monteiro & Barbosa (2015) refutam a concepção dos cerrados como espaços vazios e, portanto, carentes de ocupações. Reconhecem a presença de populações tradicionais, à semelhança de camponeses, ribeirinhos, indígenas e agroextrativistas. Estes convivem em direção diametralmente oposta à racionalidade do agronegócio ao reproduzirem modos de vida, práticas, saberes e conhecimentos alinhados aos limites e às possibilidades da ocupação do espaço físico, e da natureza.

Outras evidências históricas do uso e ocupação dos cerrados podem ser observadas nas pesquisas sobre as características da expansão da agricultura capitalista na região desenvolvidas por Alves (2006). Segundo o autor, o tempo de reprodução da vida nos cerrados piauienses



conduzido principalmente pela população camponesa, obedece ainda em grande medida, aos ritmos da natureza. Ademais, “prevalece a lógica do trabalho concreto destinado à manutenção da vida, sem passar necessariamente por mecanismos homogeneizadores do processo de produção de mercadorias (ALVES, 2006).

Em outra pesquisa sobre a permanência do modo de vida camponesa no cerrado do Piauí, Alves (2001) descreve que “os platôs planos eram pouco utilizados para fins agrícola e de moradia, mas muito para a prática de uso comum tais como pastagens naturais, lugar de caça, extrativismo de lenha, frutos e plantas medicinais”, ou seja, representavam um lugar de vital importância para a manutenção da vida das comunidades camponesas. Estudos recentes constatam que a modernização do espaço via inserção de novos agentes a partir da década de 1970 tem provocado importante e intensa metamorfose no uso das terras comuns: “de espaços de uso tradicionalmente explorados comunitariamente pelas necessidades concretas de vida da população local em espaço privado destinado à agricultura capitalista moderna” (ALVES, 2001).

Há uma estruturação anterior da sociedade do cerrado piauiense que fornece o suporte ao cotidiano com instituições contra hegemônicas. Em Sabourin (2009), temos destacado a comunidade baseada no parentesco como organizadora fundamental da vida em sociedades camponesas. Dessa organização, emerge a reciprocidade como FIE mais importante, a qual se articulam subalternamente as outras formas, inclusive o mercado. Uma pergunta importante a ser feita é: como se acessava anteriormente terra, capital e dinheiro nessas sociedades organizadas por comunidades, ou seja, como o território geria esses recursos?

Quanto a terra, é improvável que o mercado imobiliário tenha sido o fundamento institucional de acesso das comunidades tradicionais a essas terras. Primeiro, pela existência da propriedade comum respaldada pela *práxis* da comunidade, o que inviabiliza a propriedade privada e sua apropriação pela transação de compra e venda. Segundo, essas práticas de gestão dos comuns exigem outras FIE para obterem sucesso. Terceiro, excluídas as terras comuns, a posse, a herança<sup>6</sup> e outras formas de acesso que não permeiam a instituição mercado são utilizadas em sociedades camponesas.

---

<sup>6</sup> Em Moura (1978) é apresentado um exemplo da diversidade de instrumentos que possibilitam o acesso à terra ao campesinato, nesse caso através da herança, tendo como respaldo institucional o parentesco e a família. No Estado do Piauí, segundo De Moraes *et. al.* (2020) apenas 37,9% dos estabelecimentos camponeses são provenientes da compra de particular. O destaque são as heranças e doações que permeiam 49,3% das origens das terras.



Se o cotidiano é estruturado em práticas anteriores compromissadas com movimentos não mercantis (lucro) de acesso à terra, o mercado imobiliário não é dominante. Isso é coerente com o argumento de uma ruptura imposta pelo Estado com a finalidade de expropriar os camponeses dessas terras e alocá-las a indivíduos e organizações que se reproduzem e estabelecem integrações econômicas pautadas nos mercados. Esses agentes impregnam o cotidiano do território com *práxis* instituinte que são coerentes com a troca mercantil, mercados e propriedade privada, ganhando escala e representatividade na estrutura, promovendo sua alteração, reduzindo a heterogeneidade não só na base produtiva, mas das instituições da sociedade.

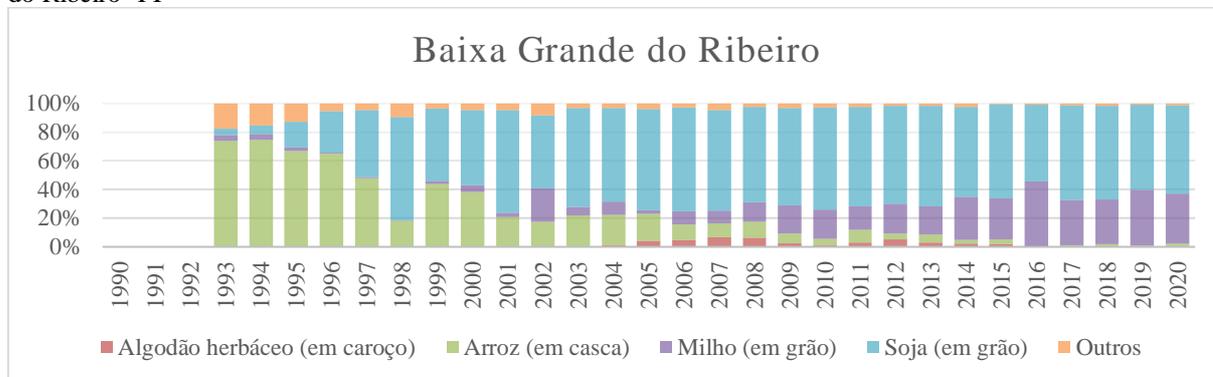
Dessa forma, é possível identificar as características fundamentais do processo de uso e ocupação das terras implementados no cerrado piauiense, especificamente nos municípios de Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí a partir da imposição da agricultura moderna na região em detrimento de uma economia nativa essencialmente camponesa, extrativa, de agricultura familiar e de autoabastecimento.

Considerando essa relevante participação do agronegócio da soja no desempenho econômico da região do cerrado no estado do Piauí, outro elemento de análise que se desenvolve neste ensaio busca explicitar a desestruturação da heterogeneidade econômica da região. Com efeito, a década de 1990 se apresenta como uma importante referência histórica que nos permite identificar de forma clara esse processo de transição econômica da região do cerrado.

A partir da intensificação da expansão do agronegócio no cerrado piauiense, os espaços socioprodutivos dos municípios de Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí, bem como de alguns outros municípios, migraram de uma economia predominantemente extrativista, baseada principalmente em culturas frutíferas, para uma economia forjada na produção de soja (e mais recentemente aumentando a participação do milho), conforme apresentado nos Gráficos 02 e 03.



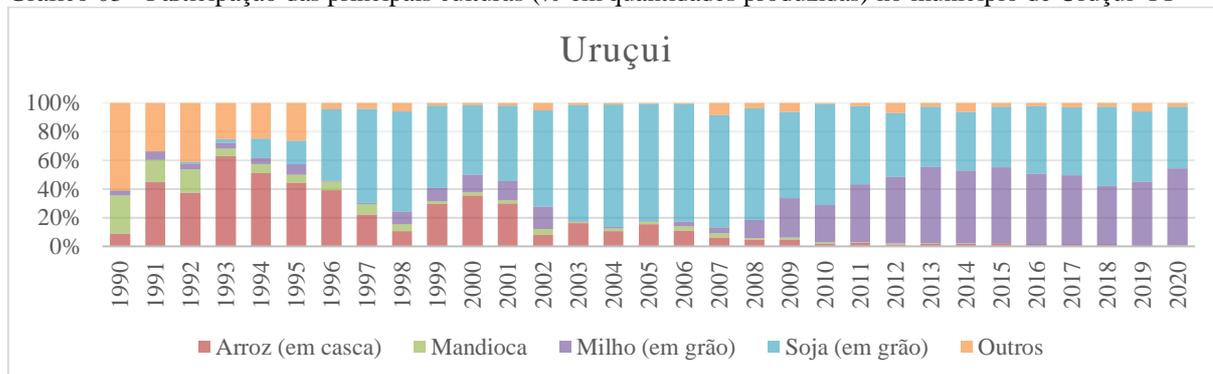
Gráfico 02 - Participação das principais culturas (% em quantidades produzidas) no município de Baixa Grande do Ribeiro -PI



Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2021a)

Nota: Inexistem dados anteriores a 1993, em virtude da própria fundação do município, ocorrida em abril de 1992.

Gráfico 03 - Participação das principais culturas (% em quantidades produzidas) no município de Uruçuí -PI



Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2021b)

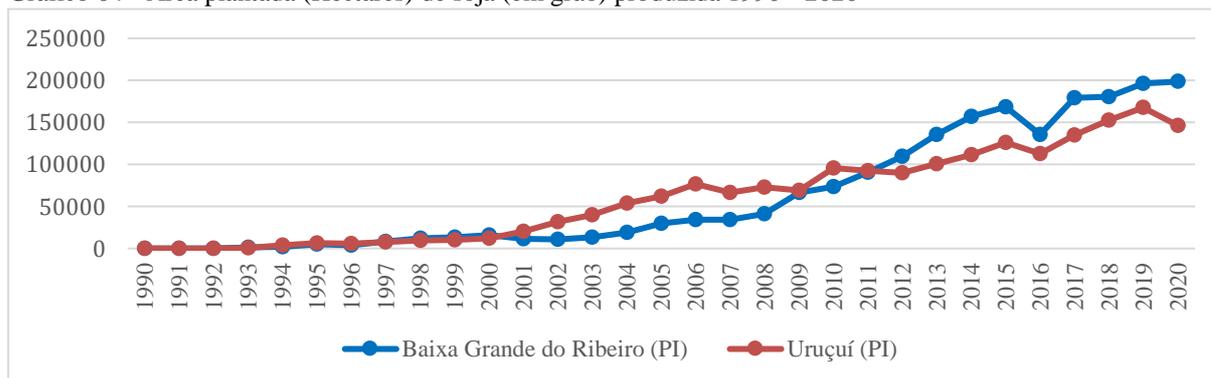
Como se observa, a partir da década de 1990 o volume de produção da soja ganha corpo e marca uma transição histórica nos modelos produtivos de ambos os municípios e em boa parte do cerrado piauiense. Mesmo Baixa Grande do Ribeiro sendo um município fundado no ano de 1992, observa-se que toda a região (acrescentando Uruçuí), antes baseada no extrativismo e em culturas mais diversificadas como Abacate, Abacaxi, Algodão arbóreo (em caroço), Banana (cacho), Batata-doce, Cana-de-açúcar, Castanha de caju, Fava (em grão), Feijão (em grão), Laranja, Limão, Mamona, Mandioca, Manga, Melancia, Sorgo (em grão) e Tangerina, conforme IBGE (2021a), dá lugar de forma predominante à monocultura da soja, intensificando-se esse processo no início do atual século.

Ademais, o Gráfico 04 mostra evidências de expansão dos empreendimentos vinculados ao cultivo da soja, ratificando o caráter migratório de uma agricultura essencialmente familiar e de abastecimento interno, para o modelo agrícola patronal-exportador, já no atual século. Entretanto, para que o referido fenômeno de migração produtiva se intensificasse, além da



expansão dos empreendimentos era também necessária a manifestação de outros processos de transição: a transformação do trabalhador/produtor camponês, bem como das suas relações de trabalho.

Gráfico 04 - Área plantada (Hectares) de soja (em grão) produzida 1990 - 2020



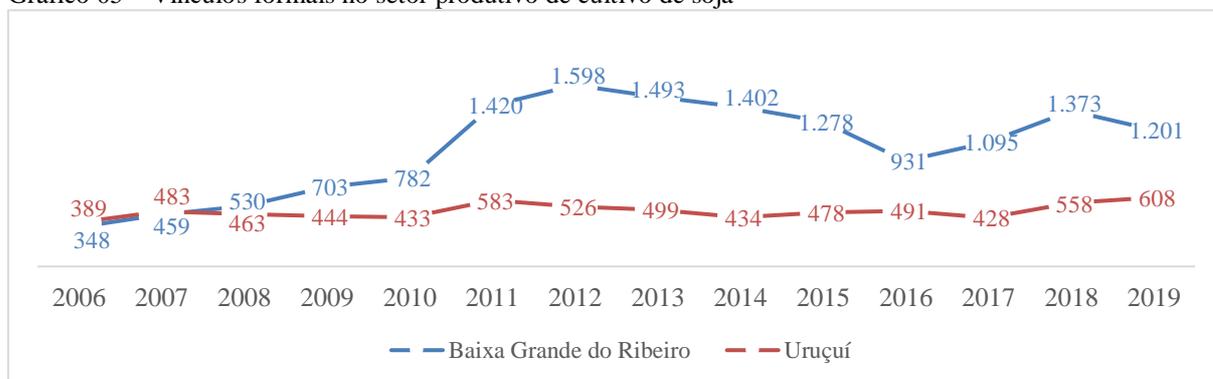
Fonte: Elaboração própria com base no IBGE (2021a)

Com a intensificação de modernização agrícola do espaço socioprodutivo piauiense em curso, o trabalhador/produtor rural (de certa forma autônomo e manifestado sobretudo na figura do camponês) necessariamente deveria migrar para a condição de trabalhador assalariado rural. O trabalhador rural e o acesso a sua força de trabalho em comunidades camponesas podem ser acessados de diversas formas. No âmbito da família camponesa e sua racionalidade específica (COSTA, 2012; CHAYNOV, 1924; CHAYNOV, 1974), podemos destacar a domesticidade como FIE e a autarquia como instituição. Em âmbito comunitário, o trabalho extrafamiliar pode ser acessado por inúmeras *práxis* que partem da reciprocidade e da redistribuição como FIE – trocas de diárias, trabalhos coletivos (DE MATOS, 2007; ANDRADE, 2016) e outras. Em nenhuma dessas *práxis* temos o mercado de trabalho como instituição organizadora. Há uma coesão e interdependência entre a organização social comunitária, comportamento (FIE) e as instituições integradoras da economia.

O surgimento do trabalhador assalariado rural na região do cerrado pode ser visualizada com a evolução das formalizações dos vínculos de emprego no subsetor do cultivo da soja (conforme tabela CNAE 2.0) que se expandiram, especificamente nos municípios de Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí, conforme observados no Gráfico 05. Essa dinâmica também demonstra a pressão do mercado de trabalho sobre as fontes de força de trabalho, tornando-se uma forma concorrente às outras instituições mencionadas acima geridas pelas comunidades.



Gráfico 05 – Vínculos formais no setor produtivo de cultivo de soja



Fonte: Elaboração própria com base no ME/CAGED (2021)

Nota: Tabela CNAE 2.0 Subclasse Cultivo da Soja

A priori é de se deduzir que geração de emprego e renda deva corroborar para melhoria das condições de vida dos sujeitos alvos desse fenômeno, sejam capitalistas, sejam trabalhadores. Entretanto, a essência do fenômeno de apropriação desigual das riquezas geradas é dissimulada pela aparência dos números que escancaram o vigoroso desempenho econômico do agronegócio da soja piauiense. Quando se analisa somente o desempenho dos números (em sua aparência) e não os seres humanos ali secundarizados (a essência do fenômeno), perde-se de vista essa característica imanente à lógica de expansão capitalista – a de ser concentradora e excludente – ao passo que se insinua a disseminada retórica de melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento socioeconômico para as regiões em que o capitalismo se expande em intensidade, a partir de meros números de postos de trabalho criados, sem necessariamente adentrar nos aspectos específicos das relações laborais tais como a precariedade das condições de trabalho e de salários (para não citar outras), resultantes da modernização agrícola.

Enfim, o que se constata na prática é o processo de transição do trabalhador rural informal autônomo, hegemonicamente vinculado à economia extrativista, familiar e diversificada, para um trabalhador assalariado, formal e vinculado a processos produtivos patronais de monoculturas, em ritmos/velocidades distintos dos anteriormente verificados, bem como métodos, objetivos e condições de execução de seus trabalhos vinculados agora às necessidades do capital e determinados pelo comércio mundial. Os contingentes não absorvidos pelo assalariamento rural e desprovidos da terra necessária para reprodução da vida em comunidade, recorrem as cidades e ao seu mercado de trabalho para assegurar sua reprodução.



Finalmente, analisando os três elementos propostos por Polanyi (2000), encerramos com o dinheiro. Esse elemento da tríade apresentamos como uma camada argumentativa em prol da heterogeneidade, porém, que carece de dados empíricos. Sendo assim recorreremos a exemplo gerais que acreditamos ilustrar (semelhanças) os tipos de transações empregadas pelo campesinato utilizando dinheiro de uso específico. Segundo Polanyi (2012), o dinheiro é anterior ao mercado e não está restrito a um único padrão monetário. O dinheiro apresentou ao longo da história pelo menos quatro usos: a) meio de pagamento, que emprega o uso de objetos quantificáveis para o cumprimento de obrigações, sendo o objeto utilizado diretamente no movimento de quitação do devedor para o credor; b) padrão de valor ou unidade de conta, ocorre quando o objeto quantitativo é utilizado para equiparar os valores de tipos diferentes de bens; c) entesouramento, é o objeto utilizado para acumular a riqueza de seu possuidor, portanto, não pode ser perecível; d) meio de troca, utilizando objetos quantificáveis para operar trocas indiretas, ou seja, se obtém unidades da moeda por meio da troca direta, sendo essas unidades utilizadas para adquirir de forma indireta os objetos realmente desejados em outro ato de troca.

Somente no capitalismo onde o mercado é a instituição dominante o dinheiro (na forma de papel-moeda) incorpora simultaneamente esses quatro usos, sendo um dinheiro de uso geral – por realizar todas as funções. Entretanto, quando outras FIE e instituições assumem a dominância no sistema econômico, como a simetria, centralidade e autarquia, o sistema monetário ganha em diversidade, pois o dinheiro se acopla a diferentes objetos como moeda e, mais importante, esse dinheiro tem usos específicos, culturalmente instituídos.

Não há como analisar o dinheiro de uso específico e o sistema monetário na obra de Polanyi (2012) sem compreender o papel das equivalências. Elas não são preços, tão pouco estão associadas especificamente aos mercados. Polanyi (2012 p.116) enuncia equivalências como “(...) o número de unidades de um tipo de objeto que, ao ser substituído por um número de unidades de outro tipo, deixa o resultado inalterado (...)”. Onde as equivalências estão estabelecidas, o uso do dinheiro como meio de troca era dispensável, pois os produtos eram intercambiáveis diretamente por existirem proporções justas, reguladas e geralmente estáveis (não flutuantes como preços). Isso ocorre especialmente nos Estados da sociedade arcaica. Essas equivalências não eram instituídas pelo mercado, e sim por instituições subalternas aos Estados que concediam pagamentos e aceitavam recebimentos através das equivalências,



habitando toda a sociedade arcaica a fixação daquelas. Portanto, as equivalências associadas aos diferentes usos do dinheiro eram o fundamento do sistema monetário. O relevante para o nosso objeto é que o dinheiro de uso específico se articula as FIE alternativas ao mercado, manifestando-se sobretudo através da existência de equivalências.

Como exemplo do uso de dinheiro específico, podemos indicar meios de pagamentos de obrigações em espécie (produtos ou trabalho) de aceitação geral nas comunidades; a utilização da moeda corrente (Real) apenas como unidade de conta para equiparar os produtos e serviços trocados assim como o escambo<sup>7</sup>; o uso do gado como meio de entesourar a riqueza; e por fim, como meio de troca, qualquer objeto que se utilize para a troca indireta, como os comerciantes das comunidades que vendem produtos diversos e recebem em um gênero de aceitação nos mercados urbanos próximos, como a farinha de mandioca (troca direta), que por sua vez trocam está por papel-moeda (troca indireta) para honrar seus compromissos na cidade e reabastecer seu estoque de mercadorias.

Esses exemplos nos apresentam um sistema monetário em que diferentes objetos quantificáveis (moedas), exercem funções específicas. Nesse caso, a necessidade de papel-moeda (Real) em circulação na comunidade é menor dado o sistema de equivalências, assim o papel-moeda não é pré-condição para a realização do comércio (este também, anterior ao mercado), adequando-se assim o sistema monetário as necessidades reprodutivas e a base produtiva local. Nesses casos a imposição da padronização monetária através do papel-moeda pode restringir ao invés de estimular a circulação de meios materiais de subsistência.

Alves (2006 p. 163) retrata a mudança (sem utilizar o recurso teórico-metodológico de Polanyi) na dominância das instituições sobre o dinheiro no cerrado piauiense, afirmando que antes da disseminação das *commodities* e do agronegócio, “*as relações assentadas pela mediação do dinheiro não representavam, entretanto, a forma dominante*”. Na passagem, o dinheiro é usado nos termos de dinheiro como uso geral, incorporando os quatro usos específicos. Se o uso do dinheiro era de caráter específico, então o sistema monetário das comunidades tradicionais deveria empregar um amplo leque de equivalências, onde a moeda corrente é empregada ao lado das equivalências e dinheiro com funções de uso específico. Quando ocorre a ruptura, as empresas e indivíduos que promovem a expansão da base produtiva

---

<sup>7</sup> ARAMBURU (1994) apresenta um exemplo amazônico de uso específico do dinheiro envolvido com o aviamento, onde a moeda é utilizada apenas como unidade de conta e não como pré-condição a realização da transação.



homogeneizadora já familiarizados com o mercado, contribuem para expansão da “mediação do dinheiro”, alterando as interdependências já mencionadas anteriormente entre a organização da sociedade, FIE e instituições, mudando profundamente o sistema monetário das comunidades, assim como o fez com o acesso aos fatores terra e trabalho.

Unidades produtoras de *commodities* e seus proprietários e gestores, geralmente imigrantes de outras regiões do Brasil como indica Alves (2006 p. 163-164), se autodenominam como contagiados pelo “espírito de empreendedores capitalistas”, estando envolvidos com o sistema financeiro organizados por mercados, tanto nacional quanto internacional. Nas palavras dos indivíduos, “*aqui nós calculamos diariamente o preço da nossa soja pelo o que é estipulado na Bolsa de Chicago*”. Em Reydon & Monteiro (2004), como citado acima, várias foram as políticas que disponibilizaram crédito e incentivos para esses produtores suprirem com “capacidade empresarial” a região. A modernização da agricultura a partir do modelo da revolução verde exige investimentos tão elevados em tecnologias (exógenas) mecânicas, químicas e biológicas quanto os valores dos Planos Safra sucessivamente anunciados para financiar o agronegócio no Brasil.

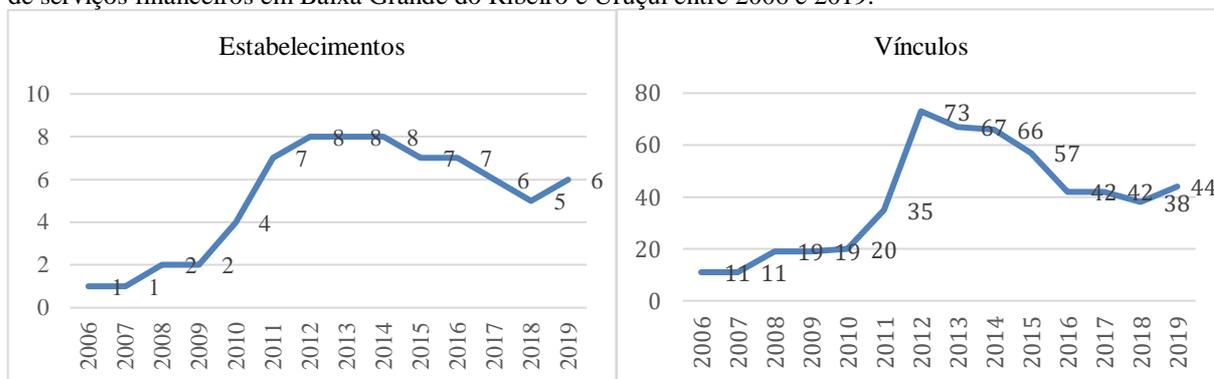
Uma dimensão (não a única) importante dessa dominância do mercado sobre o dinheiro é a multiplicação do capital bancário nas áreas em expansão dessa base de produção homogênea. A firma bancária é por excelência as instituições de mercado que auxiliam o Estado na disponibilidade do dinheiro de uso geral, inclusive expandindo essa base monetária autonomamente<sup>8</sup>. Com a expansão da atividade de bancos comerciais, outras instituições financeiras também são atraídas pela expansão dos negócios relacionados a dinheiro de uso geral, correlacionados com a atividade bancária – principalmente as relacionadas a empréstimos pessoais, consignados, financiamento de bens móveis e outros serviços complementares aos dos bancos, porém, com menos exigências e garantias. Como é possível observar no Gráfico 06, há um crescimento acelerado dos estabelecimentos que desenvolvem atividades de serviços financeiros (dentre eles os bancos comerciais) e dos seus vínculos empregatícios formais relacionados a estes. Entre 2006 e 2019, os estabelecimentos cresceram 500% e os vínculos 300%.

---

<sup>8</sup> Nos referimos a endogeneidade da moeda defendida pelos autores pós-keynesianos.



Gráfico 06: Número de estabelecimentos e o número de vínculos empregatícios formais referentes a Atividades de serviços financeiros em Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí entre 2006 e 2019.



Fonte: Elaboração própria com base no ME/CAGED (2021)

Nota: Tabela CNAE 2.0 Divisão Atividade de Serviços Financeiros<sup>9</sup>.

No auge dessa expansão, em 2012, os estabelecimentos chegaram a crescer 700% e os vínculos 564% em relação a 2006. Crédito para investimento, custeio agrícola, seguros agrícolas, consórcios e outros, são termos condizentes com essa habituação ao dinheiro de uso geral, que encontra sua contraparte na comprovação da propriedade privada e nas expectativas de fluxos futuros de lucros da base produtiva. Sendo assim, o anterior sistema monetário baseado em equivalências e usos específicos do dinheiro (mais diversos) perde domínio no território, cedendo a dominância ao mercado e a moeda corrente de uso geral, o que está em consonância com a ascensão do mercado imobiliário rural e do mercado de trabalho assalariado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio deixa patente que Polanyi e Thompson trazem importantes contribuições teórico-metodológicas de se investigar evidências empíricas que expressam a essência da heterogeneidade produtiva e institucional experimentada em regiões não necessariamente mercantis, ou ditas como periféricas do capitalismo, manifestadas pelos sujeitos do campo, seja por via do associativismo, cooperativismo, economias quilombolas e indígenas, e demais experiências diversificadas e diversificantes. A partir de Thompson

<sup>9</sup> Atividades de serviços financeiros: Esta divisão compreende as atividades com a finalidade de criar, coletar, intermediar e redistribuir recursos financeiros próprios ou de terceiros sob sua responsabilidade. Esta divisão compreende também as atividades das sociedades de capitalização. Esta divisão não compreende as atividades de seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde (divisão 65) e as atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde (divisão 66)



podemos concluir que antes da década de 1970, o cerrado piauiense era regido por um direito comum, que emanava e era fiscalizado pela instituição hierarquicamente superior, a comunidade. Com certo grau de autonomia em relação ao Estado de direito e suas regras formais, o direito comum comunitário legitimava e estimulava a gestão dos recursos comuns, mitigando a propriedade privada e relações mercantis – isso se aplica também as relações de integração econômica entre as pessoas – que entrassem em contradição com a economia moral ou a sociedade de *status* em que se assentava. Isso significa garantir a reprodução das FIE e suas instituições de respaldo.

A partir do interesse do capital nas terras do cerrado piauiense como plataforma de suporte para a tecnologia empregada na produção de *commodities*, os interesses privados de grupos migrantes e o Estado desapropriam as comunidades de suas terras comuns e seus recursos, iniciando uma mudança institucional que resultaria na expansão e domínio do mercado imobiliário rural, mercado de trabalho assalariado e na homogeneização do sistema monetário. O direito comum não é válido contra a reivindicação do Estado e dos interesses privados representantes do capital, que empregam a lei e a força. Inaugurada a dominância do mercado e da propriedade privada, as relações sociais perdem em diversidade – no sentido da escala, pois não desaparecem por completo – e se simplificam a partir das motivações mercantis e de lucro, expresso na “mediação do dinheiro” afirmada por Alves (2006). Contudo, há conflitos<sup>10</sup> e resistências, e as comunidades são as unidades de onde essas reivindicações surgem.

Dardot & Laval, por sua vez, dão pistas importantes acerca do “fazer” e do “agir” desses sujeitos insurgentes, dentro de uma ideia de *práxis* consciente, no sentido de compreender a luta e de como se buscar a promoção da transformação, diante dos desafios impostos pela lógica neoliberal que invade e se apodera das regiões rurais. Enfim, a discussão trazida pela abordagem teórica dos comuns se apresenta como fundamental aos estudos que seguem caminhos contra hegemônicos. Os autores contribuem para as análises institucionais, mesmo as que extrapolam o comum, com o argumento de que a mudança institucional pode ter um *design* inteligível e adequado a um certo propósito em sua origem, ou seja, o processo de criação de uma nova instituição pode ser em parte consciente. Em parte, por que somente a origem da instituição – a prática e nas suas regras de uso – é consciente (intencionalidade), já que o

---

<sup>10</sup> Andrade e Viana (2015)



processo de institucionalização das regras de direito derivadas da prática foge ao controle direto dos agentes. Os autores indicam que essa consciência repousa sobre a prática que inventa ou cria as regras de direito através de seu uso, logo, da prática surge uma alternativa de regra de direito, que pode ou não se tornar uma instituição. Nesse sentido, as mudanças nas instituições tornam-se emancipadoras, pois há uma consciência do que se deseja mudar e não um auto reforço com mudanças sutis ao que está posto.

É por esse caminho que o comum e os movimentos contra hegemônicos devem seguir. No que se refere ao comum, isso significa acrescentar ao cotidiano recorrentemente novas práticas que propositalmente sejam diferentes das formas já instituídas pelo mercado, em especial, aderentes as outras FIE reforçadas por organizações políticas e sociais na forma de comunidades. Essas práticas por sua vez não podem ser organizadas sem um conjunto mínimo de regras, estas sim, as novas concorrentes das instituições já estabelecidas. Na obra de Dardot e Laval (2017), as principais instituições (aspectos econômicos) a serem combatidas pelo comum são os mercados e a centralidade estatal, que são instituídas pelas diversas práticas que se enquadram na troca mercantil e da redistribuição – que preconizam a propriedade estatal frente a comum.

Comunidades, FIE e instituições de respaldo constituem um todo articulado e interdependente, sendo as comunidades o nível mais elevado hierarquicamente – os fatores terra e trabalho, assim como o dinheiro, são utilizados e acessados de acordo com as regras provenientes das interdependências desenvolvidas nesse todo articulado. São nas práticas que organizam esses elementos interdependentes que a inovação institucional consciente deve atuar, expandindo a diversidade. A base para a expansão da diversidade deve ser a própria cultura da comunidade.

Embora a análise dos elementos – o uso e ocupação dos solos, desestruturação da heterogeneidade econômica, surgimento do trabalhador rural assalariado e expansão do dinheiro de uso geral – tendo como referência a região objeto deste estudo seja preliminar, pois não podemos avançar de forma considerável do ponto de vista empírico, nos foi permitido a partir do diálogo com as abordagens teóricas, uma melhor compreensão acerca das (novas) estratégias de imposição da lógica capitalista nos espaços institucionalmente heterogêneos, mas principalmente, nos instiga a refletir sobre uma agenda de pesquisa que incorpore com mais rigor empírico tais elementos da diversidade e também sobre as estratégias de reivindicação e



de resistência dos comuns, frente ao processo dialético de estruturação e desestruturação de economias, logo, gerador de riquezas e misérias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, T. J. A; MONTEIRO, M. S. L. Modelo agrícola e desenvolvimento sustentável: a ocupação do cerrado piauiense. **Ambiente & Sociedade** – Vol. VIII nº. 2 jul./dez. 2005.

ALVES, V. E. L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses**: formação territorial no império do agronegócio. 2006. 320 p. Tese (Doutorado) – Pós-Graduação em Geografia Humana. São Paulo-SP: Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_, V. E. L. Modernização agropecuária, ruptura e permanência do modo de vida camponês nos cerrados do sul do Piauí. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 77, p. 7–28, 2001.

ANDRADE, J. P. **Labor e prazer**: a prática e o sentido dos mutirões na comunidade Monte Sião, São Domingos do Capim – PA. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Belém-PA: Universidade Federal do Pará, 2016.

ANDRADE, P. S. de; VIANA, M. R.. A Questão Fundiária Sob o Impacto do Agronegócio no Cerrado Piauiense. **Rev. FSA**, Teresina, v. 12, n. 4, art. 13, p. 207-229, jul./ago. 2015.

ARAMBURU, Mikel. **Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, p. 82-99, 1994.

CEPRO. FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ. **Cerrados piauienses**: estudo e análise de suas potencialidades, impacto da exploração da riqueza sobre a população da região. Teresina: Fundação CEPRO, 2014.

CHAYANOV. V. A. **Teoria dos Sistemas Económicos Não capitalistas** (1924). Disponível:<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf>> . Acesso em: 19 SET. 2018.

\_\_\_\_\_, V. A. **La Organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

COSTA, F. A. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo**: teoria e prática no EUA e na Amazônia Brasileira. Belém: NAEA, 2012.

CUNHA, F. E. O.; SANTOS JÚNIOR, S. G. **A dialética da acumulação “primitiva-moderna” no cerrado piauiense**. Carta CEPRO, Teresina, v.31, n.1, p.57-76, jan./jun. 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**. Ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.



DE MATOS, G. C. G. **A prática do puxirum no plantio da roça**. UNICAMP: X Simpósios Internacionais Processo Civilizador, 2007. Acesso em 28.11.2021. Disponível em: [http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos\\_PDF/Glaucio\\_de\\_Matos.pdf](http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais10/Artigos_PDF/Glaucio_de_Matos.pdf).

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Agropecuária Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021a. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 nov 2021a.

\_\_\_\_\_. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Regionais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 nov 2021b.

ME. MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)**. Disponível em < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>> Acesso em 22 nov. 2021.

MONTEIRO, M. S. L. **Ocupação do Cerrado piauiense**: estratégia empresarial e especulação fundiária. 2002. 227 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Economia. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

DE MORAES, M. D. C.; DE SOUSA, A. M. B.; ARAÚJO, C. F. S. Agricultura Familiar no Piauí: uma leitura do censo agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 51, p. 71-91, 2020.

MOURA, M. M. **Os Herdeiros da Terra**. São Paulo: Ed, Hucitec, 1978.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro, Campus, 2000.

\_\_\_\_\_, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2012.

REYDON, B. P.; MONTEIRO, M. S. L. **A ocupação do cerrado piauiense**: um processo de valorização fundiária. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural – 25 a 28/07/2004, 2004, Cuiabá. Anais do Congresso, 2004. p. 1-20.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SILVA, A. J.; MONTEIRO, M. S. L.; BARBOSA, E. L. Nova dinâmica produtiva e velhas questões territoriais nos cerrados setentrionais do Brasil. **Revista Espacios**, Caracas, v.36, n. 21, p. 14, 2015.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.



**Artigo recebido em: dezembro/2021**

**Artigo aceito em: fevereiro/2022**



## **DIVERSIDADE DE ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS EM ECONOMIAS PRIVADAS E COLETIVAS NA AMAZÔNIA**

### ***DIVERSITY OF PRODUCTIVE STRATEGIES IN PRIVATE AND COLLECTIVE ECONOMIES IN THE AMAZON***

Timni Vieira<sup>1</sup>

Camila de Cássia do Socorro da Silva<sup>2</sup>

Thayana Cristina de Andrade Rodrigues<sup>3</sup>

Círia Cristiane da Rosa<sup>4</sup>

Roberto Porro<sup>5</sup>

Rodrigo Geroni Mendes Nascimento<sup>6</sup>

#### **RESUMO**

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a diferença entre estratégias familiares do uso do solo nas diferentes formas de propriedade da terra na Amazônia. A partir de uma pesquisa com 345 entrevistados em 15 municípios do Estado do Pará, os resultados apontaram uma maior diversificação nos arranjos coletivos com a combinação: “agricultura, capoeira e extrativismo florestal”, evidenciando que não há diferença na diversidade produtiva quanto ao número total de espécies agrícolas cultivadas e no extrativismo das espécies florestais (sem diferenciação entre tipos de cultivo e dos usos florestais) entre os arranjos coletivos e particulares, assim como no tamanho médio da área de ocupação, com exceção do uso da cobertura florestal, utilizada para extrativismo, a qual demonstrou ser influenciada pela forma de propriedade da terra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Uso e cobertura do solo. Uso comum na Amazônia. Campesinato amazônico.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Economia no Programa de Pós-graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal do Pará. E-mail: timni85vieira@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Planejamento do Desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. E-mail: camiladassilva@gmail.com

<sup>3</sup> Doutoranda em Planejamento do Desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. E-mail: thayana23@gmail.com

<sup>4</sup> Mestranda em Planejamento do Desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. E-mail: ciriarosa1994@gmail.com

<sup>5</sup> Pesquisador da Embrapa Amazonia Oriental (Belém/PA). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Agriculuras Amazônicas (PPGAA) do Instituto de Estudos da Agricultura Familiar da Universidade Federal do Pará. E-mail: roberto.porro@embrapa.br

<sup>6</sup> Docente no Programa de Pós-graduação em Ciências Florestais (PPGCF) da Universidade Federal Rural da Amazônia. E-mail: rodrigo.geroni@ufrpa.edu.br



## ABSTRACT

The objective of the research is to analyze if there is a difference between family land use strategies in the different forms of land ownership in the Amazon. The survey was conducted with 345 respondents in 15 municipalities in Pará and there was greater diversification in collective arrangements with the combination of “agriculture, ‘capoeira’ (altered soils by antropic action) and forestry for extractivism”. There was no difference in productive diversity in total number of agricultural species cultivated and forest species (no differentiation between types of cultivation and forest use) between collective and private arrangements, as well as the average size of the area. There was only difference with the average size of the forest cover used for extractivism, which is influenced by the form of land ownership.

**KEYWORDS:** Land use; Collective land use management in Amazonia; Peasantry.

## INTRODUÇÃO

A Amazônia abriga a principal floresta tropical do planeta. Possui uma diversidade não somente vegetal, mas de distintos arranjos sociais, por meio dos quais o território é manejado sob diversas formas, sejam estas coletivas em terras de uso comum, ou individual por famílias camponesas, agricultores e empresas rurais. Quanto às estratégias reprodutivas das famílias, estas são pautadas em questões que incluem, entre outras, a finalidade do uso da terra.

De maneira geral, as principais formas de uso do solo no meio rural na Amazônia são a agricultura, a pecuária e o extrativismo florestal. A tipologia de cobertura do solo resultante inclui cultivos agrícolas (anuais e perenes), pastagens, capoeiras e florestas. A destinação do uso e cobertura do solo atende aos interesses das unidades familiares de acordo com suas estratégias reprodutivas em arranjos individuais/privados ou coletivos/comuns, que priorizam a produção de alimentos, o extrativismo madeireiro e não madeireiro, a manutenção da vegetação e provisão de serviços ecossistêmicos, entre outras finalidades.

Assim sendo, este trabalho constituiu-se de pesquisa empírica realizada em 15 municípios do estado do Pará, a qual teve como objetivo analisar se as estratégias reprodutivas adotadas, a partir das formas de uso e cobertura do solo, diferenciam-se conforme a posse da terra seja individual ou coletiva.

### **Formas de uso da terra na Amazônia: complexidade e diversidade**

A agricultura desde os tempos imemoriais faz parte da história e possui diferentes expressões no mundo todo, podendo ser abordada sob diversos paradigmas culturais, ecológicos, econômicos e sociais, entre outros (PENNEREIRO, 2003). A terra passou a ser uma ferramenta de obtenção de conhecimentos para os seres humanos, os quais por meio da



experimentação incorporaram técnicas, produziram instrumentos e aprimoraram tecnologias, que tornaram o sistema de manejo agrícola cada vez mais produtivo e eficiente (ANDRADE, 2019).

As principais atividades econômicas praticadas ao longo dos séculos por camponeses na Amazônia envolvem o uso da terra no manejo agrícola para roças e cultivos perenes, pastagens e a extração florestal dos produtos madeireiros ou não madeireiros (COSTA, 2020). No período da colonização portuguesa, a busca e a exploração das drogas do sertão por migrantes, fazendeiros pecuaristas e posseiros (MARTINS, 1981) foram o motivo de ocupação e redução da diversidade produtiva na Amazônia, pelo aumento da demanda por produtos como cacau, guaraná e castanha-do-Pará, dentre outros (COSTA, 2013). Transformações na diversidade dos sistemas produtivos e nas estratégias produtivas familiares locais na Amazônia foram também influenciadas pelos projetos de desenvolvimento que ocorreram a partir da década de 1960, quando incentivos do governo federal à agropecuária na região promoveram a implementação das atividades agrossilvipastoris (COSTA, 2013).

Pela proximidade semântica, os conceitos “cobertura do solo” e “uso da terra” são por vezes usados indistintamente, no entanto, o primeiro está diretamente associado ao revestimento, ou tipo de cobertura natural ou artificial (ROSA, 2007), enquanto o segundo refere-se à sua utilização cultural (NOVO, 2010).

Os estudos do uso da terra e da cobertura do solo são fundamentais para entender transformações na Amazônia, a partir da compreensão das ações antrópicas de caracterização e distribuição espacial dos tipos de vegetação natural que revestem o solo (ROSA, 2007). Sob este prisma, a diversidade se apresenta sob múltiplas formas de uso e ocupação relacionadas a cultivos agrícolas, capoeira, pastagem ou floresta. Essa diversidade é exemplificada pelo domínio da técnica da agricultura de corte e queima por indígenas, fundamental na formação das denominadas “Terras Pretas de Índio” (TPI), um solo rico em nutrientes orgânicos e propício ao desenvolvimento de vegetais (CLEMENT *et al.*, 2009). Por outro lado, a agricultura de corte e queima torna-se insustentável na medida em que são feitas repetidas queimadas, o que reduz o tempo de pousio entre os cultivos (DENICH; KANASHIRO; VLEK, 1999).

Os povos camponeses desenvolveram técnicas agroecológicas empregadas no manejo da terra, a exemplo do pousio das roças e os policultivos, que segundo Denevan (2010) contribuíram na melhoria da qualidade do solo. A mandiocultura é exemplo de atividade



agrícola que faz parte da diversidade produtiva que ocupa os solos amazônicos, a qual mesmo sendo cultivada de forma intensiva, é sucedida por espécies arbustivas após a colheita que acabam formando a capoeira (CLEMENT, 2001; CLEMENT *et al.*, 2009), que pode tanto recompor um passivo ambiental quanto viabilizar o uso agrícola ou agropecuário em ciclos futuros pela recuperação da eficiência produtiva e características do solo, como um ativo ambiental (COSTA, 2004).

Na Amazônia, as crescentes áreas de pastagens degradadas resultantes da pecuária extensiva têm sido um problema crítico, exigindo cada vez mais técnicas de recuperação como a produção com incorporação dos componentes arbóreos, denominada silvipastoreio (DIAS-FILHO, 2006). A este conjunto de usos e ocupações dos solos amazônicos, cabe adicionar as florestas, cuja utilização é uma das principais características dos povos tradicionais da região (BRONDÍZIO, 2021). A elas estão associadas atividades relevantes como o extrativismo dos produtos florestais não-madeireiros (a exemplo das raízes, resinas, gomas, óleos, ceras, dentre outros) e madeireiros (madeira e lenha).

Por fim, para entender a riqueza dessa diversidade na Amazônia, cabe, primeiramente, entender os fundamentos dos sistemas produtivos das diversas categorias representadas pelas diferentes trajetórias tecnológicas. As trajetórias tecnológicas são, de acordo com Dosi (2006)<sup>7</sup>, citado por Costa (2012a), um padrão usual das atividades que se baseiam nos paradigmas tecnológicos para resolução dos problemas produtivos e reprodutivos nas dimensões econômica, institucional e social, ou, nas palavras de Costa (2012a), “trajetórias tecnológicas” são formas reais-concretas de realização de um paradigma”. Este paradigma, para Dosi (citado por Costa, 2009) refere-se a “um modelo ou um padrão” da solução dos problemas tecnológicos que abrangem as diversidades da relação entre trabalho humano, objetivado por um modo de produção, e seu objeto último, a natureza.

### **Trajетórias Tecnológicas de uso do Bioma como força produtiva no meio rural amazônico**

A partir da diversidade nas formas de uso e ocupação do solo e de arranjos sociais existentes na Amazônia, importa também compreender a diversidade estrutural, ou seja, analisar os diferentes sistemas de produção no campo social, econômico, político e ambiental.

---

<sup>7</sup> DOSI, G. *Technological paradigms and technological trajectories*. In: Revista Brasileira de Inovações, v.5, n.1, 2006. p. 22-23.



No contexto da diversidade estrutural, Costa (2007) aponta que na região Norte existe uma combinação entre fundamentos do trabalho, do capital físico e do capital natural, associados nas formas de produção básica que convergem para dois tipos de sistemas produtivos: o camponês e o patronal.

Uma avaliação comparativa dos três últimos censos agropecuários no território amazônico (1995, 2006 e 2017), constatou que estes sistemas se estruturam sob diferentes formas. O sistema de produção patronal é caracterizado pelos estabelecimentos baseados em trabalho assalariado, que convergem para a produção especializada com intenso uso mecânico do solo, como um sistema de produção que se associa ao uso de capital físico, com pouco manejo e/ou uso intenso do capital natural (COSTA, 2009; 2021). As trajetórias patronais são divididas em quatro tipos. A trajetória patronal T4 é caracterizada pelo sistema produtivo que converge para a pecuária de corte; a trajetória T5 converge ao sistema de *plantation* e às culturas permanentes. A trajetória T6, é representada pela silvicultura (COSTA, 2009). Por fim, recentemente, houve a inclusão da trajetória T7, com vistas ao cultivo de grãos (soja, milho e outros) (COSTA, 2021). Uma característica comum a todas as trajetórias patronais é a homogeneização da paisagem, fator este que tem causado alto impacto na biodiversidade.

Por outro lado, na trajetória camponesa, a racionalidade entre o capital natural e o modo de produção mecânico-químico se inverte, pois há a predominância da força de trabalho familiar combinada com uma relação fundiária expressa em estabelecimentos rurais de pequena escala, que se associa ao uso do capital físico (mecânico-químico) e ao manejo do capital natural (formações florestais primárias e secundárias), compondo sistemas de produção bastante diversos com predominância dos sistemas agroflorestais que dispõem da alta diversidade de componentes e interações (COSTA, 2021). Importa ressaltar que esta trajetória apresenta divide-se em torno de três trajetórias (COSTA & FERNANDES 2016). A T1 representa um tipo de agricultura relativamente especializada, porém, com sistemas diversificados, de modo que nela realiza-se a pecuária de corte e o plantio das culturas permanentes. O uso do solo é intensivo, porém com baixo impacto na biodiversidade, bem como na formação de dejetos. Por outro lado, a trajetória T3 é marcada pelo uso extensivo do solo e homogeneização da paisagem, característica que gera alto impacto na biodiversidade, além da intensa quantidade de dejetos devido ao predomínio da atividade agropecuária, contribuindo com a emissão dos gases poluentes. Somam-se a estas características, a queima da floresta para formação de plantações



e pastagens, assim contribuindo com a expansão das áreas degradadas (COSTA, 2009). Para finalizar, a trajetória tecnológica T2 consiste na trajetória camponesa que mais se alinha ao desenvolvimento sustentável, pois é peculiar de sua produção o uso da diversidade natural disponível, causando baixo impacto na biodiversidade e na formação dos impactos poluidores (COSTA, 2009).

A evolução e sustentação inovadora das trajetórias camponesas são importantes no contexto da diversidade, pois seus sistemas de produção podem representar um caminho alternativo e a busca pela consolidação de uma nova base produtiva (COSTA & FERNANDES, 2016).

### **A delimitação privada e não-privada da posse da terra na Amazônia**

Dentre as formas de posse da terra que ocorrem na Amazônia estão as terras de uso comum e a propriedade privada. Segundo Costa e Ravena (2017), os regimes de propriedade nos territórios amazônicos podem ser classificados em áreas particulares delimitadas por cercas simbólicas, áreas comunais e áreas sob domínio do patrão, sendo a posse comum constituída pelo uso coletivo dos recursos naturais, mediado pelas regras e direitos construídos e respeitados pelos usuários.

Para Tonucci Filho (2019), o comum está voltado às práticas e relações de produção e reprodução coletivas e cooperativas, baseadas no compartilhamento dos recursos, as primeiras constituindo relações sociais, e as segundas, modos de produção. Por outro lado, a propriedade privada confere ao detentor os direitos de uso absoluto, exclusividade e alienação sobre o bem possuído, baseando-se no direito de expulsar, sancionado pelo Estado, sendo a terra uma “mercadoria fictícia”, prevalecendo o direito individual sobre o direito comunal.

Na Amazônia há um claro contraste entre o caráter privatista da propriedade da terra e a forma de uso e ocupação do território pelos povos indígenas, comunidades quilombolas, agroextrativistas e demais comunidades tradicionais. Nessa região, um dos principais traços de formação social é a persistência das políticas elitistas, patrimonialistas, voltadas para a acumulação de capital, características estas que não são adequadas nem aplicáveis no contexto amazônico, onde as práticas culturais e de produção seguem um fluxo muitas vezes alinhado aos ciclos ecológicos (BENATTI, 2011). As comunidades tradicionais incluem pequenos agricultores rurais de base familiar, com uma economia fundamentada no agroextrativismo,



organizados social e politicamente, com certo envolvimento com o mercado e a sociedade ampla, além de uma relação com a natureza que os integra ao território nos arranjos coletivos. As comunidades que ocupam ou reivindicam o uso de áreas de conservação como Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), além dos Assentamentos Agroextrativistas e Quilombos, são alguns exemplos de populações tradicionais (BENATTI, 2018).

As Reservas Extrativistas foram definidas como uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, com objetivo de atender, de forma satisfatória, seringueiros e ambientalistas quando da criação da lei 9.985/2000, que trata do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (CUNHA, 2010). Trata-se de uma forma de gestão comunitária e coletiva dos recursos naturais para se contrapor à concentração fundiária e ao aumento das propriedades individuais (ESTRELA, 2020). Sendo uma unidade de conservação de uso sustentável, é permitido seu uso pelas populações tradicionais para o extrativismo, agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte, tendo como objetivo “proteger os meios de vida e a cultura dessas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”, com regime de uso e posse viabilizado por contrato (BRASIL, 2000, art. 18 e 23).

Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) objetivam, além da preservação da natureza, assegurar a reprodução e a melhoria da qualidade de vida da população, valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e manejo tradicional do ambiente (BRASIL, 2000). Enquanto as RESEX foram pensadas a partir da integração das propostas de seringueiros e ambientalistas, as RDS partiram de conflitos entre pesquisadores e povos tradicionais quando da criação de uma Estação Ecológica no estado do Amazonas, que deu origem à primeira RDS do país (QUEIROZ, 2005).

Os Projetos de Assentamento têm sofrido com o desmatamento há algum tempo, sendo essencial a integração da agenda ambiental na pauta fundiária para que modalidades de assentamento sejam adequadas, entre outros fatores, ao ambiente florestal e ao modo de vida das populações quanto ao não parcelamento do solo. Os Projetos de Assentamento Agroextrativistas são uma dessas modalidades e têm como objetivo incentivar práticas de populações tradicionais assentadas, seja com extrativismo vegetal, animal, produção sustentável e turismo ecológico. Além do aspecto produtivo, a criação destas áreas visa



conservar as características e os costumes da população residente (SILVA *et al.*, 2017; COSTA & PORRO, 2019).

As Comunidades Quilombolas têm a terra como seu elemento central, importante para o reforço da coesão e identidade das comunidades e preservação do modo de vida. Nessas comunidades predomina o uso comum da terra, no qual esta não é considerada mercadoria, mas o espaço físico em que as unidades familiares constroem seu universo social (SILVA, 2019). Dalosto *et al.*, (2019) enfatizam a insegurança social desse grupo, pelo fato de que, em sua grande maioria, não detém a propriedade das terras que ocupam. O último levantamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2018, apontou que existiam 1.715 processos abertos para reconhecimento e titulação de comunidades quilombolas no Brasil, dos quais 23 estão titulados no estado do Pará. Segundo Schöenberg (2020), apesar de ter direito à terra, a concretização desse direito normalmente não ocorre devido a falhas na aplicação de ações de Estado.

Já Monteiro, Vasconcelos & Treccani (2019), afirmam que a propriedade quilombola é a única modalidade de reconhecimento dos territórios tradicionais que transfere definitivamente a área para o grupo, em caráter coletivo, inalienável e intransferível, garantindo maior segurança jurídica à comunidade em relação ao seu direito territorial quando titulado. Esta condição não é tão eficaz nos casos de RESEX e projetos de assentamentos coletivos, para os quais a concessão é feita em caráter precário às comunidades tradicionais, por meio da Concessão do Direito Real de Uso (CDRU), o que os torna mais suscetíveis a alterações legislativas e à interferência externa sobre seus territórios.

Para Benatti (2018), quanto aos aspectos jurídicos, as populações tradicionais podem ser consideradas posseiras quando não tiveram seus direitos à terra reconhecidos, ocupando terras públicas ou privadas sem consentimento de terceiros, não possuindo títulos legais que lhes garantam o domínio da terra que estão de posse. Da mesma forma, produtores rurais que não estão entre as populações tradicionais referenciadas também podem sofrer com a distribuição e posse de terras, como os camponeses.

A terra enquanto propriedade camponesa é uma forma de reprodução de trabalho e de vida, mais do que instrumento de uso capitalista para obtenção de lucro, mesmo assim, no contexto amazônico, a distribuição da posse da terra ocorre de modo desigual, limitando a área que poderia ser destinada à agricultura familiar (MARTINS, 1981; FEARNSSIDE, 2020). A



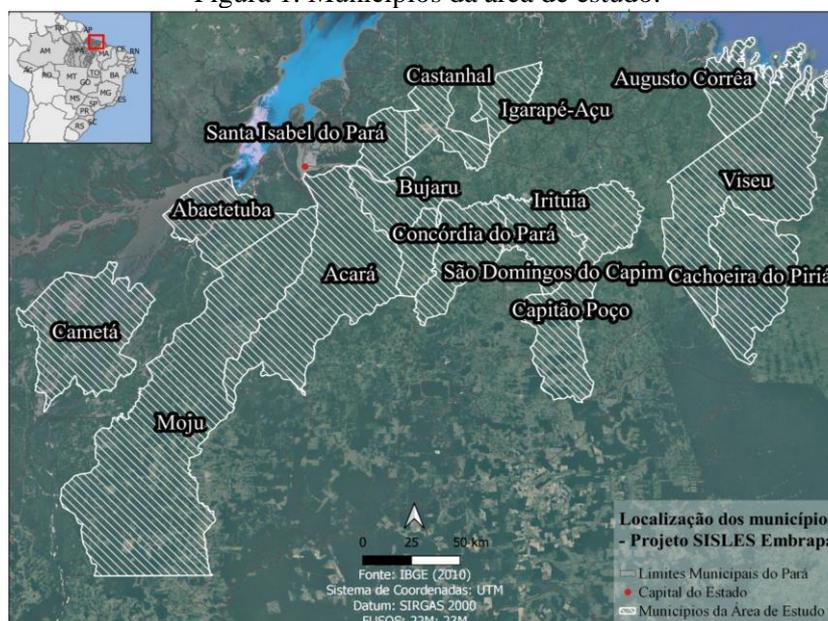
agricultura camponesa é uma forma de produção muito presente na região amazônica e caracteriza-se pela união entre os agentes produtores e consumidores na propriedade rural, de forma indistinta na aplicação do trabalho e apropriação do consumo. É reconhecida uma relação de subalternidade imposta pelos capitalistas aos camponeses no que tange ao acesso à terra por meio de sua apropriação, condição necessária para a obtenção de uma autonomia relativa que lhes garanta a subsistência e, por consequência, independência. Pela ótica marxista, essa subalternidade pode ocorrer tanto ao nível de circulação (relação de trocas entre setor agrícola e industrial) quanto de produção (forma como o capital “desenha” o processo produtivo no campo para maior vantagem nas relações de trabalho) (ROMEIRO, 1992; COSTA, 2000; COSTA 2012b).

Considerando a complexidade dos arranjos de propriedade da terra que ocorrem na Amazônia e os diferentes usos do solo que competem na região, a indagação que guiou esta pesquisa é a seguinte: As estratégias de uso do solo, pelas unidades familiares, são influenciadas pelas diferentes formas de propriedade da terra na Amazônia?

### **Formas de produção e propriedade da terra no rural amazônico**

A análise das formas de uso e cobertura do solo e as formas de propriedade na Amazônia foi realizada a partir dos dados coletados em pesquisa de campo por meio de entrevistas em 15 municípios no estado do Pará (Figura 1). Essa área foi delimitada a partir da base de dados obtida por meio do projeto SISLES (*Sustainable Improvement of Swiddens for Livelihoods and Environmental Services*) realizado em 2015 pela Embrapa Amazônia Oriental, em levantamento em campo de informações econômicas, sociais e ambientais sobre sistemas de produção em comunidades de produtores rurais, com objetivo de implementar uma pesquisa-ação para identificação e avaliação da viabilidade de intensificação sustentável dos sistemas de roçados a partir da integração com árvores nas paisagens. A escolha dos municípios considerou como critérios uma área mínima municipal de 500 ha de mandioca colhidos (e extremos de produtividade), predominância da agricultura familiar e a ocorrência de Assentamentos de reforma agrária e/ou Territórios Quilombolas, totalizando 345 domicílios entrevistados.

Figura 1. Municípios da área de estudo.



Fonte: os autores, adaptado de IBGE (2010).

Nestes municípios a maior parte da população é rural, em idade ativa (15-64 anos), com quase a totalidade dos estabelecimentos (99%) sendo de agricultura familiar (IBGE, 2017). A produção agrícola (culturas temporárias e culturas permanentes) e florestal (extrativismo madeireiro e não madeireiro) predominam em volume produzido e área ocupada, além de pastagem (natural, plantada e silvipastoril) e capoeira (palhada, capoeira fina e capoeira grossa).

Nesta pesquisa foram identificadas sete categorias fundiárias: Projetos de Assentamento convencionais, Projetos de Assentamento Agroextrativistas, Unidades de Conservação de Uso Sustentável, Projetos de Colonização, Territórios Quilombolas, Propriedades Particulares Regularizadas e Terras Ocupadas sem Posse Regularizada. As similaridades entre essas categorias levaram ao agrupamento em três classes: i) Áreas de posse e de assentados (Projetos de Assentamento, Projetos Agroextrativistas, Projetos de Colonização e Terras Ocupadas sem Posse Regularizada), totalizando 159 domicílios entrevistados; ii) Territórios Tradicionais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e entorno (Territórios Quilombolas e Unidades de Conservação de Uso Sustentável), totalizando 75 domicílios; e iii) Propriedades Particulares Regularizadas, que aqui são em sua totalidade Camponesas, totalizando 111 domicílios entrevistados.

Os dados sobre número de espécies agrícolas cultivadas e espécies florestais extraídas foram contabilizados por unidade entrevistada, a partir da soma do número de espécies



agrícolas diferentes cultivadas e soma do número de espécies florestais extraídas, sem distinguir entre agricultura permanente, temporária, extrativismo madeireiro e extrativismo não madeireiro. Estas somas, por entrevista, foram agrupadas nas três classes de forma de propriedade da terra. A análise foi feita a partir dos resultados obtidos no programa estatístico R<sup>®</sup> quando da interação entre as formas de propriedade e o uso agrícola ou florestal da terra, obtendo-se uma média fatorial de acordo com a combinação. Esta análise não considerou a cobertura da terra com Capoeira e Pastagem, sendo que nesta última ocorria somente uma espécie em cada. Vale ressaltar que não foram contabilizadas as espécies medicinais, condimentares, de fruteiras e hortaliças cultivadas em quintais agroflorestais ou hortas domésticas, o que pode ter influenciado os resultados comparativos.

O cálculo do número de espécies cultivadas por forma de propriedade da terra apresentou semelhança significativa entre as três classes analisadas. Isso significa que, a um nível de confiança de 5%, a quantidade de espécies agrícolas cultivadas não é influenciada pela forma de propriedade da terra. Em média, Áreas de posse e de assentados cultivam quatro espécies agrícolas, enquanto os Territórios Tradicionais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e entorno e as Propriedades Particulares Camponesas cultivam cinco diferentes espécies. Essa condição se deu pela variabilidade dos dados dentro de cada forma de propriedade, havendo quantidades mínimas e máximas em cada classe que sobrepujam os limites das classes adjacentes. O extrativismo florestal também não apresentou diferença estatística entre a quantidade de produtos florestais extraídos das áreas de floresta nas diferentes classes de propriedade da terra, como apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Quantidade média (unidades) de espécies agrícolas cultivadas e espécies florestais extraídas por forma de propriedade da terra na área de estudo.

| Uso da terra           | Forma de propriedade   | Quantidade média de produtos |
|------------------------|--|------------------------------|
| Agrícola               | Áreas de posse e de assentados   | 4,47 a                       |
|                        | Territórios Tradicionais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e entorno | 4,59 a                       |
|                        | Propriedades Particulares Camponesas   | 4,97 a                       |
| Extrativismo florestal | Áreas de posse e de assentados   | 2,20 a                       |
|                        | Territórios Tradicionais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e entorno | 2,04 a                       |
|                        | Propriedades Particulares Camponesas   | 1,94 a                       |



\*Médias seguidas por letras diferentes diferem estaticamente pelo Teste de Tukey a 5%.

Contrariamente, ao analisar a comunidade quilombola Abacatal, no Pará, Araújo *et al.*, (2017), verificaram ampla diversidade de usos e produtos da terra e afirmaram que ao se diversificar as atividades agrícolas na agricultura familiar, se amplia a quantidade de produtos comercializados e se garante o autoconsumo. Neste mesmo sentido, Moraes (2019), também verificou uma ampla diversidade de uso da terra, ao estudar a comunidade quilombola Baixinha, no estado do Pará, observando que os principais produtos explorados pela comunidade eram os produtos florestais não madeireiros (PFNM), produtos dos sistemas agroflorestais e plantações.

Já em estudo realizado por Teixeira *et al.* (2018) em Reservas Extrativistas terrestres na Amazônia, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Rondônia, também encontrou uma diversidade produtiva nas unidades familiares entrevistadas, a maior parte das unidades familiares entrevistadas praticavam apenas uma atividade, com destaque para produtos agrícolas em mais de 50% dos entrevistados, além do extrativismo florestal, em cerca de 42,8% destes.

Com relação à área ocupada, foram feitas duas análises na área de estudo. A primeira buscou verificar se havia diferença estatística no tamanho médio das áreas ocupadas com cada tipo de uso em cada forma de propriedade da terra. As áreas ocupadas por cultivos agrícolas, pastagem, capoeira e cobertura florestal para extrativismo foram agrupadas nas três classes de propriedade da terra, e então para cada uma das combinações foi calculada a média fatorial específica no programa estatístico R® e posteriormente a proporção destas combinações.

Antes de apresentar estes resultados, cabe ressaltar que a área com agricultura é a mais expressiva nas três formas de propriedade, seguido do extrativismo em florestas, usos que juntos respondem por aproximadamente 80% do total em Territórios Tradicionais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e entorno, assim como nas Áreas de posse e de assentados. Resultado semelhante foi encontrado por Guimarães (2013), que ao estudar as formas de uso da terra na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Uatumã, no estado do Amazonas, verificou que nessa Reserva existe um modelo tradicional de ocupação e uso da terra, sendo a agricultura, realizada no modelo familiar, a principal forma de uso da terra observada, seguida da pecuária, pesca e extrativismo. O autor observa que nessa RDS, tanto a agricultura quanto a pecuária apresentam baixo impacto, mas salienta que há grande variedade de espécies plantadas



nas áreas agrícolas desta localidade, totalizando em torno de 34 culturas agrícolas, demonstrando expressiva diversidade, tanto de uso da terra, quanto de espécies cultivadas.

Considerando a área média destinada a cada uso e cobertura do solo, as médias encontradas para a agricultura, capoeira e pastagem não apresentaram diferença estatística nas diferentes formas de propriedade da terra, possivelmente pela variação entre as unidades familiares entrevistadas, a ponto de a estratificação em formas de propriedade não influenciar esta variável. A área de floresta, contudo, não teve esse comportamento, sendo então diferenciada entre os arranjos coletivos e particulares, ao nível de confiança de 5%, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2. Área (ha) de uso e ocupação da terra pelos domicílios.

|                                   | <b>Agrícola</b> | <b>Floresta</b> | <b>Pastagem</b> | <b>Capoeira</b> |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| <b>Quilombolas</b>                | 3279.16 a       | 1258.14 a       | 1952.97 a       | 1807.48 a       |
| <b>Posseiros &amp; assentados</b> | 3139.40 a       | 1473.81 b       | 2088.39 a       | 1677.95 a       |
| <b>Particular</b>                 | 3436.13 ab      | 1399.92 ab      | 2087.59 a       | 1736.84 a       |

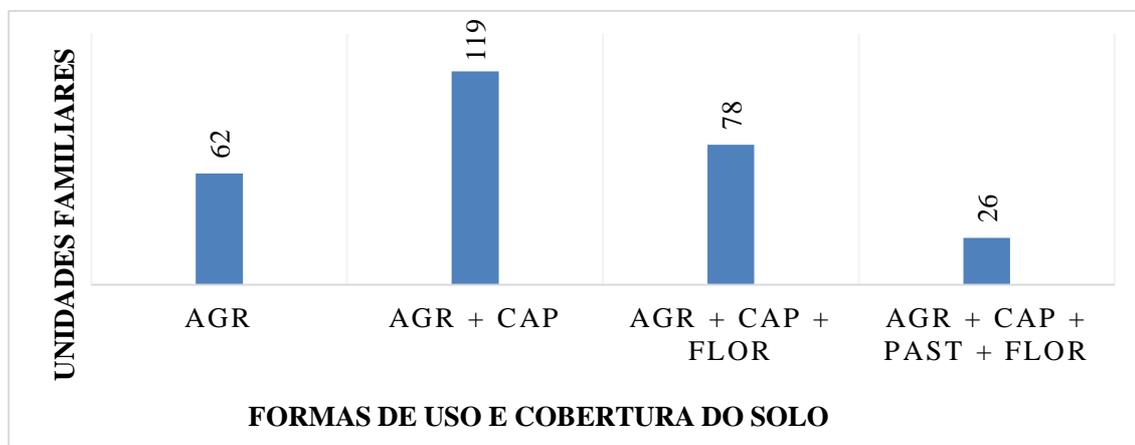
\*Médias seguidas por letras diferentes diferem estaticamente pelo Teste de Tukey a 5%.

Uma segunda análise na área de estudo verificou a diversidade de usos e cobertura do solo em cada classe de propriedade da terra, variando de um único até combinações variadas de usos e coberturas do solo (combinação entre agricultura, capoeira, pastagem e floresta). Para isso, os dados foram organizados, por unidade entrevistada, identificando-se a quantidade e as combinações e então agrupando-as nas três formas de propriedade. Assim, foram obtidas as áreas totais ocupadas desde um até o máximo de combinação, qual seja, “agricultura, capoeira, pastagem e floresta” em uma mesma unidade familiar, nas diferentes formas de propriedade da terra. Esses valores foram então calculados em termos de proporção da área total de toda a área de estudo.

Em número de unidades familiares entrevistadas, a agricultura é a atividade mais frequente, presente em 338 das 345 das unidades entrevistadas, seguido de capoeira em 253 unidades, cobertura florestal com uso extrativista em 125 unidades e pastagem em 67 unidades entrevistadas. Em mais de 80% destas unidades familiares o solo é parcelado entre diferentes atividades, com destaque para a combinação “agricultura e capoeira” (Figura 2).



Figura 2. Representação esquemática das diferentes formas de uso de propriedade da terra na Amazônia.



Fonte: Elaboração dos autores.

Em termos de área, no entanto, o espaço ocupado com três usos foi de mais de 55% do total entrevistado, enquanto a soma das áreas com dois usos respondeu por aproximadamente 34%. Observou-se que quando se incorpora a floresta no uso múltiplo da área, as unidades familiares entrevistadas em arranjos coletivos se sobrepõem àquelas com arranjos familiares particulares.

A manutenção da floresta em função do uso coletivo de produtores rurais também foi observada por Brondízio *et al.* (2009) em pesquisa realizada em Santarém, Pará, onde os pequenos produtores têm conseguido manter uma parte da floresta primária em suas terras. Os autores demonstram pequenos produtores mantêm 85% de suas terras com floresta, enquanto os grandes produtores mantiveram 70,7%. Guimarães (2013), ao estudar as formas de uso da terra na RDS do Uatumã, no estado do Amazonas, verificou que nessa Reserva, existe um modelo tradicional de ocupação e uso da terra pelas famílias, sendo a agricultura a principal forma de uso da terra seguida da pecuária, pesca e extrativismo.

A destinação da área para usos múltiplos pelos domicílios também foi uma realidade encontrada nas comunidades quilombolas de Abacatal por Araújo *et al.*, (2017), e Baixinha, por Moraes (2019), ambas no Pará. Nas duas comunidades há uma interação dinâmica entre várias atividades agrícolas, que incluem desde o cultivo de roças, de sistemas agroflorestais, quintais agroflorestais, extrativismo, dentre outras atividades, utilizando para isso mão de obra familiar. Realidade similar foi encontrada também por Soares *et al.* (2018,) ao investigarem a produção de alimentos destinados ao autoconsumo e o extrativismo de látex, no assentamento



Seringal, na Amazônia Meridional. Os autores verificaram que além da extração de látex, a maioria das unidades produtivas familiares (91%) produzia de três a quatro culturas, destinadas para a comercialização do excedente, e de seis a 12 culturas voltadas exclusivamente à alimentação familiar, sendo que a motivação para a produção para autoconsumo ocorre pela redução de despesas com compra de alimentos e a disponibilidade destes em quantidade e qualidade, garantindo a “segurança alimentar” dessas famílias, demonstrando que a produção de alimentos é uma importante estratégia para a permanência das famílias no campo.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados coletados nesta pesquisa permite afirmar que dentre as quatro principais formas de uso e cobertura do solo na Amazônia, agricultura, capoeira, pastagem e floresta, a agricultura foi o uso mais frequente, seguido da capoeira, floresta e pastagem. A diversidade produtiva não foi influenciada pelas formas de propriedade, ou seja, a quantidade das espécies cultivadas na agricultura e extraídas nas florestas não é influenciada pelo uso comunitário ou individual da área. Esta condição, contudo, pode ser alterada se os dados forem submetidos a uma análise dos subgrupos do uso da terra, como agricultura anual, agricultura permanente, extrativismo dos produtos florestais madeireiros e não madeireiros.

Em relação ao parcelamento do solo com diferentes atividades produtivas, nesta pesquisa observou-se que mais da metade da área avaliada era ocupada pelas unidades familiares que utilizam o solo com três diferentes atividades, sendo que na amostra, o componente “floresta” é mais frequente em usos múltiplos do solo em arranjos coletivos de unidades familiares.

Quanto ao tamanho médio da área ocupada, observou-se por meio das estatísticas que a cobertura do solo pela agricultura, pastagem e capoeira não apresentou diferenças quanto às formas de propriedade da terra, o que pode ser reconsiderado se fossem analisadas as classes das áreas de uso da terra, além dos outros subgrupos. Quanto à pastagem e a capoeira, em uma análise considerando pastos plantados, naturais e integrados com floresta, além das capoeiras nos diferentes estágios de recuperação da vegetação, pode-se demonstrar um comportamento variado pelas categorias de propriedade da terra. O tamanho médio da área da floresta para extrativismo, por sua vez, apresentou-se diferente e influenciado pela forma de propriedade particular ou não particular.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Dayana Velozo Pastor. **Agricultura, Meio Ambiente e Sociedade: um estudo sobre a adotabilidade da agricultura sintrópica**. 2019. 160 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais e Conservação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <[http://ppgciac.macaie.ufrj.br/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/DAYANA\\_VELOZO\\_PASTOR\\_ANDRADE.pdf](http://ppgciac.macaie.ufrj.br/images/Disserta%C3%A7%C3%B5es/DAYANA_VELOZO_PASTOR_ANDRADE.pdf)>. Acesso em 15 nov. 2021.

ARAÚJO, Allyne dos Santos *et al.* Análise socioeconômica de agricultores da comunidade quilombola do Abacatal, Ananindeua, estado do Pará, Brasil. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 7, n. 1, p. 30-37, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/biota/article/view/2466/v7n1p30-37.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2021.

BENATTI, José Heder. Das Terras Tradicionalmente Ocupadas ao Reconhecimento da Diversidade Social e de Posse das Populações Tradicionais na Amazônia. In: UNGARETTI, Débora; LESSA, Marília Rolemberg; COUTINHO, Diogo R.; PROL, Flávio Marques; MIOLA; Iagê Zendron; FERRANDO, Tomaso. (Ed). **Propriedades em Transformação: Abordagens Multidisciplinares sobre a Propriedade no Brasil**, p. 195-216, 2018. Disponível em: <<https://openaccess.blucher.com.br/article-list/9788580393279-397/list#undefined>>. Acesso em 08 nov. 2021.

BENATTI, José Heder. Propriedade comum na Amazônia: acesso e uso de recursos naturais pelas populações tradicionais. In: SAUER, Sérgio; ALMEIDA, Wellington (Orgs.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. p. 93-113. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/281562869\\_Propriedade\\_comum\\_na\\_Amazonia\\_a\\_cesso\\_e\\_uso\\_dos\\_recursos\\_naturais\\_pelas\\_populacoes\\_tradicionais](https://www.researchgate.net/publication/281562869_Propriedade_comum_na_Amazonia_a_cesso_e_uso_dos_recursos_naturais_pelas_populacoes_tradicionais)>. Acesso em 08 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, ... Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm)>. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRONDÍZIO, Eduardo Sonnewend; CAK, Anthony; CALDAS, Marcellus Marques; MENA, Carlos; BILSBORROW, Richard; FUTEMMA, Celia; LUDEWIGS, Thomas; MORAN, Emilio Frederico; BATISTELLA, Mateus. Pequenos Produtores e o Desmatamento na Amazônia. **Amazonia and Global Change: Geophysical Monograph Series**, v. 186, 2009. Disponível em: <[https://daac.ornl.gov/LBA/lbaconferencia/amazonia\\_global\\_change/8\\_Pequenos\\_Produtores\\_Brondizio.pdf](https://daac.ornl.gov/LBA/lbaconferencia/amazonia_global_change/8_Pequenos_Produtores_Brondizio.pdf)>. Acesso em 10 nov. 2021.



BRONDÍZIO, Eduardo Sonnewend. Uma agricultura amazônica: sem o conhecimento do agricultor ribeirinho não haveria expansão global da economia do açaí. In: CUNHA, Manuela Carneiro da; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; ADAMS, Cristina. (Org.); EMPERAIRE, Laure, coordenadora da seção 7. **Povos Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**: Contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2021. 351 p. Disponível em: <<http://portal.sbpcnet.org.br/livro/povostradicionais7.pdf>>. Acesso em 11 nov. 2021.

CLEMENT, Charles Roland; KLÜPPEL, Marina Pinheiro; GERMAN, Laura; ALMEIDA, Samuel Soares de; MAJOR, Julie; ARAGÃO, Luiz Eduardo Oliveira e Cruz de; GUIX, Juan Carlos, LLERAS, Eduardo; WINKLERPRINS, Antoinette M. G. A.; HECHT, SUSANNA B.; MCCANN, Joseph. A Diversidade Vegetal em Solos Antrópicos da Amazônia. In: TEIXEIRA, Wenceslau Geraldes; KERN, Dirse Clara; WOODS, William; LIMA, Hedinaldo Narciso; MADARI, Beata Emöke (org.). **As Terras Pretas de Índio da Amazônia**: Sua Caracterização e Uso deste Conhecimento na Criação de Novas Áreas. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2009. p. 146 – 161. Disponível em: <<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/684554>>. Acesso em 10 nov. 2021.

CLEMENT, Charles Roland. **Melhoramento de espécies nativas**. In: NASS, Luciano Lourenço; VALOIS, Afonso Celso Candeira; MELO, Itamar Soares de; VALADARES-INGLIS, Maria Cléria (Eds.). Recursos genéticos & melhoramento – plantas. Fundação de Apoio à Pesquisa Agropecuária de Mato Grosso. Rondonópolis: Fundação MT, 2001. p. 423 – 441. Disponível em: <<https://silo.tips/download/melhoramento-de-especies-nativas-instituto-nacional-de-pesquisas-da-amazonia-inp>>. Acesso em 13 nov. 2021.

COSTA, Francisco de Assis. *PATH dependency* e a transformação agrária do bioma amazônico: o sentido econômico das capoeiras para o desenvolvimento sustentável. **Novos Cadernos NAEA**, v. 7, n. 2, p. 111-158, dez. 2004. Disponível em: <[http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3170/1/Artigo\\_PathDependencyTransformacao.pdf](http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3170/1/Artigo_PathDependencyTransformacao.pdf)>. Acesso em 11 nov. 2021.

COSTA, Francisco de Assis. Trajetórias Tecnológicas como Objeto de Política de Conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, Campinas, SP, v. 8, n. 1, p. 35–86, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648975>>. Acesso em: 11 nov. 2021.

COSTA, Francisco de Assis. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo**: teoria e prática nos EUA e na Amazônia Brasileira. Belém: NAEA, 2012a. 310 p.

COSTA, Francisco de Assis. A. **Formação agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA, 2012b. 299 p.



COSTA, Francisco de Assis. **Ecologismo e questão agrária na Amazônia**. 2. Ed. Belém: NAEA, 2013. 86 p.

COSTA, Francisco de Assis. Economia camponesa referida ao bioma da Amazônia: atores, territórios e atributos. **Paper do NAEA**. V.20. n.2. p. 146 – 167, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/10390>> Acesso em 08 nov. 2021.

COSTA, Francisco de Assis. Mudança estrutural na economia agrária da Amazônia: uma avaliação inicial usando os censos agropecuários (1995, 2006 e 2017). **Boletim Regional, urbano e ambiental**, n. 23, Edição Especial Agricultura 2020 – IPEA, 2020. Disponível em: <[http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10480/1/brua\\_23\\_artigo6.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10480/1/brua_23_artigo6.pdf)>. Acesso em 08 nov. 2021.

COSTA, F. A.; FERNANDES, Danilo Araújo. Dinâmica Agrária, Instituições e Governança Territorial para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia. **Revista de Economia Contemporânea** (Impresso), v. 20, p. 517-552, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rec/a/spyfJ4ZsdFHGtQDJWmHfNf/abstract/?lang=pt>> Acesso em 05 nov. 2021.

COSTA, Francimara Souza da; RAVENA, Nirvia. Territórios e cercas simbólicas em regimes de propriedades comuns na Amazônia. **Geosul**, v. 32, n. 63, p. 159-179, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2017v32n63p159>>. Acesso em 10 nov. 2021.

COSTA, Mara Cristina de Lima; PORRO, Roberto. Assentamentos convencionais e projetos de desenvolvimento sustentável em Anapu, Pará: percepções locais da trajetória de implementação. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 22, n. 2, p. 63-98, 2019. Disponível em: <<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/376/304>>. Acesso em 06 jan. 2022.

CUNHA, Cláudia Conceição. **Reservas Extrativistas: institucionalização e implementação no estado brasileiro dos anos 1990**. 2010. 308 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wpcontent/uploads/2010\\_DOUT\\_Claudia\\_Conceic%C%A7a%CC%83o\\_Cunha.pdf](http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wpcontent/uploads/2010_DOUT_Claudia_Conceic%C%A7a%CC%83o_Cunha.pdf)>. Acesso em 06 nov. 2021.

DALOSTO, Cássius Dunck; DALOSTO; João Augusto Dunck; OLIVEIRA, Celso Lucas Fernandes. As Políticas Públicas para as Comunidades Quilombolas no Brasil. In: LACERDA, Gustavo Biscaia de. (Org.) **As políticas públicas frente a transformação da sociedade**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. p. 155-166. Disponível em: <<https://www.arenaeditora.com.br/wp-content/uploads/2019/08/e-book-As-Politicas-Publicas-frente-a-Transformacao-da-Sociedade.pdf>>. Acesso em 13 nov. 2021.



DENICH, Manfred; KANASHIRO, Milton; VLEK, Paul L. G. *The potential and dynamics of carbon sequestration in traditional and modified fallow systems of the Eastern Amazon region, Brazil*. In: LAL, Rattan; KIMBLE, J. M.; STEWART, B. A. (Ed.) **Global climate change and tropical ecosystems**. Boca Raton: CRC, 1999. p. 213-229. Disponível em: <<https://bitly.com/nmzbo>>. Acesso em 13 nov. 2021.

DENEVAN, William M. Machados de pedra versus machados de metal: a ambiguidade da agricultura de coivara na Amazônia pré-histórica. **Revista Amazônica de Antropologia**. V.2. n.2. p. 314 – 326, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/403/836>>. Acesso em 13 nov. 2021.

DIAS-FILHO, Moacyr Bernardino. *Sistemas Silvipastoris na Recuperação de Pastagens Degradadas*. **Documentos**, n. 258. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006. 34p. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/409785/1/Doc258.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2021.

ESTRELA, Lilian Mércia Benevenuto. **Populações Tradicionais e Reservas Extrativistas: Para quem habita esses territórios protegidos, quais fatores emergem como essenciais ao bem-estar e qualidade de vida?** 2020. 181 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação), Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&mode=single&page=26>>. Acesso em 13 nov. 2021.

FEARNSIDE, Philip Martin. Questões de posse da terra como fatores na destruição ambiental na Amazônia brasileira: O caso do sul do Pará. p. 39-54. In: Fearnside, Philip Martin. (ed.). **Destruição e Conservação da Floresta Amazônica**, Vol. 1. Editora do INPA, Manaus. 368 p. 2020. Disponível em: <<https://bitly.co/6qHu>>. Acesso em 22 nov. 2021.

GUIMARÃES, Eduardo Rizzo. **Caracterização e diagnóstico do uso da terra na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uatumã, AM**. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Programa de Pós-Graduação em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia Dissertação (mestrado), Manaus, 2013. Disponível em: <<https://bdtd.inpa.gov.br/handle/tede/1075>>. Acesso em 18 nov. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico: séries temporais**. 2010. Tabela 202. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202>>. Acesso em 21 ago. 2021.



IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Tabela 6884. 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6884>>. Acesso em 30 ago. 2021.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Certificação**. Disponível em: <[https://certificacao.incra.gov.br/csv\\_shp/export\\_shp.py](https://certificacao.incra.gov.br/csv_shp/export_shp.py)>. Acesso em 09 ago. 2021.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas – DFQ: Processos abertos**. Disponível em: <[https://antigo.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/processos\\_abertos.pdf](https://antigo.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/processos_abertos.pdf)>. Acesso em 05 jan. 2022.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981. Disponível em: <<https://felipemaiasilva.files.wordpress.com/2016/03/souza-martins-jose-de-os-camponeses-e-a-politica-no-brasil.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2021.

MONTEIRO, Aianny Naiara Gomes; VASCONCELOS, Tatiane Rodrigues de; TRECCANI, Girolamo Domenico. Impasses e desafios da regularização fundiária para comunidades tradicionais na Amazônia. **Retratos De Assentamentos**, 22(2), 39-62. 2019. Disponível em: <<https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/385>>. Acesso em 13 nov. 2021.

MORAES, Carla Kelen de Andrade; DE CARVALHO, João Olegário Pereira; DOS SANTOS, André Sousa. A relação entre comunidade e floresta: um estudo de caso da comunidade quilombola Baixinha, Baião/PA. **Cadernos CEPEC**, v. 6, n. 7-12, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/7039>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

NOVO, Evelyn Márcia Leão de Moraes. **Sensoriamento Remoto: Princípios e Aplicações**. 4ª ed. São Paulo: Edgard Blücher, 2010. 308 p. Disponível em: <<https://bitly.com/oSLIN>>. Acesso em 08 nov. 2021.

QUEIROZ, Helder. A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. **Estudos Avançados** v. 19, n. 54, p. 183-203. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/xtLyDBxZyng85RYByJMGtmC/?lang=pt>>. Acesso em 05 jan. 2022.

PENEREIRO, Fabiana Mongeli. Fundamentos da agrofloresta sucessional. In: SIMPÓSIO DE AGROFLORESTA SUCESSIONAL, 02, 2003. Aracaju. **Anais [...]** Sergipe: 2003. Disponível em: <[http://tctp.cpatu.embrapa.br/bibliografia/4\\_agrofloresta\\_sucessional\\_sergipe\\_peneireiro.pdf](http://tctp.cpatu.embrapa.br/bibliografia/4_agrofloresta_sucessional_sergipe_peneireiro.pdf)>. Acesso: 07 jan. 2022.

ROSA, R. **Introdução ao sensoriamento remoto**. Uberlândia: Ed. UFU, 2007.



ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Progresso técnico, organização da produção e condições de trabalho na agricultura. **Revista Brasileira de Economia**, v. 46, n.3. p. 377-397. 1992. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2645>>. Acesso em: 16 dez. 2021.

SCHÖNENBERG, Regine. *How to overcome the development deadlock in the Quilombo Vila Formosa, Brazil?* **Journal of Land Use Science**, v. 15, n. 2-3, p. 406-423, 2020. Disponível em:<[https://www.researchgate.net/publication/340433410\\_How\\_to\\_overcome\\_the\\_developm\\_ent\\_deadlock\\_in\\_the\\_Quilombo\\_Vila\\_Formosa\\_Brazil](https://www.researchgate.net/publication/340433410_How_to_overcome_the_developm_ent_deadlock_in_the_Quilombo_Vila_Formosa_Brazil)>. Acesso em: 21 nov. 2021.

SILVA, Valdecy dos Anjos da *et al.* Assentamento Agroextrativista e a dinâmica de Desenvolvimento na Amazônia: um estudo de caso da comunidade São Braz no PAE Eixo Forte em Santarém/PA. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL*, 8, 2017, Santa Cruz do Sul – RS. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2017. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16668/4213>>. Acesso em 06 jan. 2022.

SILVA, Jean Michel Moreira da. **Uso comum ou propriedade privada? o processo de construção e regulamentação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias**. Universidade de Brasília (UnB) Instituto de Ciências Sociais (ICS) Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Tese (doutorado), 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/38030>>. Acesso em 18 nov. 2021.

SOARES, Keller Regina; FERREIRA, Esvanio Edipo da Silva; SEABRA JUNIOR, Santino; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva. Extrativismo e Produção de Alimentos como Estratégia de Reprodução de Agricultores Familiares do Assentamento Seringal, Amazônia Meridional. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, p. 645-662, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/hKDnz3qkx6T4ycFLWkxzQYj/?lang=pt>>. Acesso em 17 nov. 2021.

TEIXEIRA, Thaís Helena; NOTTINGHAM, Mara Carvalho; FERREIRA NETO, José Ambrósio; ESTRELA, Lílian Mércia Benevenuto; SANTOS, Bruna de Vita Silva; FIGUEREDO, Natália Aragão de. A diversidade produtiva em Reservas Extrativistas na Amazônia: entre a invisibilidade e a multifuncionalidade. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 48, Edição especial: 30 Anos do Legado de Chico Mendes, p. 164-183. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/58805>>. Acesso em 13 nov. 2021.

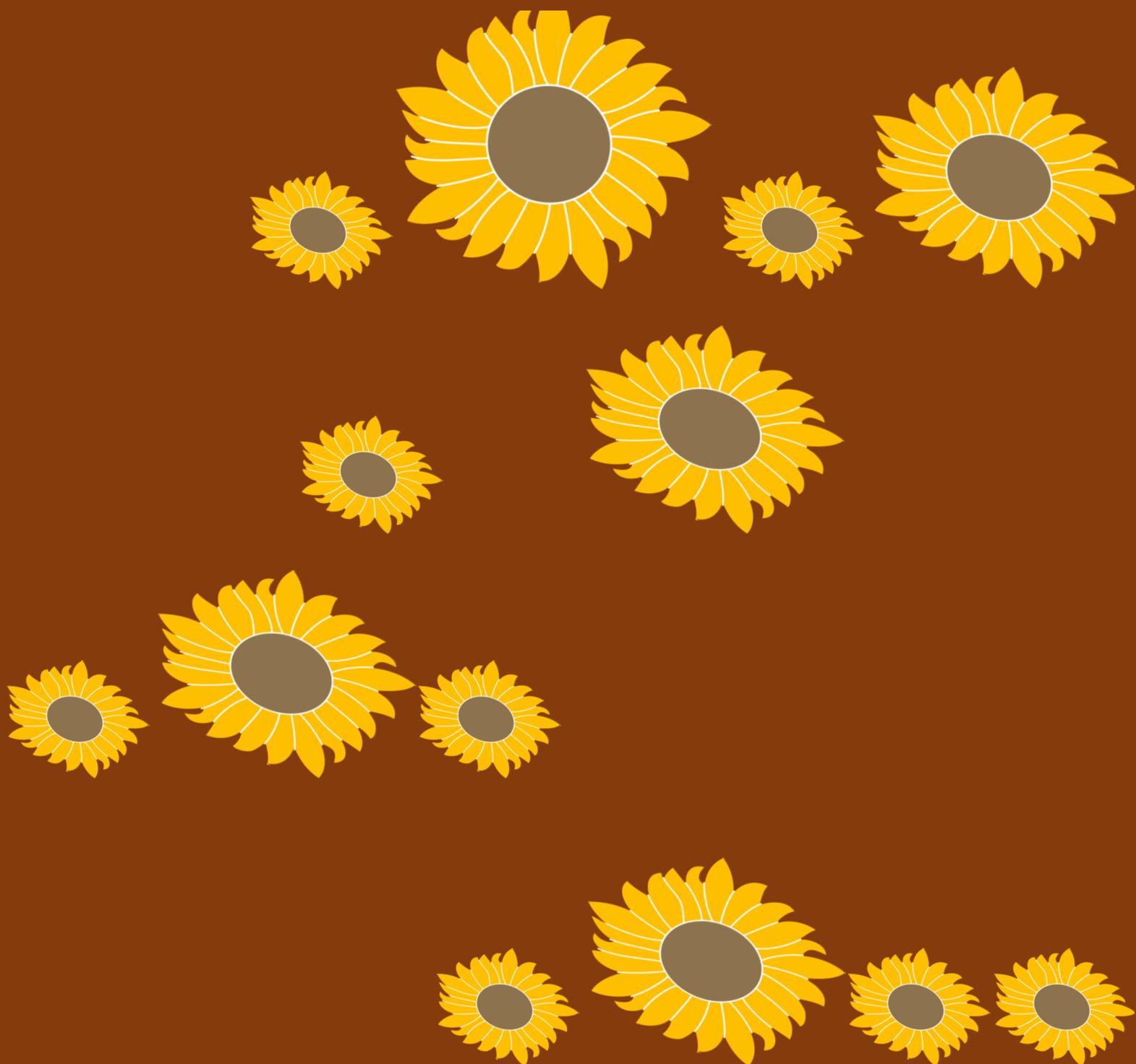
TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Além do Estado e do Capital: notas sobre três abordagens críticas do Comum. **Crítica Marxista**, n.49, p.153-173, 2019. Disponível em: <[https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id\\_revista=66&numero\\_revista=49](https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/sumario.php?id_revista=66&numero_revista=49)>. Acesso em 16 nov. 2021.



**Artigo recebido em: dezembro/2021**

**Artigo aceito em: fevereiro/2022**

# SEÇÃO LIVRE





## CLUBES SOCIAIS NEGROS E AGÊNCIA EDUCADORA NEGRA NO SÉCULO XX: O GRÊMIO RECREATIVO E FAMILIAR FLOR DE MAIO

### SOCIAL, AID AND PLEASURE CLUBS AND BLACK EDUCATIONAL AGENCY: THE *GRÊMIO RECREATIVO E FAMILIAR FLOR DE MAIO*

Karina Almeida de Sousa<sup>1</sup>

#### RESUMO

Os Clubes Sociais Negros (CSN) desenvolveram atividades recreativas, culturais e assistenciais/beneficentes, por meio da realização de eventos como bailes, festas, além da arrecadação de fundos e provimento de recursos financeiros aos seus membros desde a Primeira República. O Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio, localizado em São Carlos/SP somou a essas atividades uma escola primária (1936-s/d). Com base em pesquisas documentais, que consideraram arquivos, registros fotográficos, e atas, proponho analisar os CSN, em específico o Flor de Maio, tanto como movimentos sociais que atuam na dimensão da cultura quanto da educação promovendo aquilo que Gomes (2017) define por agência educadora negra.

**PALAVRAS-CHAVE:** organizações negras, clubes sociais negros; agência educativa negra.

#### ABSTRACT

The Social, Aid and Pleasure Clubs (SAPC) had developed recreational, cultural and welfare / charitable activities. Those activities were linked with events such as balls, parties, in addition to fundraising and provision of financial resources to their members since the First Republic. The Gremio Recreativo e Familiar Flor de Maio, addressed in São Carlos / SP added to these activities an elementary school (1936-n/d). Based on documentary methodology, which considered archives, photographic records, and minutes, I propose to analyze the SAPC, specifically the Flor de Maio, both as social movements that act in the dimension of culture and as an educational, promoting what Gomes (2017) defines by black educational agency.

**KEYWORDS:** black organization, Social Aid and Pleasure Clubs, black educational agency.

#### INTRODUÇÃO

“O Movimento Negro é um educador” (GOMES, 2017, p. 13). Os clubes sociais negros (CSN), representam essa agência educadora por meio da organização, mobilização e articulação

---

<sup>1</sup> Professora Adjunta de Sociologia da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e Professora Colaborada do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Possui doutorado sanduiche na *Georgia State University*- GSU (Atlanta/EUA) e é membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de São Carlos -NEAB/UFSCar, do Grupo de Pesquisa Transnacionalismo Negros e Diáspora Africana e do Grupo de Pesquisa GRAFITE- Grupo de Pesquisa sobre Ação Afirmativa e Temas da Educação Básica e Superior. E-mail: [sousa\\_karina@yahoo.com.br](mailto:sousa_karina@yahoo.com.br); [sousakarina@mail.uft.edu.br](mailto:sousakarina@mail.uft.edu.br).



entre negros e, no caso do Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio, também da oferta de educação formal.

Os Clubes Sociais têm sua trajetória vinculada a história, a memória e a sociabilidade da população afro-diaspórica nas américas<sup>2</sup>. Na América Latina eles se distinguiram das demais organizações negras., incluindo clubes sociais de elite, como El Progreso (Santiago, Cuba); Club Atenas (Havana), La perla Negra (Santo Domingo), Kósmos (São Paulo) e outras, menos prestigiosas, porém mais numerosas as “sociedades recreativas” (Cuba, Uruguai) e os “clubes de dança” (Brasil); associações atléticas como a Alianza Lima (Lima) e a Associação Atlética São Geraldo (São Paulo), que patrocinavam times de futebol, competições de corrida e outros eventos; e organizações cívicas como a Federação dos Homens de Cor e o Centro Cívico Palmares, no Brasil, e o Directorio Central de las Sociedades de Color em Cuba. No limite entre os níveis inferiores da classe média negra e os níveis superiores do proletariado negro estavam as sociedades de ajuda mútua, como o Centro de Cocheros (Havana), a Sociedade Protetora dos Desvalidos (Salvador) e La Protectora e o Centro Uruguay (Buenos Aires); e na Argentina, no Brasil, em Cuba e no Uruguai (e talvez em outros países, onde a pesquisa extensiva sobre organizações negras da virada do século está por ser feita), uma ativa imprensa negra registrava as atividades desses grupos (ANDREWS, 2007, p. 160-161).

O Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio, vulgo “Flor de Maio”, localizado no centro geográfico do Estado de São Paulo, a cidade de São Carlos<sup>3</sup>, foi fundado em 04 de maio de 1928 exclusivamente por negros funcionários da Companhia Paulista (Fepasa)<sup>4</sup>. Os dados

---

<sup>2</sup> O artigo é fruto de dois trabalhos de pesquisa recém publicados. Uma monografia apresentada em 2019 ao curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico do Programa de Pós-Graduação em Arte da Universidade de Brasília, intitulada “Unir para festejar, unir para lutar: os clubes sociais negros e o patrimônio material do Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio” e a tese “Corpo, transnacionalismo negro e as políticas de patrimonialização: as práticas expressivas culturais negras e o circuito afro-diaspórico “ defendida em 2020 no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos.

<sup>3</sup> O reconhecimento do “Flor de Maio” como patrimônio material e cultural no nível municipal ocorreu em 2011, pelo então prefeito Oswaldo Barba. Naquela ocasião o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico de São Carlos (COMDEPHAASC) considerou o clube como patrimônio histórico e cultural do município. O clube social negro de São Carlos foi o primeiro do Estado a ser tombado. No ano de 2014 o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) aprovou por unanimidade a abertura de estudos para o tombamento do “Flor de Maio” e de outros dois clubes do interior do estado, o Clube 13 de Maio, localizado no município de Piracicaba e o Clube Beneficente Cultural e Recreativo 28 de setembro, no município de Jundiá. Seguem reportagens sobre os temas: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2011/160865-barba-anuncia-tombamento-do-flor-de-maio-unico-clube-social-negro-de-sao-carlos.html>, [http://www.saci.ufscar.br/data/clipping/imagens/30233\\_00.jpg](http://www.saci.ufscar.br/data/clipping/imagens/30233_00.jpg) acesso em 30 de agosto de 2017.

<sup>4</sup> O sociólogo Marcio Macedula realizou um trabalho sobre as organizações negras na cidade de São



que darão suporte as análises aqui realizadas foram coletadas e organizadas a partir das técnicas da observação participante e da pesquisa documental realizada na referida associação. Desde finais da década de 20 do século passado “as pedras” erguidas pelos antigos membros do “Flor de Maio” vem sendo palco, constituindo e sendo constituídas, como um espaço de sociabilidade da comunidade negra do estado. Hoje referência nacional, o clube abrigou uma escola para alfabetização de negros e brancos, reuniões deliberativas para a comunidade negra, até grandes eventos artísticos musicais. Bailes com personalidades da música negra brasileira como Jair Rodrigues e Leci Brandão. Entre as inúmeras trocas de diretoria e até mesmo a diminuição de atividades recreativas e culturais inerentes ao grupo, o clube se mantém ativo e a comunidade negra que se identifica no e com o clube busca estratégias das mais diversas matrizes para garantir sua manutenção.

### **Agência negra e movimentos sociais**

As estratégias de articulação da população negra, especificamente nas Américas, de modo geral, e no Brasil de modo específico, localizamos uma significativa diversidade de modelos de organização que incluem quilombos, irmandades religiosas, associações, sociedades e agremiações; blocos carnavalescos; escolas de samba; jornais; grupos teatrais; coletivos, blocos afro, manifestações políticas-artísticas como o hip-hop, o funk, o samba, etc., o Movimento de Mulheres Negras, Movimento Negro. Na perspectiva de Santos (*apud* GOMES, 2017, p. 22), “os movimentos sociais em uma concepção mais alargada englobam um conjunto de ações de mobilização política, de protesto antirracista, de movimentos artísticos, literários e religiosos (...) fundados e promovidos por negros (...)”. O deslocamento conceitual é tomado enquanto estratégia analítica para a ampliação do campo semântico que considera a multiplicidade de atores, modelos, demandas e estratégias, em sua maioria coletivas voltadas a organização da população negra. Neste âmbito, os clubes representaram, desde sua fundação, espaços de agência em uma sociedade racialmente dividida e estruturada na desumanização das práticas, conhecimentos e experiências de negros e negras.

Interpretados por uma vasta literatura das Ciências Humanas e, em específico das Ciências Sociais, como importantes agentes de transformação, os movimentos sociais marcam

---

Carlos, entre elas o Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio. Este trabalho é utilizado como uma referência para as análises propostas.



sua atuação junto a realidade brasileira. O papel desses movimentos no processo de abertura democrática, seja na articulação de base buscando construir estratégias de sobrevivência e resistência as restrições e perseguições impostas pelo regime militar, seja nas articulações para o fim daquele regime, ou ainda, anos antes, nas lutas por direitos trabalhistas, direito ao voto e as liberdades individuais, coube aos grupos organizados atuar na articulação por direitos relacionados a contextos nacionais e internacionais.

No que toca as organizações negras, como agentes políticos na diáspora africana, sua ação vincula-se as representações culturais produzidas a partir do elo, do deslocamento e da criação de novos sentidos marcados pela colonização dos africanos, em um primeiro momento, e depois dos próprios negros.

the cultural representations or life and its struggles. Not only did black people through the experiences of live and death, slavery and freedom, but they created representations of those experiences in song and literature, in Family practices, in dress, and in their spiritual life (MANNING, 2009, p. 22).

Os CSN articulam representações culturais por meio da música, da dança e de um modelo próprio de organização. Um modelo mais comunitário do que individual. A data de fundação dos Clubes também varia relativamente, indicando que eles surgiram a partir do final do século XIX, por volta de 1870, até meados do século XX. Segundo Escobar (2010, p. 57), a origem dos Clubes Negros é anterior a Abolição da Escravatura (1888), sem deixar de estar diretamente relacionada a seu contexto. A informação pode ser verificada a partir da data de surgimento do Clube Sociedade Floresta Aurora<sup>5</sup>, que segundo registros, remonta ao ano de 1872. No artigo, analiso o período entre 1920 a 1937.

Nas Américas e na Europa a escravidão dos povos africanos representou um sistema em que a origem racial/étnica concedia ou retirava o *status* de humanidade. No Brasil, o contexto abolicionista orientou novas formas de organização dos sujeitos da diáspora, configurando inclusive a maior diáspora de povos africanos nas Américas. Além de ser o último país das Américas a abolir a escravidão negra, o Brasil, devido ao contingente de negros africanos

---

<sup>5</sup> Batista (2015, p. 130) ao se referir a dinâmica do Clube Sociedade Floresta Aurora retoma essa abordagem “A Sociedade Beneficente Floresta Aurora prestava assistência aos associados de baixa renda inclusive com auxílio funeral. Todavia, os bailes, festas jovens e carnaval, carnaval infantil, baile do chope, atividades esportivas, além das apresentações culturais eram destaques nas atividades mais procuradas”.



escravizados e a ideologias e políticas orientadas pela democracia racial, é hoje o país com maior número de negros fora do continente africano, sendo que mais da metade da sua população é descendente de povos africanos. Naquele contexto a possibilidade de mobilidade social, propiciada por uma inclusão periférica, na sociedade de classes orientou a construção de organizações políticas e espaços de sociabilidade como os clubes.

Logo, ao surgirem como agrupamento dos negros criaram formas de sociabilidade e influíram nas condições que determinariam a eclosão dos movimentos sociais com recorte racial (BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 231). Assim como a imprensa negra, as associações também empreenderam ações que obtiveram êxito no sentido de " fazer do negro um participante ativo" no que diz respeito às discussões em torno da realidade racial brasileira, provocando uma dada atuação consciente em sua própria história (BRAGA, 2015, p. 87).

### **Clubes Sociais Negros e agência educadora**

O desenvolvimento do processo industrial e o intenso fluxo migratório europeu durante o pós-abolição configurou parte do cenário para a emergência de um modelo de estratificação social baseada no capital, que promoveu transformações no modelo de participação da população negra no país. Se por um lado, o contexto sócio histórico e político colocara fim aos impedimentos formais para a integração da população negra, por outro, restrições quanto ao acesso a direitos e bens antes destinados aos "homens livres" trouxeram a reflexão sobre o modelo de participação dos negros na nova organização social.

De acordo com Munanga (2004a, p. 54), o pós-abolição, concomitantemente à Proclamação da República, promoveu a rediscussão da identidade nacional, que teve dentre suas principais preocupações a emergência de uma nova categoria de cidadãos: os escravizados negros, e ainda orientou os debates em torno da construção de uma identidade nacional homogênea. Debate promovido por médicos, advogados e intelectuais sob preceitos eugênicos. Segundo Diwan (2007), na obra *Raça Pura*, na América Latina houve uma grande preocupação com a formação de uma identidade nacional<sup>6</sup>, decorrente, principalmente, da

---

<sup>6</sup> Os preceitos da ideologia eugênica foram aplicados em diversos países, entre eles: Alemanha, Itália, Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, Japão, China, Estados Unidos, México, Argentina, Brasil (DIWAN, 2007).



busca pelo *status* de Estado-Nacional, o que tornara necessário suprimir aquilo que relacionara o continente ao atraso e a ausência: a miscigenação<sup>7</sup> (DIWAN, 2007, p. 85).

Para Medeiros (2013, p. 225), a ideia de crise social, a partir da abolição e do fim do regime monárquico, atuou como um princípio heurístico se pensado no contexto de uma sociedade em transição, de uma cidadania precária e de uma revolução burguesa incompleta. Esta seria a tese de Bastide e Florestan na obra *Branços e Negros em São Paulo*(1955), já que os autores direcionaram a investigação sociológica para o questionamento da efetividade dos processos abolicionistas e republicanos como ações voltadas a modernização social. Questionaram, ainda, o grau de emancipação que poderia ser alcançado pelos grupos subalternos e ainda as possibilidades dadas e forjadas pela população negra de superação do seu ponto de partida desvantajoso e socialmente desigual.

a desagregação do antigo regime servil e da velha ordem escravocrata se processou na razão inversa à efetividade da igualdade jurídica entre ex-senhores e ex-escravos. Elementos residuais do antigo regime- por exemplo, o preconceito de cor-regravam as relações entre brancos e negros na aparente ordem social competitiva, impedindo-a de se realizar plenamente. [...] O preconceito [de cor] é igualmente provocador de reações, como os movimentos associativos entre negros, manifestações explícitas entre brancos etc. (MEDEIROS, 2013, p. 227).

A expansão econômica que se pautava nas exportações e na ideologia do racismo científico, em voga desde o século XIX, instaurou uma situação contraditória pois a medida em que a população negra ascendia economicamente essa ascensão não representava acesso aos espaços destinados à classe média, ou seja, conviviam com a recusa à admissão em restaurantes, teatros, barbearias, hotéis e outros estabelecimentos públicos; recusa em escolas particulares (e às vezes de prestigiadas escolas públicas) para matricular seus filhos; recusa dos clubes sociais em admiti-los; e, mais prejudicial que tudo, a discriminação aberta ou velada do emprego (ANDREWS, 2007, p. 160).

Os registros atuais<sup>8</sup> localizam os Clubes Sociais Negros, majoritariamente, no Sul e Sudeste, tanto nas capitais quanto nas cidades do interior. As pesquisas sobre o tema têm se

<sup>7</sup> Miscigenação, a mestiçagem no sentido biológico, volta-se à hibridez do patrimônio genético (MUNANGA, 2004, p. 20).

<sup>8</sup> O levantamento preliminar foi realizado com base nos dados apresentados na Dissertação *Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra e patrimônio e potencial* de autoria de Giane Vargas Escobar (2010) e dados disponíveis na página oficial do Clube Palmares



concentrado na análise dos CSN do Rio Grande do Sul<sup>9</sup> (DUBOIS, 2005; ESCOBAR, 2010, GOMES, 2009; HERMANN, 2011; JESUS, 2005; SILVA, 2011; PEREIRA, s.d.). Os clubes são definidos na literatura atual a partir de três categorias: associações recreativas, assistenciais/beneficentes e culturais, passando pela caracterização de seu público, a motivação das organizações e, por fim, pelo caráter delas.

Os Clubes Sociais Negros são espaços associativos do grupo étnico afro-brasileiro, originários da necessidade de convívio social do grupo, voluntariamente constituído e com caráter beneficente, recreativo e cultural, desenvolvendo atividades num espaço físico próprio (Oliveira *apud* Escobar, 2010, p. 61).

Por estarem relacionados ao contexto da Primeira República, eles são tidos como propulsores do associativismo negro. Adotando a perspectiva de análise desenvolvida por Bastide e Fernandes na obra *Branços e Negros em São Paulo*, aponta-se tanto para o grau de emancipação, quanto as possibilidades construídas pela população negra de superação das desigualdades promovidas pelo racismo. Segundo os autores, a principal queixa da população negra no novo contexto se referia ao que poderíamos chamar de "pecado da omissão", ou seja, "a falta de política governamental a favor da ascensão do homem de cor na sociedade, por um auxílio econômico e medidas educativas apropriadas, quando há tantas leis a favor dos imigrantes" (BASTIDE e FERNANDES, p. 2008, p. 155).

O novo sistema político e econômico não foi capaz de assegurar ganhos materiais ou simbólicos para a população negra, logo, como estratégia de reversão da permanente marginalização, ou da manutenção das ausências do Estado frente ao atendimento as necessidades dessa população, "libertos, ex- escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação" (DOMINGUES, 2006, p. 102-103).

Os Clubes implementaram estratégias para o enfretamento e a superação das "omissões"

---

(<http://clubepalmares.blogspot.com.br/p/clubes-negros-brasil.html>). O levantamento referente aos Clubes Sociais localizados na região Sudeste poderá ser observado nas páginas que seguem, já para o levantamento dos Clubes localizados nas demais regiões indica-se o acesso as fontes supracitadas.  
<sup>9</sup> O Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria tem realizado pesquisas de considerável relevância para a temática.



perpetradas pelo Estado. Essas ações localizam-se entre atividades outrora desenvolvidas, como, por exemplo, a ajuda mútua realizada entre os membros, a ação dos clubes no amparo a membros desempregados e a viúvas, além da oferta da educação formal, conforme ocorreu no Flor de Maio.

A possibilidade de mobilidade social e conseqüentemente ascensão por meio do trabalho remunerado alterou as demandas de parte desta população. De acordo com Escobar "os trabalhadores negros, que fundaram os primeiros Clubes Sociais Negros no período pós-abolição e até mesmo anteriores a este, eram oriundos de profissões e empresas, em especial públicas, que viabilizaram mobilidade social aos negros"(2010, p. 70). No contexto de exclusão e negação de suas origens e valores, os Clubes surgiram como "possibilidade de romper com a sociedade ao fundar os próprios espaços de sociabilidade, solidariedade e defesa de direitos" (ESCOBAR, 2010, p. 73).

As associações negras passam então a realizar atividades culturais como bailes, festas de aniversário, festas de casamento e desfiles de miss, além de auxiliar nas despesas de funerais, na educação de seus associados e na defesa de seus direitos. Os espaços de atuação dos clubes indicam que muitas das suas iniciativas visavam minimizar a ausência do Estado no atendimento aos direitos básicos da população negra no período pré e pós abolição, como já descrito.

Tais afirmações podem ser constatadas em diversas pesquisas como, da antropóloga Sonia Giacomini (2006). A partir das categorias utilizadas para tipificar os clubes compreendemos a existência de similaridades entres eles, no caso, entre as atividades por eles desenvolvidas. De acordo com Giacomini

A criação do clube [Renascença] representou, para o grupo social fundador o nascimento de um novo espaço de sociabilidade. Tudo estava para ser inventado, mas sobretudo, era necessário imprimir à vida social do clube as marcas que o grupo reconhecia e pretendia afirmar como suas (2006, p. 32).

Os CSN, enquanto espaços de sociabilidade negra e agência política, por meio de bailes, reuniões, atividades educacionais e políticas construíram elementos essenciais para os processos de identificação dos sujeitos negro e de educação para a valorização de práticas culturais, estratégias de reconhecimento e valorização. As contribuições desses espaços para os processos



de identificação enfatizam o processo de subjetivação das “n” identificações passíveis de serem atribuídas ou adotadas pelo sujeito em meio social (HALL, 2008). Segundo Hall (2005, p. 38), “a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”, tão logo, o clube circunscrito em sua sede demarca um espaço tanto geográfico como simbólico, de reconhecimento, afirmação e aprendizagem para a comunidade negra.

Uma das entrevistas realizadas por Aguiar (2007) sobre a formação do Flor de Maio permite-nos compreender a relevância da associação para a população negra da região

Foi exatamente a 4 de maio de 1928 que foi fundado o Grêmio Recreativo Familiar Beneficente Flor de Maio. Homens e mulheres do povo queriam se organizar, ter o seu local de lazer, centro social que os reunisse, território somente deles. Ali fariam as suas festas, comemorariam suas alegrias, mas também, compartilhariam em comum agruras e tristezas<sup>10</sup>(AGUIAR, 2007, p. 93).

Os clubes não apenas retomam a um passado longínquo, remontam também a memória de período áureos em que a comunidade negra construiu o que viria a ser o “seu lugar”. Um lugar valorizado e reconhecido por membros e não membros. Gilroy (2012), orienta a análise de que os clubes remontam uma memória viva como uma espacialidade reconhecida como parte de uma comunidade, de uma história marcada pela resistência e pela produção cultural. De acordo com Halbwachs (2003, p. 159-160), os locais recebem a marca dos grupos que nele ocupam e vice e versa, tanto as ações dos grupos podem ser traduzidas em referência ao espaço, como o espaço ocupado pelo grupo só alcança seu significado com a reunião de todos os termos. O autor segue afirmando

Se, entre as casas, as ruas e os grupos de seus habitantes houvesse apenas uma relação muito acidental e de curta duração, os homens poderiam destruir suas casas e bairro, sua cidade, e reconstruir em cima, no mesmo local, uma outra cidade, seguindo um plano diferente- mas as pedras se deixam transportar, não é muito fácil modificar as relações que se estabelecem entre as pedras e os homens. [...] os grupos resistirão e, neles, você irá deparar com a resistência, se não das pedras, pelo menos de seus arranjos antigos (HALBWACHS, 2003, p. 163)

---

10 O trecho em destaque se refere a um depoimento dado ao Jornal *A Folha*, em São Carlos no dia 2 de março de 1973, p. 6.



Podemos inferir que a existência de espaços de socialização voltados a população negra foi fundamental enquanto forma de resistência e enfrentamento do racismo e valorização dos conhecimentos e da agência da população negra. O reconhecimento dos clubes como espaços de negociação entre o apagamento, a subalternidade, a resistência, e o enfrentamento marcam sua importância junto à comunidade negra como um agente educador. Ao considerarmos que as experiências de negros e negras no Brasil é uma experiência coletiva, na qual o compartilhamento de vivências é constitutivo com e pelo grupo, é possível redimensionar a tradição a partir do questionamento da própria dimensão da modernidade (GILROY, 2012).

A construção de espaços próprios de sociabilidade e ajuda mútua propiciou o convívio entre “iguais” a partir de determinados estratos sociais, e costurou pontos de tensão entre as ideologias eugênicas, parcialmente substituídas pela democracia racial. Em sua maioria os clubes receberam negros e negras pertencentes a uma classe média negra, constituindo uma diferenciação interna como prerrogativa, ou seja, os clubes constituíram-se como espaços de associação e de diferenciação.

A tensão entre aspectos eugênicos, que buscavam homogeneidade à identidade nacional, e as associações negras realizava-se por intermédio dos espaços e das dinâmicas, como por exemplo a forma de ocupação da cidade. A sede dos clubes, majoritariamente, localizava-se em espaços centrais da rede urbana, como o caso do Flor de Maio, ou ainda salões nobres eram alugados para a realização de bailes de gala promovidos pelos CSN. Tais práticas tencionavam ao mesmo tempo em que dialogavam com uma suposta homogeneidade que atribuída a identidade nacional a partir do apagamento dos elementos de identificação étnicos e raciais.

De acordo com Figueiredo (2002, p. 31), os estudos brasileiros clássicos (Pierson e Azevedo) demonstraram que no Brasil só era possível ascender a partir da negação da identidade negra e da assimilação de valores e comportamentos brancos. A observação de Figueiredo indica que os Clubes representaram espaços de sociabilidade da parcela economicamente emergente da população negra atravessados por traços da população branca. A reprodução desses traços legitimou um lugar de classe. Lugar legitimado em detrimento de uma parcela da população negra empobrecida e marginalizada.

Assim como muitos dos clubes formados no início do século XX, o Flor de Maio foi em seus anos iniciais um clube exclusivo para negros e negras no que compete a seus membros e diretoria. Os clubes tornaram-se locais de lazer, mas não se restringiram a atividades

recreativas, o Flor de Maio, além das atividades recreativas que compreenderam bailes, jantares, comemorações de aniversário e casamento, garantia a seus membros apoio funerário, de saúde e manutenção de auxílio monetário para os membros desempregados. No ano de 1937 com apoio da prefeitura da cidade de São Carlos, que cedeu o corpo docente, o clube instituiu uma escola em sua sede. A escola esteve em plena atividade durante cerca de oito anos, tendo recebido tanto alunos brancos como negros.

**Figura 1:** Grupo de jovens e crianças integrantes do Grêmio Familiar e Recreativo Flor de Maio.



**Fonte:** GR Flor de Maio/Arquivo Histórico/Reprodução “Café, Indústria e Conhecimento – São Carlos, uma história de 150 anos”, s/d

A escola ocupou as dependências do clube entre 1934 a 1936, sendo coordenada pelo próprio clube. A partir de 1936 a prefeitura do município de São Carlos nomeou professores para que oferecessem cursos noturno (CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRIA, ARTÍSTICO E AMBIENTAL DE SÃO CARLOS-, 2011, p. 05).

A educação tem sido um tema recorrente e frequente entre as diversas entidades e organizações da população negra. Não por outra razão a educação é pauta das organizações negras desde seus primórdios (GONÇALVES & SILVA, 2009;2000). Pois bem, essa preocupação estava incorporada também entre a diretoria e sócios do Flor de Maio tendo constituído um terreno fértil para a criação da escola. De acordo com Aguiar (1998, p. 53) a ata



de 20/07/1934 indicou que as aulas no clube teriam início no primeiro dia de outubro deste mesmo ano.

Segundo relatos apresentados por Aguiar (p. 53, 1998) em uma ata de 24/01/1936 é possível localizar a leitura de um ofício enviado pela prefeitura do município nomeando um professor para o curso noturno. As datas exatas de abertura e fechamento da escola bem como as razões para seu fechamento permanecem uma incógnita em vários dos documentos referenciados por esta pesquisa. Dona Gabriela Zanollo atuou como professora na escola em 1937, nomeada pela prefeitura do município.

foi uma escola muito boa, eu gostei demais, a gente boa, eles varriam aquela sala, deixavam tudo na perfeição, Tratavam de tudo. Foi muito bom...eram uns 38, mais ou menos, era uma de manhã e uma à tarde. O Flor de Maio que dava a sala para nós, de graça. A prefeitura não pagava, eles davam de graça e punham as professoras lá. Então a gente arrebanhava todas aquelas crianças da redondeza e nós ensinávamos (AGUIAR, 1998, p. 53).

Dentre outras atividades de cunho educativo localizamos a realização de um ciclo de conferências sobre a situação do negro na sociedade brasileira, no qual foram debatidos três temas: a transição de escravo a cidadão, a marginalização do negro no mercado de trabalho, e a situação da mulher negra. Essas atividades contrastam diferentemente com estereótipos que atribuíram a estas atividades papéis recreativos desvinculados dos aspectos políticos.

Como descrito, os Clubes Sociais ganham notoriedade e cresceram em número, a partir da primeira república, período no qual se configurariam políticas voltadas ao aprimoramento da raça. Destacarei algumas dessas medidas, principalmente no que toca a educação. Jerry Dávila (2006), a partir da obra *Diploma de Brancura* examinou as políticas públicas brasileiras que expandiram e reformaram o sistema educacional, particularmente no Rio de Janeiro da primeira metade do século XX. O autor reconheceu na elaboração e na execução das políticas pressupostos que levariam a desvantagens raciais entre os brasileiros não brancos e pobres. De acordo com o autor, as políticas educacionais da época foram elaboradas em concordância com as ideologias eugênicas. Ideologias essas que visavam “corrigir” diferenças por meio de um modelo educacional direcionado aos segmentos supracitados outorgando-lhe um diploma de brancura (SELLES, 2007, p. 02). Segundo Dávila (2006, p. 22), as escolas foram definidas como clínicas em que os males nacionais associados à mistura de raças poderiam ser curados.



O período analisado pelo autor tem início em 1917 e fim com o Estado Novo, em 1945. Os intelectuais que conduziram a expansão e a reforma educacional do país apresentavam como pressuposto o fato de que grande parte da população pobre e negra possuía características que as direcionariam à degeneração, isto é, esses sujeitos estariam condicionados, devido a heranças de seus antepassados, a transmitirem a seus filhos sua “condição inferior”, logo, acabariam enfraquecendo a nação. A leitura de Dávila (2006) do processo de expansão da educação pública no país sugere que àquele agrupamento da população escolarizada corresponderia a institucionalização das desigualdades raciais e sociais (DÁVILA, 2006, p. 13).

O autor também afirma que os dirigentes da educação pública do período não impediram que os alunos negros frequentassem a escola, pelo contrário, buscaram a presença deles por meio de uma série de projetos e expressões que visaram tornar a escola pública acessível aos brasileiros pobres e não brancos, parcela da população que até a virada do século fora excluída dos projetos educacionais. Essa alteração ocorreu com o objetivo de aperfeiçoar a raça, ou seja, de construir uma “raça brasileira” que seria saudável, culturalmente europeia, em boa forma física e nacionalista (DÁVILA, 2006, p. 21).

Ainda de acordo com Dávila (2006), partir da década de 1920 esse movimento ganhou relevância e coesão. Os reformadores passaram, então, a trabalhar com um propósito comum em todas as regiões do país. Após a Revolução de 1930, que conduziu Getúlio Vargas ao poder no ano de 1934, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, mais tarde nomeado Ministério da Educação e Saúde (MES). A política educacional nacional foi reorientada, passando então a priorizar a consolidação das reformas e a expansão dos sistemas escolares (DÁVILA, 2006, p. 33).

Como afirma o autor, na década de 1930 os brasileiros brancos podiam celebrar a salvo a mistura racial porque a viam como um passo inevitável à evolução da nação. A brancura encarnava as virtudes desejadas de saúde, cultura, ciência e modernidade. Educadores como o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, e até mesmo o psicólogo infantil Manoel Lourenço Filho, passando pelo compositor Heitor Villa-Lobos, pelo autor de livros didáticos de História, Jonathas Serrano, e pelo antropólogo Arthur Ramos, adotaram, explicitamente, essa visão sobre a raça no país. Naturalmente, para eles, o futuro do Brasil seria composto por uma população branca (DÁVILA, 2006, p. 25-26).



Com a manutenção das ideologias eugênicas no período entre guerras, desejou-se que as escolas fornecessem aos alunos os recursos de saúde e cultura básicos que proporcionassem, independentemente da cor, a categoria social de brancos. Sendo assim, todos os envolvidos na formulação das políticas educacionais da época, educadores e políticos, não pouparam seus esforços na tentativa de livrar o país dos riscos da negritude e da degeneração (DÁVILA, 2006, p. 28). A manutenção das desigualdades raciais culminou então na fusão dos movimentos relacionados à reforma educacional e ao pensamento racial predominante naquele momento.

Os CSN passam a se organizar e obter maior relevância coincidindo com o período de arranjo político e institucional eugênico, o que os torna espaços nevrálgicos para uma interpretação das organizações negras como agentes educadores. Ou seja, os clubes, muitas vezes pensados como espaços de lazer, desvinculado da ação política, expressaram espaços de trânsito e resistência à lógica imposta à época.

A sociabilidade da comunidade negra estaria atrelada aos clubes enquanto espaços de negociação e resistência diaspóricos. Para Bhikhu Parekh (2000, p. 219), a cultura se articula em diversos níveis desde os níveis mais básicos refletidos na linguagem, na sintaxe e no vocabulário utilizado para escrever e compreender o mundo, mas também no nível dos provérbios, mitos, rituais, símbolos, memórias coletivas, linguagem corporal, formas de comunicação linguísticas, costumes, tradições, instituições e formas de saudações. A cultura estaria atravessada por um conjunto de significações que a teoria desenvolvida segundo os parâmetros da racionalidade/lógica ocidental não aporta. As culturas latinas, como o caso brasileiro, sob influências dos grupos negros, modulam formas de ser e agir. A ideia de modernidade construída para os países colonizados parte da oposição entre a negação da presença nativa e africana em um contexto complexo e diverso de elaboração de sentidos e significados a partir da cultura, tão logo o autor nos propõe deslocar a questão da cultura a partir das ações dos novos movimentos sociais a partir da emergência de grupos que buscavam a positivação de uma representatividade sobre a comunidade negra, como o caso dos CSN.

O envolvimento das entidades negras com a educação formal e não formal, manifesta a percepção destes grupos pela educação como elemento fundamental de mobilidade social. O envolvimento dos Clubes com a alfabetização de ex-escravizados, com a criação de espaços de sociabilidade e de fortalecimento da identidade negra demonstra a atuação dos grupos para além de suas atividades recreativas e culturais, também como modelos de associativismo com vistas



ao enfrentamento e superação do "lugar do negro" por meio da educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é, historicamente, uma das pautas centrais das organizações negras nos diferentes momentos da sociedade brasileira, dos quais destaco a atuação do Movimento Negro na aprovação da Lei 10.639/03 e da Lei 12.711/12. Para além do importante papel que os CSN desempenharam quanto a construção de espaços próprios de sociabilidade, solidariedade e agência política, a articulação para a recuperação e reconhecimento dessas associações no século XXI tem mostrado como a manutenção da memória e a (re) significação das práticas desenvolvidas compondo um capítulo da agência política negra no país.

De acordo com Gonçalves e Silva (2000, p. 139) "As organizações desempenham vários papéis no interior da população negra[...] se configuram como instâncias educativas, na medida em que os sujeitos que participam delas as transformam em espaços de educação política". Logo, não é por acaso que a demanda e o reconhecimento da necessária expansão quantitativa e qualitativa da educação, de modo equânime, atravessa o percurso das organizações negras assim como o reconhecimento dos clubes quanto as suas contribuições simbólicas e materiais.

A alteração da LDB no ano de 2003, seguida da aprovação do Parecer CNE/CP3/2004, da Resolução nº1, de 17 de junho de 2004 com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana em todos os níveis de ensino público e particular, somado ao Parecer (BRASIL, 2004) elaborado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva garante, no plano formal, a implementação de políticas de reparação, reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade de afro-brasileiros e africanos.

As Diretrizes Curriculares Nacionais ofereceram uma resposta à necessidade de aprimoramento das políticas universais comprometidas com a garantia do direito à educação de qualidade para todos e todas. Constitui, também, uma resposta à demanda da população afrodescendente para a efetiva implementação de metas e ações, em acordo com as disposições da Declaração e Plano de Ação de Durban (2001), documento internacional de que o Brasil é signatário, em direção a uma mudança qualitativa no seu sistema de ensino (MEC/MJ/SEPPPIR/ONU, 2008, p. 12).



Após um longo histórico de reivindicação das organizações negras por reconhecimento e valorização, a aprovação do parecer responde, formalmente, as demandas da academia e do movimento negro, como se pode constatar na citação abaixo,

Trata, ele [o parecer], de política de curricular (sic.), fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial – descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros

se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. (BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro brasileira e africana, 2004, p. 06).

A organização de dois encontros nacionais do movimento clubista resultou na formação da Comissão Nacional dos Clubes Negros do Brasil. A rearticulação dos Clubes Sociais e Sociedades Negras, demarcada pelos dois encontros nacionais e em especial pela publicação da Carta de Santa Maria (2006). Somam-se a emergência de uma série de trabalhos (dissertações, teses e artigos)<sup>11</sup> que visam analisar em diversos aspectos os Clubes e Sociedades Negras no Brasil.

A partir daquele momento, estabeleceu-se um acordo de cooperação técnica entre IPHAN, SEPPIR e Fundação Cultural Palmares (FCP) que visou elaborar um levantamento preliminar sobre os clubes. O mapeamento<sup>12</sup>, divulgado no ano de 2011 e ainda não publicado - tem como finalidade o conhecimento da história negra, bem como o reconhecimento de tais

---

11 Sobre pesquisas relacionadas aos Clubes e Sociedades Negras indica-se a leitura das seguintes referências: ESCOBAR, 2010; HERMANN, 2011, JESUS, 2005; SILVA, 2011, DOMINGUES, 2010.

12 De acordo com as informações publicadas na página oficial da SEPPIR serão realizadas entrevistas com representantes dos clubes para reunir informações sobre a situação dos locais, os sentidos e significados atribuídos a eles, suas áreas de atividades, histórico de atuação, entre outros temas. O IPHAN tem interesse na realização desse mapeamento devido à solicitação de Registro dos Clubes Sociais Negros do Brasil. Pedido entregue ao Instituto em 2009 pela Comissão Nacional de Clubes Sociais Negros – criada no I Encontro Nacional de Clubes e Sociedades Negras.



espaços com vistas ao cumprimento das orientações contidas nas Diretrizes que orientam a implementação da Lei 10.639/03, assim como facilitar as ações voltadas a manutenção da memória destas entidades.

Segundo o ex-ministro da SEPPIR Edson Santos “A existência de clubes sociais negros é a prova da existência da segregação no período posterior à abolição. O papel da SEPPIR é articular a recuperação da história dessas agremiações, promover a recuperação do seu patrimônio e dialogar com os clubes com o objetivo de dotá-los de sustentabilidade, sem traço paternalista do Estado”. O mapeamento pretende viabilizar ações voltadas a manutenção da memória destas entidades<sup>13</sup> por meio da manutenção dos espaços físicos, assim como de outras ações que buscam reconhecer as práticas realizadas nos clubes.

A ação política dos clubes, enquanto agentes educadores, pode ser lida como uma ação em rede. A ação educacional dos clubes esteve vinculada a alfabetização de seus membros, e a construção de espaços de reconhecimento, valorização e afirmação de negros e negras dentro de uma sociedade orientada por princípios eugênicos, que ao utilizar-se de medidas consideradas igualitárias, em detrimento da equidade, manteve estruturas desiguais em todos os âmbitos da vida.

No cenário em que o processo social e político de construção do Estado-Nacional políticas de desagregação, desterritorialização e marginalização dos elementos capazes de contribuir para a identificação dos sujeitos negros afim de homogeneizá-los, os espaços associativos voltados ao desenvolvimento de atividades educacionais formais, mas não restritos a elas, atuaram como um espaço de agência, tensão e de negociação em relação a lógica perpetrada na Primeira República.

Pós- contemporâneas, as culturas negras vivem um processo de recriação cultural diverso e cosmopolita baseado na troca de informações entre repertórios artísticos, comportamentais e ideológicos moldados em combinações particulares nos diversos portos do “mundo grego” (GUERREIRO *apud* APPIAH, 1997, p. 250).

---

13 Segundo o ex-ministro da SEPPIR, Edson Santos, “A existência de Clubes Sociais Negros é a prova da existência da segregação no período posterior à abolição. O papel da SEPPIR é articular a recuperação da história dessas agremiações, promover a recuperação do seu patrimônio e dialogar com os clubes com o objetivo de dotá-los de sustentabilidade, sem traço paternalista do Estado”.



Gilroy (2002, p. 114-116) destaca a autonomia de organizações negras como possibilidades de desmantelamento do racismo institucional e ideológico, logo a possibilidade de compreender as associações enquanto espaços de auto-organização da comunidade negra, como espaços de sociabilidade e estabelecimentos de comunidades a partir do reconhecimento das barreiras construídas pelo racismo, figuram como espaços de entrelaçamento e produção de sentidos particulares e aprendizados coletivos, a um mesmo tempo remetidos a modos de ser e estar da diáspora africana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Marcio Mucedula. **Os clubes Negros e seu papel na constituição da identidade e movimento negro: a história do Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio em São Carlos-SP.** InterAÇÕES- Cultura e Comuidade/v.2. n.2 p. 91-105/ 2007

ANDREWS, George Reid. **"Uma transfusão de Sangue Melhor": O branqueamento, 1880-1930. América Afro-Latina:1800-2000.** São Paulo: EDUFSCar, 2007, p. 151-186.

BASTIDE, Roger.; FERNANDES, Florestan. **Bancos e Negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana.** São Paulo: Global, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.** In: *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil.* Brasília, DF, 5 de outubro de 1988. Seção 1, p. 1.

\_\_\_\_\_. **Edital de Mapeamento dos Clubes Sociais Negros.** Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/cultura/2014/03/clubes-sociais-negros-serao-mapeados-em-todo-o-pais>> Acesso em 31 de agosto de 2015.

\_\_\_\_\_. **Entrevista Ministro SEPPPIR.** Disponível em:<<http://www.seppir.gov.br>> Acesso em 31 de agosto de 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,** que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,* Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Seção 1, p. 1.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil,* Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.



BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 003, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 19 maio 2004. Seção 1, p. 11.

BATISTA, Rita de Cássia Souza. **Os Clubes negros na espacialidade urbana de Juiz de Fora.** 2015. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará., 2015, Ceará.

BENJAMIN, Walter. **Experiência e Pobreza e O Narrador. Considerações sobre a obra de Nokolai Leskov.** In. Walter Benjamin. *Obras Escolhidas. Magia e Técnica, Arte e Política.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

BESSERER, Frederico. **Identidade Nacional, Identificação e Corpo.** In. Brasília Sallum Júnior... [et al.] orgs. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2016.

BRAGA, Amanda. **Retratos de uma beleza castigada (século XVIII- 1888). História da beleza negra no Brasil: discurso, corpos e práticas.** São Carlos: EDUFSCar, 2015, p.29-84

\_\_\_\_\_. **Retratos de uma beleza moral (1888-1995). História da beleza negra no Brasil: discurso, corpos e práticas.** São Carlos: EDUFSCar, 2015, p.85-206.

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRIA, ARTÍSTICO E AMBIENTAL DE SÃO CARLOS-comdephaasc. **Resolução nº 05 de 02 de março de 2011.** São Carlos, 01 março de 2011.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura: política social e racial no Brasil - 1917-1945.** Tradução Claudia Sant'Ana Martins. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no Mundo.** São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. **Esses intemoratos homens de cor: o associativismo negro em Rio Claro(SP) no pós-abolição.** *Revista História Social*, nº 19, p. 109-134, segundo semestre de 2010.

\_\_\_\_\_. **Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos.** *Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cidadania por um fio: o associativismo negro no Rio de Janeiro (1888-1930).** *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 34, nº 67, p. 251-281, 2014.

ESCOBAR, Giane. **Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial.** 2010. 205f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2010.



\_\_\_\_\_. **Museu Treze de Maio e as Políticas Públicas a favor da Preservação da Memória e Salvaguarda dos Clubes Sociais Negros do Brasil.** In: SOARES, A. L. R. (org). Anais do I Congresso Nacional Memória e Etnicidade, Casa Aberta Editora, Itajaí, 2010. ISSN: 21784981.

FIGUEIREDO, Ângela. **Novas elites de cor: estudos sobre os profissionais liberais negros de Salvador,** São Paulo, Annablume, 2002.

GIACOMINI, Sônia. **A Alma da Festa: Família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro. O Renascença Clube.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro.** São Paulo: Editora 34. Rio de Janeiro.2012

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira.; SILVA, Petrônilha Beatriz Gonçalves **Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas e políticas.** *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 29,n. 1, p. 109-123, jan./jun. 2009.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira.; SILVA, Petrônilha Beatriz Gonçalves **Movimento negro e educação.** *Revista Brasileira de Educação.* Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, Dec. 2000.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador. Saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes.2017.

HALL, Stuart. **Pensando a Diáspora: reflexões sobre a terra no exterior; Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Tradução Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p.25-48.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro. 2003

MANNING, Patrick. **Diaspora: Struggles and connections. IN. The African diaspora: a history through culture.** Chichester, New York. Columbia University Press. 2009

MUNANGA, Kabenguele. **A mestiçagem no pensamento brasileiro.** In: \_\_\_\_\_. *Identidade nacional versus identidade negra.* Belo Horizonte: Autêntica, 2004a. p. 53-90.

\_\_\_\_\_. **Conceito e história da mestiçagem.** In: *Identidade nacional versus identidade negra.* Belo Horizonte: Autêntica, 2004b. p. 17-52.

PAREKH, Bhikhu. **Rethinking Multiculturalism: cultural diversity and political theory.** Harvard University Press Cambridge, Massacusetts, 2002.

SOUSA, Karina A. **Corpo, transnacionalismo negro e as políticas de patrimonialização: as práticas expressivas culturais negras e o circuito afro-diaspórico.** Tese (Doutorado) 2020.



Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos. 2021, São Carlos.

SOUSA, Karina Almeida. **Unir para Festejar, Unir para Lutar**: os clubes sociais negros e o patrimônio material do Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio. Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico do Programa de Pós-Graduação em Artes do Instituto de Artes da Universidade de Brasília. Orientador Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Clovis de Carvalho Britto. São Carlos,SP, 2018.

SILVA, Mario Medeiros. **Encontro na Encruzilhada: Literatura Negra e Sociologia do Negro. A descoberta do insólito: literatura negra e literatura periférica no Brasil (1969-2000)**. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2013, p. 168-248

TENÓRIO, Valéria. **“Baile do Carmo”**: Memória, sociabilidade e identidade étnico-racial em Araraquara. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

<https://www.saocarlosagora.com.br/coluna-sca/memoria-sao-carlense-flor-de-maio-uma-rica-historia-de-90-anos/97624/> acesso em 15 de abril de 2020.

**Artigo recebido em: dezembro/2021**

**Artigo aceito em: outubro/2022**



## UM OLHAR PARA O ESTADO DE CONSERVAÇÃO DOS SAMBAQUIS URBANOS DE JOINVILLE

### *A LOOK AT THE STATE OF CONSERVATION OF JOINVILLE'S URBAN SHELL MOUND*

Ana Cristina Twardowsky<sup>1</sup>

Dione da Rocha Bandeira<sup>2</sup>

Sandra Pascoal Leite de Camargo Guedes<sup>3</sup>

#### RESUMO

Os sambaquis são morros artificiais cobertos por vegetação e foram construídos por povos pré-coloniais que habitaram o Brasil fazendo parte do patrimônio cultural arqueológico brasileiro. O presente estudo revisou o estado de conservação dos sítios arqueológicos do tipo sambaqui, existentes na área urbana de Joinville. Os critérios utilizados para reavaliar o estado de conservação dos sítios foram abrasão; erosão acelerada antropogênica; impacto humano direto, edificações, deposição de resíduos sólidos, destruição mecânica; os mesmos utilizados por Oliveira (2000). Foi constatado que a realidade dos sítios da área urbana não sofreu mudanças significativas em relação a destruição antropogênica, mecânica e deposição de lixo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patrimônio Cultural; Sambaqui; Conservação; Joinville.

#### ABSTRACT

The shell mounds are artificial hills covered with vegetation and were built by pre-colonial peoples who inhabited Brazil as part of the Brazilian archaeological cultural heritage. The present study reviewed the conservation status of archeological sites of the sambaqui type, existing in the urban area of Joinville. The criteria used to reassess the conservation status of

---

<sup>1</sup>Mestranda em Patrimônio Cultural e Sociedade pela Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE). Especialista em Tecnologias da aprendizagem pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFISC). Docente pertencente ao quadro de professores do Serviço Nacional do Comércio (SENAC). E-mail: [crisolo.senac@gmail.com](mailto:crisolo.senac@gmail.com)

<sup>2</sup>Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Graduada em Ciências Biológicas e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora da Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade/PPGPCS, na linha Patrimônio, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e dos cursos de História e Biologia Marinha, e coordenadora do Laboratório de Arqueologia e Patrimônio Arqueológico/LAPArq da Universidade da Região de Joinville/Univille. Arqueóloga do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. E-mail: [dionerbandeira@gmail.com](mailto:dionerbandeira@gmail.com)

<sup>3</sup>Doutora, Mestre e Graduada em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP) e pós-doutora em Museologia pela Universidade Lusófona de Lisboa. É professora e pesquisadora da Universidade da Região de Joinville, no curso de História e no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade. Na mesma Universidade já exerceu os cargos de Diretora de Ensino, Pró-reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão e de Coordenadora do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade. E-mail: [sandraplcguedes@gmail.com](mailto:sandraplcguedes@gmail.com)



the sites were abrasion; accelerated anthropogenic erosion; direct human impact, buildings, deposition of solid waste, mechanical destruction; the same ones used by Oliveira (2000). It was found that the reality of sites in the urban area has not undergone significant changes in relation to anthropogenic, mechanical destruction and waste disposal.

**KEYWORDS:** Cultural heritage; Shell mounds; Conservation; Joinville.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos numerosas pesquisas abordaram a ocupação humana no Brasil, antes da colonização. Alguns habitantes pré-coloniais eram pescadores-caçadores-coletores e ocuparam a costa brasileira deixando como marcas na paisagem, estruturas formadas principalmente por conchas e ossos de peixes, essas estruturas são conhecidas como sambaquis<sup>4</sup>. Entretanto, por muitos anos a ênfase das pesquisas estavam nas práticas de subsistência de povos sambaquianos e mesmo com todo o interesse nessas ocupações a pesquisa pouco evoluiu no país entre as décadas de 1950 e 1990 (GASPAR, 2000; KLOKLER et al, 2010). Desta forma os povos sambaquianos eram descritos como nômades e acreditava-se que subsistiam com a coleta de moluscos. Rompeu-se essa narrativa a partir de estudos da década de 90 que apontaram a pesca como principal atividade e a ingestão de peixes e não de moluscos como principal fonte de proteína alimentar. (FIGUTI,1993, BANDEIRA,1992).

Os sambaquis, levando em consideração sua altura, podem ser considerados verdadeiros monumentos, já que muitos atingem mais de 10 metros de altura e já estiveram associados à moradia, trabalho e sepultamentos de humanos, e foram definidos como espaços multifuncionais (OLIVEIRA, MENEZES 1991). Estudos atuais revelam ausência de evidências de atividades domésticas, e que os depósitos que constituem os sambaquis caracterizam um tipo de arquitetura funerária (KLOKER, 2014, BIANCHINI, 2015, GASPAR et al, 2018) Fazem parte de um sistema cultural, com desenvolvimentos regionais específicos (GASPAR, 2000; TENORIO, 2004). E sua cultura material pode ser observada ao longo da faixa costeira e indicada por objetos elaborados por tecnologia lítica e óssea polida, além de diversos outros tipos de objetos (DEBLASIS, et al., 1998; TENÓRIO, 2004). Embora os sambaquianos tenham habitado toda a costa, algumas regiões apresentam um maior número de sambaquis.

---

<sup>4</sup> Do tronco linguístico Tupi: tamba = concha + Ki = monte





A exploração dos sambaquis, iniciada pelos colonizadores portugueses, se deu em função das conchas, serem transformadas em cal pela ação do fogo. “As caieiras associadas aos sambaquis foram usadas como um recurso de obtenção de matéria-prima para produzir a cal, haja vista que era mais cômoda e prática a exploração devido a grande quantidade de sambaquis na região da Baía da Babitonga” (ZERGER, 2014, p.29). Essa cal seria utilizada na construção de casas, igrejas e pavimentação de ruas; tornando os sambaquis parte da vida econômica dos colonizadores.

Nas décadas que se seguiram à conquista europeia, no século XVI, algumas das descrições feitas sobre a paisagem, bem como sobre os usos e costumes locais, incluíam referências aos montes de conchas que eram desmanchados e aproveitados no fabrico da cal, um elemento essencial ao sistema construtivo da época. Pelas propriedades aglomerantes, ela era utilizada como argamassa na edificação de igrejas, conventos, fortificações, casas etc. Por servir também como fertilizante, era ainda intensamente empregada na fabricação de adubos. Por seu lado, muitas conchas fragmentadas que compunham esses montes eram destinadas também à consolidação e pavimentação de estradas em terrenos arenosos. Sendo os sambaquis a única fonte conhecida de calcário no litoral, as caieiras - fornos rudimentares para a calcinação das conchas - tornaram-se a principal causa da sua destruição maciça. (LIMA, 1999/2000, p. 286).

E essa utilização durou até a década de 1960, levando à destruição total ou parcial de muitos desses sítios. (JOINVILLE, 2010).

A proposta deste trabalho é caracterizar os sambaquis de Joinville/SC a partir de uma perspectiva conservacionista dos sítios, fazendo uma avaliação em campo do estado de conservação dos sambaquis em área urbana, considerando-os como elemento da organização social dos pescadores-caçadores-coletores que habitaram a região entre 6.000 e 1000 anos antes do presente (AP) e que constituem herança cultural para a sociedade atual. Os critérios utilizados para avaliar o estado de conservação dos sítios foram os mesmos utilizados por Oliveira (2000), pretende-se com esse trabalho uma atualização dos resultados produzidos por este autor no que se refere aos sambaquis urbanos, averiguando-se o avanço dos problemas de conservação ocorridos nos últimos 20 anos. Para tanto foram realizadas visitas a campo para verificar a ocorrência nos sítios de:

- a) Abrasão: “originalmente o termo abrasão referia-se a processos erosivos diretamente promovidos pelo mar” (OLIVEIRA, 2000, p.174), entretanto, usaremos para determinar as erosões causadas por “agentes exógenos externos como, águas fluviais e pluviais, ventos e alterações climáticas” (PARANÁ, 2019).



- b) Erosão acelerada antropogênica: seria a erosão causada pelo constante pisoteio, “a erosão acelerada antropogênica pode representar significativa destruição de material arqueológico.” (OLIVEIRA, 2000, p. 177)
- c) Impacto humano direto, edificações. Para Oliveira “refere-se à construção, provisória ou não, de estruturas de habitação/acampamento e associadas, para as quais há a supressão da vegetação e destruição de porções do sítio arqueológico” (OLIVEIRA, 2000, p.178).
- d) Impacto humano direto, deposição de resíduos sólidos: no Brasil, a maior parte das cidades já conseguiram solucionar o descarte de resíduos sólidos, contudo, muitas vezes, ainda são jogados em leitos de rios e em terrenos abandonados, esse tipo de descarte é frequente em alguns sítios. “Tem sido observado predomínio de lixo domiciliar, mesmo em áreas atendidas pelo sistema de coleta pública” (OLIVEIRA, 2000, p. 179).
- e) Impacto humano direto, destruição mecânica. Oliveira (2000, p.179) esclarece que por destruição mecânica “considera-se toda ação humana, efetuada diretamente ou por meios de máquinas ou instrumentos diversos, que promovem esburacamento, desgaste, desagregação, remoção ou descaracterização das estruturas que compõem o sambaqui”.

Os sambaquis em sua maioria são morros artificiais cobertos por vegetação, e podem ser encontrados em áreas litorâneas e fluviais. Em Santa Catarina os sítios podem ser monumentais, com mais de 5 metros de altura com maior quantidade de sepultamentos humanos e presença de zoólitos. (GASPAR et al, 2018; VILLAGRAN, 2013). No município de Joinville o sambaqui Ribeirão do Cubatão é um dos mais altos com aproximadamente 18 metros tendo sua área estimada em 3.500m<sup>2</sup> (JOINVILLE, 2010). Com relação às data de ocupação, pode haver variação existem sambaquis na Baía Babitonga que apresentam datação antigas, como o sítio Casa de Pedra “por volta de 6.000 anos AP” (BANDEIRA, et al, 2018, p.216), ou o Sambaqui Palmital de 5420 anos AP (JOINVILLE, 2010) Ocorrem também variações na composição dos sambaquis, além dos moluscos, peixes e sepultamentos em alguns ocorrem a presença de cerâmicas nas camadas superficiais.

Em 1961, passou a vigorar a Lei nº 3.924 que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos (BRASIL, 1961). No artigo primeiro a Lei determina que a



guarda e proteção do Patrimônio Arqueológico é realizada pelo poder público, de acordo com o artigo 175 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946, constituição vigente na época (BRASIL, 1946). A Lei contribuiu consideravelmente com o trabalho do órgão responsável pelo patrimônio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com a redução do uso inapropriado, vandalismo e saques aos sítios arqueológicos. Entretanto, mesmo com a evolução para uma Constituição Cidadã em 1988 e o aprimoramento das atuais leis, ainda é possível observar que principalmente nas áreas urbanas os sambaquis estão submetidos às mais diversas pressões antrópicas e de ação de agentes naturais como vento e chuvas, seja pela desinformação do cidadão ou especulação imobiliária. Contudo, a sociedade construtora de sambaquis nos deixou como herança parte de sua cultura material, sendo a principal e evidente aos nossos olhos, os próprios sítios arqueológicos.

### **Estado de conservação dos sítios de Joinville**

Para averiguar as produções sobre os sítios arqueológicos do tipo sambaqui em Joinville, realizamos pesquisa voltada ao “estado da arte”, que permite uma visão geral do que vem sendo produzido, possibilitando perceber a evolução das pesquisas, bem como as lacunas existentes. (ROMANOWSKI; 2006, p. 6).

Foram realizadas buscas na *Scientific Electronic Library online (SciELO)*, nos Periódicos do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), no *Business Source Complete information services (EBSCO)* e no Google Acadêmico. Os vocábulos descritores utilizadas foram: conservação de sambaqui; sambaqui; conservação de sítios arqueológicos, e em inglês *shell mound* e *conservation of archeological sites*. Verificou-se que no portal *SciElo* dos 32 estudos encontrados, um é referente ao sambaqui Cubatão I que se localiza na área rural de Joinville; no portal da Capes dos 361 estudos identificados com os vocábulos descritores citados, encontram-se três estudos referentes ao sambaqui Cubatão I e dois referentes ao sambaqui Morro do Ouro, este localizado na área urbana do município. No EBSCO, não foram encontrados trabalhos com os vocábulos de busca. Os trabalhos sobre o Sambaqui Morro do Ouro estão relacionados ao cultivo de plantas do holoceno médio na costa da mata atlântica (PEZO-LANFRANCO et al, 2018) já os estudos que



envolvem o sambaqui Cubatão I tratam dos peixes na alimentação de povos pré-coloniais (FOSSILE, 2014) e arqueobotânica (MELO JUNIOR et al, 2016)

Os trabalhos encontrados relativos a sambaquis tanto no portal SciELO, como no Portal da Capes, são voltados a assuntos relacionados a sambaquis e sambaquianos, como: moluscos utilizados na alimentação, ocupação humana antes da colonização, morfologia craniana dos sambaquianos, ovos de parasitas encontrados nas camadas arqueológicas, tecnologias usadas na pesca, plantas utilizadas, afinidades biológica entre grupos de sambaquianos, preservação do DNA, aplicabilidade da absorção de CO<sub>2</sub>, utilização de cetáceos, cultivo de plantas no holoceno, variação da paisagem, arquitetura funerária, artefatos líticos, taxonomia, descrição de fitólitos, datação por radiocarbono, datação por ressonância, dentre outros. Não foram encontrados trabalhos relacionados à conservação desses sítios arqueológicos na Scielo e no Portal da Capes.

Já no Google Acadêmico, encontramos dois estudos voltados à conservação e ou preservação com enfoque na musealização. De um modo geral o argumento é a especulação imobiliária que causaria impactos antrópicos, dificultando a conservação *in situ*, encontrando na musealização uma forma de valorizar e preservar a história. E dois trabalhos referentes a conservação de acervos, sendo que um deles é referente à conservação do acervo do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ). Apenas um trabalho estava voltado para a conservação *in situ*, *Os Sambaquis da Planície Costeira de Joinville, Litoral Norte de Santa Catarina: Geologia, Paleogeografia e Conservação In Situ*, dissertação de Mário Sérgio Celski de Oliveira em 2000. Além desse, não identificamos qualquer trabalho que abordasse a conservação *in situ* de sambaquis. Deve-se considerar que independentemente da ação antrópica os sítios arqueológicos estão sujeitos a processos naturais de degradação “um sítio arqueológico é composto por uma série de itens imersos em uma matriz de natureza geológica sujeita às mesmas ações e transformações existentes a qualquer outra matriz análoga na paisagem” (ARAUJO, 1995, p. 4). Portanto, este trabalho pretende focar os sambaquis da área urbana de Joinville, por sofrerem além das degradações normais, as oriundas de ações antrópicas em maior escala que os sambaquis localizados na área rural (OLIVEIRA, 2000), fazendo-se necessário estudos voltados à sua preservação e conservação.

Oliveira (2000, p. 239) realizou uma pesquisa sobre o estado de conservação dos sambaquis de Joinville no início dos anos 2000, e verificou que apesar de no Brasil as políticas



públicas voltadas à preservação de sambaquis serem deficitárias, contudo, em Joinville o cenário é diferente. “Há concretas tentativas de preservação dos sítios por intermédio da intervenção do Poder Público”.

Durante os anos de 2006 e 2007 a Prefeitura Municipal de Joinville, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ) e a Fundação Cultural de Joinville, realizaram o Projeto Geoprocessamento Aplicado à Preservação dos Sambaquis em Joinville/SC (PGAPSJ). Desse projeto resultou o livro *Joinville primeiros habitantes*, elaborado por uma equipe de 17 pessoas e publicado em 2010.

O livro relata que os sambaquis Cubatão I, Cubatão II, Cubatão III, Cubatão IV e, Cubatãozinho, localizados na área rural, foram parcialmente danificados com o objetivo de aterrar estradas e o Cubatão I sofre com a erosão causada pela movimentação da maré; esse sítio foi objeto de estudos e escavações arqueológicas, que resultaram na identificação de sepultamentos, material faunístico e vegetal. Esclarece, ainda, que na área rural existem o Sambaqui Gravatá, que apresenta poucas informações, os sítios Ilha do Gado I, Ilha do Gado II, Ilha do Gado III, Ilha do Gado IV, só podem ser acessados por barco, o que dificulta os estudos e trabalhos referentes a eles. No Sambaqui Itacoara, também na área rural, que foi escavado em 1940 e em 2001, além dos sepultamentos foram encontrados diversos materiais confeccionados com rocha, como lâminas de machado e cerâmica.

Informa também que, igualmente na área rural, os sítios Morro do Amaral I, foi parcialmente destruído para construção de estradas; o Morro do Amaral II foi esfacelado provavelmente por caçadores de tatu, o Morro do Amaral III, sofre com a ação das marés e o Morro do Amaral IV não há informações. Os Sambaquis Paranaguamirim I, Paranaguamirim II, também não foram alvos de pesquisas. O Sambaqui Ponta das Palmas foi identificado em 1999 e o acesso é apenas por barco. Já o Sambaqui Ribeirão do Cubatão possui uma área estimada, em mais de 3.500 m<sup>2</sup> e é um dos mais altos com 18 metros de altura. Degradações oriundas da construção de ranchos de pescadores e caçadores, bem como esburacamentos realizados por caçadores de tatu, assolam o Sambaqui Rio Bucuriúma, situado também na área rural. Recorrentemente degradados por pescadores e caçadores de tatu os sambaquis Rio das Ostras, Tiburtus e Rio Sambaqui só podem ser acessados por barco. O estreitamento do leito do rio que impede a navegação acaba por impossibilitar o acesso nos sambaquis Rio Fagundes, Rio Ferreira e, Rio Pirabeiraba que só podem ser alcançados por barco. Também de difícil



acesso e localização é o sambaqui Rio Riacho que fica no manguezal e tem o acesso por trilha. O acesso ao sítio Ilha dos Espinheiros III se dá por trilha que se inicia dentro de uma propriedade particular ou por barco, podemos considerar esse sítio como pertencente a área rural, e, portanto, sofre ações de abrasão.

Em sondagem aos sítios da área urbana de Joinville, no período de julho a setembro de 2019, foram levantados dados apresentados no quadro 1, que estão relacionados aos fatores de desgaste, que de um modo geral, “referem-se ao potencial destrutivo da ação humana como fator predominante na degradação de sítios arqueológicos” (OLIVEIRA, 2000, p.172).

Quadro 1- Fatores de degradação normalmente atuante nos sambaquis da área urbana de Joinville.

| Sambaqui   | Abrasão | Erosão acelerada antropogênica | Destruição mecânica | Deposição de resíduos sólidos | Edificação |
|--|---------|--------------------------------|---------------------|-------------------------------|------------|
| Morro do ouro  | x       | x                              |                     | *                             | O—π        |
| Guanabara I  | x       | x                              |                     | *Ж                            | O          |
| Guanabara II   | x       |                                |                     |                               | •          |
| Ilha dos espinheiros I   | x       | x                              |                     | *Ж                            |            |
| Ilha dos espinheiros IV  | x       |                                |                     |                               | •          |
| Espinheiro II  | x       | x                              |                     |                               | Ξ          |
| Rio Velho II   | x       | x                              | ↗©                  | *                             | Λ          |
| Rua Guaíra   | x       |                                | ↗                   | *                             |            |
| Rio Comprido   | x       | x                              | ↗                   | *                             | O          |
| Lagoa do Saguacu   | x       | x                              |                     |                               | Λ          |
| <b>Legenda</b><br>— (Passarela)<br>x (Processos erosivos)<br>• (Cercas no entorno para proteção colocadas pelo proprietário) |         |                                |                     |                               |            |



- (cercas no entorno para proteção colocadas pelo poder público)
- Ж (Resíduos de fogueira)
- \* (Lixo)
- ↗ (Esburacamento/ Vandalismo)
- © (Remoção de conchas)
- Λ (Casa)
- π (Mirante)
- ≡ (Alteração nas encostas para plantação )

Adaptação do quadro elaborado por Oliveira 2000, p.230.

O Sambaqui Morro do Ouro localiza-se próximo ao rio Cachoeira, em uma região movimentada da cidade, próximo a Ponte do Trabalhador no bairro Guanabara. O sítio sofreu algumas atividades antrópicas, como retirada de material para construção de estradas ou escavação arqueológica para construção da Ponte do Trabalhador, o que reduziu significativamente sua dimensão. As telas de proteção, colocadas pelo poder público, encontram-se deterioradas em alguns pontos, facilitando o descarte incorreto de lixos conforme ressalta a imagem 2, entretanto, o sítio está bem conservado.

Imagem 2 : Sambaqui Morro do Ouro



Fotógrafa: Sirlei Rolo

Fonte: acervo da autora, ago, 2019



Em 2011, como demonstrado no quadro 1 o sambaqui Morro do Ouro ganhou edificação, um mirante e uma passarela (imagem 3), que visa contribuir para a preservação do sambaqui no que se refere à erosão acelerada antropogênica, e permite ao público imaginar como seria a vista que os sambaquianos usufruíam há milhares de anos.

Imagem 3 : Sambaqui Morro do Ouro - Mirante



Fonte: acervo da autora, ago, 2019

Fotógrafa: Sirlei Rolo

Esse sítio passou por estudos e pesquisas. Entre 18 de julho e 10 de agosto de 2019 passou por escavação envolvendo as Universidades de York da Inglaterra, e Universidade da Região de Joinville-UNIVILLE, bem como o Museu Nacional do Rio de Janeiro, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, entre outras. O objetivo da pesquisa foi verificar a presença de carboidrato na alimentação dos sambaquianos, envolvendo o cultivo de milho e cará, o resultado dessa pesquisa revelará se os sambaquianos além de serem pescadores, caçadores e coletores, se utilizavam de alguma técnica de cultivo.

Localizado em uma rua movimentada no bairro Guanabara, o sambaqui Guanabara I, também apresenta uma destruição parcial, causada pela urbanização. Uma das placas fixadas



pelo projeto PGAPSJ está em bom estado de conservação, entretanto, ambas estão cobertas pela vegetação o que dificulta a leitura do conteúdo. A vegetação na parte posterior do sítio foi retirada pela ação antropogênica, o que contribui para que a abrasão seja mais intensa em relação a outros sítios. O sítio é usado para depósito de lixo (imagem 4) e apresenta restos de fogueira. O caminhar sobre o sítio não configura um problema, entretanto, as fogueiras, causam prejuízo à vegetação e ao sambaqui, ocasionando a destruição de material arqueológico.

Imagem 4 : Sambaqui Guanabara I



Fotógrafa: Sirlei Rolo

Fonte: acervo da autora, ago, 2019

O sítio Guanabara II encontra-se em propriedade particular, e portanto, foi possível apenas verificar que está guardado por cerca de proteção e que sofre abrasão como todos os outros sítios, não sendo possível verificar outros fatores de degradação por não ter sido localizado o proprietário.

Outro sítio que se localiza em propriedade particular é o Ilha dos Espinheiros II que, assim como todos os outros, foi parcialmente destruído e sofre ações de abrasão e erosão acelerada antropogênica. Está situado no Iate Clube de Joinville que atualmente mantém sua



conservação, embora haja uma construção recente bem próxima ao sítio. Esse sítio faz parte do projeto **Adote um sambaqui**, implantado pelo MASJ em 1989.

A preservação dos sítios arqueológicos foi uma das principais questões a ser estudada. Ficava evidente que não bastava vigiá-los e comunicar alguma ocorrência às autoridades [...]Assim, a curto prazo foi lançado o projeto “Adote Um Sambaqui”, onde empresas privadas ou pessoas físicas poderiam colaborar com o município, protegendo um ou mais sambaquis. (GUEDES, 1991, p.114)

Também localizados em propriedades particulares estão os sambaquis Ilha dos Espinheiros III e IV. O sítio Ilha dos Espinheiros IV sofre abrasão relacionada à ação das chuvas, por estar próximo ao portão de acesso à propriedade é visível, entretanto, não é possível identificar a presença dos outros fatores de degradação elencados para a análise dos sítios da área urbana, por não ter sido possível localizar o proprietário.

Os sambaquis Ilha dos Espinheiros I, Rio Velho II e Rua Guáira, além de sofrerem as destruições causadas pelos processos naturais de abrasão, hoje sofrem com o descarte inadequado de lixos, dentre eles os resíduos de construções. O fato das pessoas não conhecerem esses sítios como patrimônio contribuiu para a destruição do que resta deles, “porém, são esses vestígios que podem nos levar a conhecer o nosso próprio modo de ser enquanto espécie; podem nos ajudar a revelar a história da ocupação do continente sul-americano e em especial do Brasil” (CORTELETTI, 2008, p.9)

O sítio Rio Velho II, além do despejo de resíduos sólidos, sofre abrasão, erosão acelerada antropogênica. Além disso, são realizadas queimas de lixo sobre o sambaqui; algumas casas estão muito próximas ao sítio; serve de caminho para o rio homônimo e possui marcas da passagem de carros e barcos. Nota-se, ainda, que foi feita a remoção de conchas, para que as embarcações tivessem melhor acesso à água.

O sambaqui Rua Guáira, está em uma região muito urbanizada, a placa de identificação está encoberta pela vegetação e a população ao redor usa o espaço onde o sítio está como local para depósito de resíduos. A área mais afetada é o entorno do sítio, contudo alguns vestígios de resíduos podem ser encontrados no próprio sítio.

Já o sambaqui Espinheiros II passou por pesquisa de salvamento entre 1991 e 1992, quando foram removidas 32 casas que estavam sobre a área arqueológica e realizadas ações educativas com diversos segmentos, incluindo o ensino formal e as famílias atingidas; (JOINVILLE, 2010, p.44).



Atualmente a vizinhança colocou sobre o sítio blocos de tijolos, que são utilizados para plantar flores e folhagens como a Espada de São Jorge, com o intuito de evitar a erosão, entretanto, a colocação desses blocos, pode ser considerada um fator de degradação porque pode movimentar o solo do sambaqui, alterando as estruturas presentes nas camadas. Não foram constatados depósito de lixo. Sobre o sítio foi colocada também uma estrutura de madeira para que os pássaros pudessem se alimentar, o que pode ser considerado um tipo de edificação, contudo, apresenta-se em bom estado de conservação. Essas ações da vizinhança possuem o intuito de proteger o sítio, todavia podem levar a degradação. O bairro está passando por ações de calçamento das ruas e o entorno do sítio está passando por pavimentação.

O Sambaqui Rio Comprido localizado no Bairro Comasa fica anexo a Praça David da Graça, que tem quadras de esporte, academia da terceira idade, parquinho e serve para a comunidade como área de lazer e um espaço para a prática de exercícios. Conforme relatado no Livro *Joinville Primeiros Habitantes* esse sítio foi descoberto durante escavações para abertura de ruas que iriam compor um conjunto habitacional, que visava abrigar funcionários da Fundação Tupy S/A, que contratou a empresa responsável para a construção e que constatou a presença do sítio. Assim que o sítio foi identificado, a empresa investiu em uma pesquisa de salvamento arqueológico que resultou em uma importante coleção arqueológica que está sob a guarda do Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. (JOINVILLE, 2010). Podemos observar alguns fatores de degradação elencados no quadro 1, como deposição de resíduos sólidos (lixo).

Diferentemente do sambaqui Espinheiro II, o sambaqui Rio Comprido não encontra na vizinhança cuidados relativos à sua conservação. Contudo, também foi alvo de ações educativas com parceria estabelecida entre o MASJ e a Escola Municipal do bairro Dom Jaime de Barros Câmara, diversos projetos foram realizados, tendo como palco, o sambaqui e uma delas inclusive foi reconhecida através do Prêmio Embraco de Ecologia nos anos 1997 e 1998. (JOINVILLE, 2010).

O sambaqui Lagoa do Saguacú (imagem 4), localiza-se à beira da lagoa do Saguacú, foi intensamente explorado para a fabricação da cal. (JOINVILLE, 2010)



Imagem 5: Sambaqui Lagoa do Saguacú



Fotógrafa Sirlei Rolo

Fonte: acervo da autora, ago, 2019

A área foi transformada no Parque Municipal Caieira, onde é possível observar as ruínas da antiga fábrica e “um conjunto de estruturas históricas, naturais e arqueológicas, difíceis de serem encontradas num só local e com um relativo estado de conservação que permite a fruição pública.” (JOINVILLE, 2010, p.74)

O parque é bem cuidado, e possui vigilantes o que inibe ações que possam causar prejuízos às estruturas históricas. Entretanto, sofre os desgastes exercidos pela natureza, como chuvas fortes, ventos e a intervenção humana, como o simples andar sobre o sítio.

Mesmo em se tratando de pisoteamento realizado por seres humanos, na medida em que não constitui uma atividade intencional, como seria o caso do enterramento deliberado de artefatos, ou da remoção de peças com o intuito de limpar o solo. Os efeitos do pisoteamento humano nos solos arqueológicos foram discutidos por alguns autores, que realizaram experiências de pisoteamento (COURTIN & VILLA, 1982; GIFFORD-GONZALEZ et al., 1985; NIELSEN, 1991; STOCKTON, 1973). Chegou-se à conclusão de que as peças podem sofrer dispersão vertical significativa, principalmente quando se trata de solos arenosos ou pouco coesos. (ARAÚJO,1995, p.13)



O Parque Natural Municipal Caieira é uma área de preservação ambiental e arqueológica de Joinville e foi criado pelo Decreto Municipal nº 11.734 de 2004, e teve seu tombamento no mesmo ano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sambaquis guardam grande parte da história pré-colonial do Brasil, sua cultura material pode ser encontrada por toda costa, entretanto algumas regiões como Joinville possuem um número considerável desses sítios que serviam como espaços multifuncionais. Alguns projetos, pesquisas e escavações já foram realizados, entretanto, ainda há muito que se estudar sobre os povos construtores de sambaquis. Contudo, para que isso ocorra é necessária a participação da sociedade na conservação *in situ*, já que se observa fatores de degradação em todos os sítios, como abrasão, erosão acelerada antropogênica, destruição mecânica, deposição de resíduos sólidos e edificações, conforme elencado no quadro 1.

A degradação por abrasão é comum a todos os sítios em se tratando de águas pluviais, vento e sol. Em relação à erosão acelerada antropogênica, a maior incidência ocorre nas trilhas ou em locais onde a permanência de pessoas é mais intensa. Oliveira (2000) ao analisar os sítios urbanos observou esse tipo de erosão nos sítios Morro do Ouro, Guanabara I e II, Espinheiro II, Rio Velho II, Rio Comprido. O impacto humano pode interferir na erosão, um exemplo seria o sambaqui Rio Velho II, entretanto, o ser humano pode contribuir para a conservação dos sítios arqueológicos, como no sambaqui Morro do Ouro com a edificação de passarela e mirante, que contribuíram para a redução do impacto humano. Entretanto, os demais sítios continuam como o mesmo tipo de erosão que Oliveira encontrou há 19 anos.

Em relação à destruição mecânica, Oliveira já constatava que os sambaquis Morro do Ouro, Rua Guaíra, Espinheiro II, Rio Velho II, Rio Comprido e Guanabara II apresentavam esburacamentos e vandalismos, atualmente esse tipo de destruição mecânica é observada nos sambaquis Rio Velho II, Rua Guaíra e Rio Comprido, como revela o quadro 1. Nos demais sítios não foram observados esses fatores de degradação. A deposição de resíduos que era comum na maioria dos sambaquis urbanos nas pesquisas de Oliveira, ainda persiste.

No que se refere a edificações, as mais comuns foram as telas de proteção colocadas pelo poder público e as cercas (muros, grades etc.) colocadas pelos proprietários. Oliveira não



havia identificado esse tipo de edificação em sítios urbanos. Esse tipo de proteção não se revelou eficaz nos espaços públicos, já que muitas telas foram retiradas e os despejos e ações antropogênicas continuaram. Permitir o acesso às pessoas, como ocorre nos sambaquis Morro do Ouro e Lagoa do Saguçu, onde foram construídas passarelas e pórticos pode ser uma boa alternativa.

A realidade dos sítios da área urbana não sofreu mudanças significativas em relação a destruição antropogênica, mecânica e deposição de lixo. Entretanto, podemos observar as intervenções do poder público que visam a preservação desses sítios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, Astolfo Gomes de Mello. 1995. Peças que descem, peças que sobem e o fim de Pompéia: algumas observações sobre a natureza flexível do registro arqueológico. **Revista do museu de arqueologia e etnologia**. v.5, pp.3-25, 1995.

BANDEIRA, Dione da Rocha. Mudança na estratégia de subsistência. O Sítio Arqueológico Enseada I- Um estudo de caso. 1992. 119p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1992.

BANDEIRA, Dione da Rocha et al. Resultados preliminares da pesquisa no sambaqui sob rocha Casa de Pedra, São Francisco do Sul, Santa Catarina, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, v13 n 1. Pp 207-225, jan/abr. 2018.

BIANCHINI, Gina Faraco. **Por entre corpos e conchas: prática social e arquitetura de um sambaqui**. 2015. 200p. Tese (Doutorado em arqueologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional. Rio de Janeiro, 2015

[BRASIL.1946. \[Constituição \(1946\)\]. \*Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946\*. Brasília, DF: Presidência da República, \[2019\]. Disponível em: \[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\\_03/constituicao/constituicao46.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao46.htm\). Acesso em: 15 Ago.2019.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)

[BRASIL.1988. \[Constituição \(1988\)\]. \*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988\*. Brasília, DF: Presidência da República, \[2019\]. Disponível em: \[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\\_03/constituicao/constituicao46.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/constituicao/constituicao46.htm\). Acesso em: 15 Ago.2019.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm)

[BRASIL.1961. \*Lei nº 3.924 de 26 de julho de 1961. Monumentos arqueológicos e pré-históricos\*. Brasília, DF: Presidência da República, \[2019\]. Disponível em: \[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\\_03/leis/1950-1969/13924.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/1950-1969/13924.htm\). Acesso em: 15 Ago. 2019.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13924.htm)



CORTELETTI, Rafael. **Patrimônio Arqueológico de Caxias do Sul**. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

DEBLASIS, Paulo; et al Some references for the discussion of complexity among the Sambaqui Moundbuilders from the Southern Shores of Brasil. **Revista de Arqueologia Americana**. New York, v.15, pp75-105, 1998.

FIGUTI, Levy. O homem pré-histórico, o molusco e o sambaqui: considerações sobre a subsistência dos povos sambaquianos. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, v.3, pp. 67-80, 1993.

FOSSILE, Thiago. Peixes na Alimentação de Povos pré-Coloniais- Estudo Ictioarqueológico da Sambaqui Cubatão I. 2013. 86p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biologia), Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2013.

GASPAR, Madu. **Sambaquis: arqueologia do Litoral**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

GASPAR, Madu. Et al. Corpos e Montes: arquitetura da morte e do modo de vida dos sambaqueiros. **Revista Memorare** Tubarão, v.5, n.1, pp.264-282, jan./abr. 2018.

GUEDES, Sandra Pachoal Leite de Camargo. et al. Um olhar museológico para a arqueologia: a exposição “pré-história regional” de Joinville (Santa Catarina). **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v1, pp.113-129, 1991.

IPHAN- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. 2010 Sistema Nacional de patrimônio Cultural. Brasília, DF. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/217> Acesso em: 08 de set.2019.

JOINVILLE 2004. Decreto nº 11.734 de 11 de março de 2004. Prefeitura de Joinville, [2019] Disponível em <https://www.joinville.sc.gov.br/publicacoes/documentacao-parque-natural-municipal-da-caieira/>

JOINVILLE.2007. Fundação cultural; museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Joinville: Mapa dos Sítios Arqueológicos em Joinville.

JOINVILLE.2010. Fundação cultural; museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. **Joinville: Primeiros Habitantes**. Itajaí: Casa Aberta Editora,2010.

JOINVILLE. 1969. Lei nº 1042 de 22 de dezembro de 1969. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/j/joinville/lei-ordinaria/1969/104/1042/lei-ordinaria-n-1042-1969-cria-o-museu-arqueologico-de-sambaqui-de-joinville> Acesso em 10 maio.2019.

KLOKLER, Daniela; *et al.* Juntos na Costa: Zooarqueologia e Geoarqueologia de Sambaquis do Litoral Sul Catarinense. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 20, pp53-76, 2010.

KLOKLER, Daniela; DEBLASIS, Paulo. Were Sambaqui People Buried in the Trash? Archaeology, Physical Anthropology, and the Evolution of the Interpretation of



Brazilian Shell Mounds. In: ROKSANDIC, Mirjana; SOUZA, Sheila Mendonça de; EGGERS, Sabine; BURCHELL, Meghan; KLOKLER, Daniela (eds.) **The Cultural Dynamics of Shell-Matrix Sites**. University of New Mexico Press. Pp. 91-100, 2014

LIMA, Tania Andadre. Em busca dos Frutos do Mar: os Pescadores-Coletores do Litoral Centro-Sul do Brasil. **Revista da USP**. São Paulo, n44, pp 270-327, 1999/2000

MELO JUNIOR, João Carlos Ferreira; *et al.* Arqueobotânica de um Sambaqui sul-brasileiro: integrando indícios sobre o paleoambiente e o uso de recursos florestais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**. Belém, v11, n3, pp727-744, set./dez.2016.

OLIVEIRA, Maria Dulce Barcellos Gaspar de. **Aspectos da organização social de um grupo de pescadores, coletores e caçadores: região compreendida entre a Ilha Grande e o Delta do Paraíba do Sul, estado do Rio de Janeiro**. 1991. 373p. Tese (Doutorado em Arqueologia) Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Mario Sergio. Os Sambaquis da planície costeira de Joinville, litoral norte de Santa Catarina: geologia, paleogeografia e conservação *InSitu*. 2000. 310p. Dissertação (Mestrado em Geografia) Centro de filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

PEZO-LANFRANCO, Luis *et al.* Middle Holocene plant cultivation on the Atlantic Forest coast of Brazil? **Royal Society Open Science**. York, V.5 n. Ago. 2018.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte”. **Diálogos Educacionais**. Curitiba, v. 6, n 19, pp 37-50, set/dez. 2006.

TENÓRIO, Maria Cristina. Identidade cultural e origem dos sambaquis. **Revista do Museu De Arqueologia E Etnologia**. São Paulo, n14, pp169–178, 2004.

VILLAGRAN, Ximena. O que sabemos dos grupos construtores de sambaquis? Breve revisão da arqueologia da costa sudeste do Brasil, dos primeiros sambaquis até a chegada da cerâmica Jê. **Revista Do Museu De Arqueologia E Etnologia**. São Paulo, n23, pp139-154, 2013.

ZERGER, Giomar Felipe. Caieiras de Araquari e entorno: inquietações de um Patrimônio. 2014. 149p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2014.

**Artigo recebido em: agosto/2021**

**Artigo aceito em: dezembro/2021**



## **DIDÁTICA E ENSINO DE HISTÓRIA: POTENCIALIDADES PEDAGÓGICAS DOS INFOGRÁFICOS**

### ***DIDACTIC AND HISTORY TEACHING: PEDAGOGICAL POTENTIALS OF INFOGRAPHICS***

Rosária Helena Ruiz Nakashima <sup>1</sup>

Vanderlene das Neves Dutra <sup>2</sup>

Olivia Macedo Miranda de Medeiros<sup>3</sup>

Luciano Galdino da Silva<sup>4</sup>

#### **RESUMO**

Neste artigo, apresentamos alguns elementos que ressaltam as potencialidades pedagógicas dos infográficos no ensino de Didática, na licenciatura em História, a fim de evidenciar como esses recursos podem contribuir para o ensino dos conteúdos da disciplina. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica sobre ensino de História, Didática, infográficos e o conceito de “práxis”. A investigação possibilitou explorar o *software Piktochart* para a produção de infográficos de conteúdos da Didática. Os resultados nos forneceram indicativos de que o uso dos infográficos, na elaboração de materiais didáticos, pode oferecer aos estudantes e seus professores alternativas de produção e de aperfeiçoamento da sistematização de informações. Portanto, a partir da integração de recursos tecnológicos, aliados a uma pedagogia inovadora, baseada na práxis, é possível contribuir com processos educativos mais significativos, ampliando seu sentido e significado para estudantes e docentes.

**PALAVRAS-CHAVES:** Infográficos; práxis; ensino de História.

---

<sup>1</sup>Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Educação Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pedagoga. Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT). Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território (UFT/UFNT). E-mail: rosaria@uft.edu.br.

<sup>2</sup>Licenciada em História pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Bolsista PIBIC/UFT 2020-2021. E-mail: vanderlene.dutra@gmail.com

<sup>3</sup>Doutora em História Social pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Professora Adjunta da Universidade Federal do Norte do Tocantins, atuando no Colegiado de História e no Programa de Pós-graduação em Cultura e Território - PPGCULT (UFNT-Araguaína). Editora da Revista Escritas, periódico do Curso de História da Universidade Federal do Norte do Tocantins. Tem experiência na área de História e Interdisciplinar com ênfase em linguagens, literatura, territórios, memória, modos de viver, relações e práticas de trabalho. E-mail: oliviacormineiro@uft.edu.br.

<sup>4</sup>Doutor em Ciências com área de Concentração em História Econômica pela Universidade de São Paulo- USP. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins- UFT. Desde 2005. Lecionando as Disciplinas de Estágio Supervisionado. Exercendo atualmente o cargo coordenador do Curso de História. E-mail: lucianogaldino@uft.edu.br.



## ABSTRACT

In this article we present some elements that highlight the pedagogical potential of infographics in the teaching of Didactics, in the degree in History, in order to show how these resources can contribute to the teaching of the subject's contents. This is a qualitative and bibliographical research on the teaching of History, Didactics, infographics and the concept of “praxis”. The investigation made it possible to explore the Piktochart software for the production of infographics of Didactic content. The results provided us with indications that the use of infographics in the preparation of teaching materials can offer for students and their teachers alternatives for producing and improving the systematization of information. Therefore, from the integration of technological resources, allied to an innovative pedagogy, based on praxis, it is possible to contribute to more significant educational processes, expanding its meaning for students and teachers.

**KEYWORDS:** Infographics; praxis; history teaching.

## INTRODUÇÃO

As tecnologias fazem parte da vida humana desde a pré-história, e, atualmente, há as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). Conforme o ser humano foi evoluindo, usando o raciocínio e seus conhecimentos historicamente construídos, as tecnologias foram gradativamente criadas e aperfeiçoadas. Vivemos em um mundo imerso em tecnologias, desde os nossos lares até os diferentes lugares que frequentamos, inclusive no espaço escolar. As TDIC, quando usadas com intencionalidade pedagógica, podem ser aliadas no processo de ensino e de aprendizagem, na educação formal.

De acordo com Nakashima e Piconez (2016), o uso das tecnologias na educação requer uma nova postura dos docentes e discentes, para que haja uma potencialização das abordagens pedagógicas exploradas por ambos, conforme os autores ressaltam:

[...] Como o ensino é uma atividade complexa que recorre à articulação de diferentes conhecimentos (SHULMAN, 1986; 1987; MISHRA; KOEHLER, 2006), como um fenômeno multidimensional que compõe a ação docente, configura-se relevante a investigação sobre o “fazer didático” e, dentro dele, o “saber fazer e escolher”, e o suporte das tecnologias digitais no desenvolvimento de propostas pedagógicas contextualizadas. (NAKASHIMA; PICONEZ, 2016, p. 233).

Destacamos que o processo de ensino requer habilidades e conhecimentos didáticos específicos e, para Shulman (1987 *apud* Nakashima e Piconez, 2016, p. 232), a ação docente envolve seis eventos pedagógicos não sequenciais – compreensão, transformação, ensino, avaliação, reflexão e nova compreensão. No processo de ensino, esses eventos se realizam



como transformação e representação dos conteúdos que serão ministrados aos estudantes. Além disso, na atual sociedade da informação, é necessário que aconteça, por parte do docente, uma busca para o desenvolvimento e o aprimoramento do fazer didático-pedagógico, aliado às tecnologias digitais.

Nesta pesquisa<sup>5</sup>, foi explorado o *software Piktochart*, com o objetivo de compreender como essa ferramenta pode ser utilizada no processo de construção dos infográficos (Figura 1). O *Piktochart* é um recurso gratuito que permite a criação de infográficos autorais, inserindo figuras, textos, gráficos e formas. O *software* é um serviço *on-line*, que disponibiliza gratuitamente cinco modelos de infográficos. A partir de seus recursos, é possível sistematizar dados e informações sobre qualquer tema, colaborando para a construção de novos conhecimentos que sejam significativos aos estudantes.

Figura 1: Primeira parte do infográfico elaborado para o componente curricular de Didática.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

<sup>5</sup> Este artigo apresenta os resultados da pesquisa realizada durante o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC /UFT), no período de 2020 a 2021.



Esta é uma pesquisa de caráter bibliográfico, e, conforme esclarece Pizzani *et al.* (2012, p. 54),

[...] Entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico. Essa revisão é o que chamamos de levantamento bibliográfico ou revisão bibliográfica, a qual pode ser realizada em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes. (PIZZANI *et al.*, 2012, p. 54).

Diante disso, a partir de referenciais teóricos já publicados, buscamos compreender nosso problema de pesquisa: como o infográfico pode colaborar na produção de conteúdos da Didática na Licenciatura em História?

Para isso, realizamos um planejamento sistemático da pesquisa para compreender desde a definição do tema até o desenvolvimento da pesquisa. Utilizamos artigos científicos, livros, teses e dissertações para a revisão bibliográfica dos conceitos de Didática, Ensino de História, Infográficos e Práxis, a fim de responder o nosso problema. Também foi possível fazer a relação do conceito de Práxis presente nas obras de Paulo Freire com o ensino de Didática na licenciatura em História.

De acordo com Candau (1997), a partir dos anos 1990, houve a inauguração de uma nova etapa na vida social e também na educação brasileira. Com o projeto neoliberal, acentuaram-se as formas de multiplicação de exclusão social e cultural, juntamente com a globalização econômica e a mundialização da cultura. Assim, houve a necessidade de repensar as práticas no âmbito educacional, principalmente na área da Didática, detectando os temas emergentes que precisavam ser tratados em sala de aula.

Logo, Candau (1997), desde os anos 1980, defende que a Didática não pode ser vista apenas como algo instrumental e neutro, ou seja, apenas como forma de se passar conteúdos ou de modo a reduzi-la às técnicas ou a uma visão acrítica do currículo e do ensino, mas, é necessário enxergá-la como algo fundamental no processo de ensino-aprendizagem.

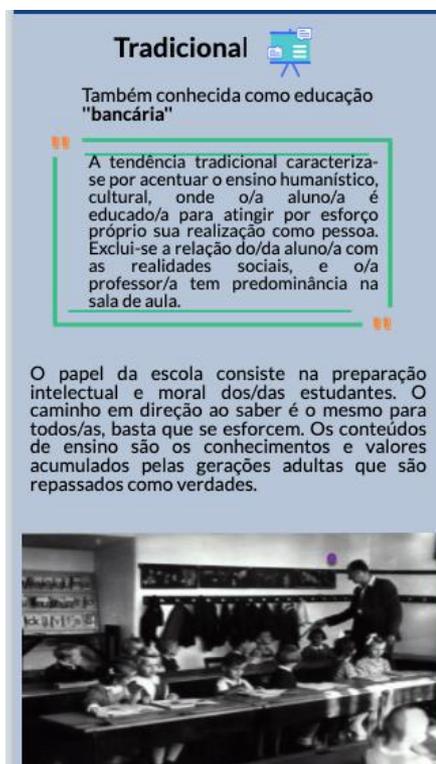
A partir dessa concepção de Didática, problematizamos o ensino de História que, em alguns contextos, é planejado de forma mecânica, exigindo do aluno a repetição de conteúdos, sem uma abordagem crítica dos temas trabalhados, ou seja, sem considerar a importância da mobilização e da compreensão dos conceitos históricos na construção de novos conhecimentos.



Sobre isso, Ferreira e Franco (2013, p. 129) afirmam “[...] o conhecimento histórico em sala de aula pressupõe dinamismo e diversidade e, sobretudo, a consciência, por parte de professores e alunos, de que a História relaciona-se a construções superáveis, provisórias e relativas”, uma vez que surgem novos métodos e técnicas, o conhecimento histórico é reavaliado, haja vista que a História não é algo contínuo, todos os documentos, fatos e estudos devem ser entendidos em seu contexto.

Pelas experiências em estágios supervisionados e por meio de relatos de professores em atuação, identificamos que o ensino de História ainda traz algumas marcas da tendência pedagógica tradicional (Figura 2), pautada na memorização de dados, fatos históricos e datas, e isso torna esse componente curricular desgastante e desinteressante para os alunos. Desde o seu surgimento como disciplina escolar, no final do século XIX, como aponta Cabrini (1986), o ensino de História tem sido pautado em saberes prontos e acabados, sem levar em conta a realidade e as experiências dos alunos e alunas, mantendo-os de fora do processo histórico.

Figura 2: Parte do infográfico sobre a Tendência Pedagógica Liberal Tradicional.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).



Acreditamos que as formas tradicionais de se ensinar História, baseadas na memorização de fatos, datas e acontecimentos, minimizam as oportunidades de construção de novos conhecimentos por parte dos alunos. Um dos caminhos para que isso seja ressignificado é buscar novas estratégias pedagógicas, com o uso das tecnologias digitais, para auxiliar no desenvolvimento crítico e analítico dos conteúdos curriculares de História.

Nesse viés, sugerimos, nesta pesquisa, a utilização de infográficos como um possível recurso didático para a construção de novos saberes, haja vista suas possibilidades de visualização das informações, bem como a integração de vários recursos, como imagens, vídeos, desenhos, textos etc., o que, por sua vez, pode tornar o ensino de História mais significativo para os estudantes.

### **Didática, práxis e ensino de História: princípios para uma educação transformadora**

Os desafios enfrentados pela comunidade escolar (professores, alunos, gestores, famílias etc.) são variados e urgentes em solução. Um dos destaques é o fato de a escola ainda estar vinculada à tendência educacional tradicional ou, como aponta Freire (1987), imersa numa educação bancária. Entretanto, esse é um desafio que pode ser superado através de uma concepção educacional transformadora, que liberte alunos e professores desse sistema de opressão, ou seja, de um ensino vertical, no qual o professor se considera o detentor do saber, e os estudantes, meros ouvintes, seres passivos no processo de aprendizagem.

De acordo com Fortuna (2016, p. 64), “a transformação, em si, é enfrentamento, choque de realidade de um determinado contexto, em que os sujeitos envolvidos não compreendem a importância de se instaurar a mudança que, muitas vezes, desestabiliza, sendo ela subjetiva do próprio sujeito ou da sociedade.” Os professores e alunos devem tomar consciência da situação em que estão inseridos para assim transformá-la. Essas mudanças exigem uma constante remodelação educacional, isso significa a construção de novos métodos e técnicas que auxiliem no processo formativo dos educandos.

Segundo Libâneo (2013, p.14), a Didática é a área que estuda os conteúdos, os objetivos, os meios e as condições do processo de ensino com finalidades educacionais e sociais. Há também uma grande proximidade da Didática com outros campos do conhecimento, o que corrobora para que os docentes tenham uma formação mais ampla. Desse modo, o ensino de



Didática na licenciatura em História é de extrema importância, pois, a partir dela, os futuros docentes podem construir suas práticas pedagógicas, visando a melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Libâneo (2013, p. 24) afirma que “A Didática, em seus vínculos com a pedagogia, generaliza processos e procedimentos obtidos na investigação das matérias específicas, das ciências que dão embasamento ao ensino e aprendizagem e das situações concretas da prática docente”.

A Didática deve ser vista como um dos pilares na formação da prática docente, e não como um processo meramente instrumental na ação pedagógica, ou seja, apenas como ensinar a ensinar, pois não se trata apenas sobre o que e como ensinar conteúdos, mas também sobre o porquê ensinar e a quem ensinar, considerando questões sociais e políticas dos sujeitos. Em concomitância a isso, Candau (1997) afirma:

[...] A perspectiva fundamental da didática assume a multidimensionalidade do processo de ensino-aprendizagem e coloca a articulação das três dimensões, técnica, humana e política, no centro configurador de sua temática. Procura partir da análise da prática pedagógica concreta e de seus determinantes. Contextualiza a prática pedagógica e procura repensar as dimensões técnica e humana, sempre “situando-as”. Analisa as diferentes metodologias, explicitando seus pressupostos, o contexto em que foram geradas, a visão do homem, de sociedade, de conhecimento e de educação que veiculam. Elaborar a reflexão didática a partir da análise e reflexão sobre experiências concretas, procurando trabalhar continuamente a relação teoria-prática. (CANDAU, 1996a, p. 20 *apud* CANDAU, 1997, p. 73).

Para Candau (1997), a didática pode ser dividida em duas categorias, a didática instrumental e a didática fundamental, “a primeira concebe a Didática como um conjunto de procedimentos e técnicas que o professor deve dominar para promover um ensino eficiente. É a operacionalidade do processo que constitui a preocupação central” (p. 74), ou seja, está ligada somente à parte operacional, isto é, “como” e “o que” ensinar. Já a segunda concepção, “parte da análise da relação escola-sociedade e articula as abordagens da educação com os diferentes projetos político-sociais, situando-se na perspectiva da construção de uma sociedade democrática de caráter inclusivo e radical” (p. 74). Logo, essa perspectiva está mais relacionada às preocupações em tornar as práticas pedagógicas mais humanas e o ensino comprometido com as transformações sociais.

Candau (1997) ainda ressalta que a didática fundamental se contrapõe ao tecnicismo, que concebe o processo educativo a partir, exclusivamente, da dimensão técnica; trata-se do ideário “*Didática como receituário*” (BALZAN, 1987, p. 89). De fato, a didática fundamental



procura penetrar na problemática educacional e pedagógica para identificar seus determinantes, sendo assim:

[...] concebe[-se] a Didática como um saber de mediação e garante[-se] sua especificidade pela preocupação com a compreensão do processo de ensino-aprendizagem e a busca de formas de intervenção na prática pedagógica, concebida como prática social, articulando sempre o “fazer” com o sentido ético e político-social de todo projeto educativo. Esta perspectiva situa-se no âmbito de uma abordagem crítica na educação. (CANDAUI, 1997, p.74).

Assim, compreendemos que o papel da Didática é construir caminhos que articulem a prática pedagógica com as questões sociais, para a construção de um ensino reflexivo e crítico.

Consideramos que Didática é práxis, isto é, reflexão e ação, pois a Didática se refere a um conjunto de procedimentos técnicos que o docente deve conhecer para promover um ensino mais eficiente, por outro lado, também é análise da relação entre escola, sujeitos e suas demandas sociais para a implementação de práticas pedagógicas que visem a transformação de suas realidades. Como aponta Fortuna (2015, p. 66), “para que o ensino e aprendizagem aconteçam de forma efetiva, teoria e prática precisam naturalmente ser conduzidas concomitantemente, esta é uma necessidade indispensável para a emancipação e realização humana”.

Podemos, então, associar a Didática à pedagogia crítica libertadora (Figura 3) de Paulo Freire, segundo a qual o indivíduo deve estabelecer-se como sujeito crítico de sua própria realidade, para assim transformar a si próprio e ao mundo, nesse sentido, seu fazer e agir devem ser baseados na práxis.

Figura 3: Parte do infográfico sobre a Tendência Pedagógica Progressista Libertadora.



## Libertadora

Também conhecida como **Pedagogia de Paulo Freire.**

O foco da tendência libertadora é a atuação "não-formal", ela questiona de forma concreta a realidade das relações do/da homem/mulher com a natureza e com os/as outros/as homens/mulheres, buscando assim uma transformação, sendo então considerada uma educação crítica.

Os conteúdos de ensino na pedagogia libertadora são chamados de "temas geradores" e são extraídos da problematização da prática de vida dos/das educandos/as. O importante não é a transmissão de conhecimentos específicos, mas incitar uma nova forma de se relacionar com as experiências vividas.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

De acordo com Freire (1987, p.45), “na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo”. Nesse sentido, Libâneo (2009, p. 33) diz que “a educação libertadora, ao contrário, questiona concretamente a realidade das relações do homem com a natureza e com os homens, visando a uma transformação — daí ser uma educação crítica”.

Acreditamos que é importante evidenciar como a práxis está intimamente ligada à educação que visa libertar os oprimidos desse sistema de opressão, representado pelo modelo de educação tradicional, pautado na memorização e repetição de fatos e conceitos fragmentados, além de práticas pedagógicas autoritárias. Para Freire (1987), práxis é

transformação do mundo, baseada em ações educacionais democráticas, respeitosas e solidárias. Por isso, “pensar a educação dentro da composição e aperfeiçoamento da práxis vai ao encontro da constante ressignificação pedagógica, a saber, que educador/a e educando/a se encontram atrelados ao permanente vir-a-ser dos sujeitos” (FORTUNA, 2015, p. 65).

Partindo da associação da Didática ao conceito de práxis, devemos conceber o ensino de História como instrumento de libertação (Figura 4).

Figura 4: Parte do infográfico sobre Práxis, Tendência Pedagógica Libertadora e Ensino de História.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

O ensino de História deve estar pautado na relação entre os sujeitos e suas ações na sociedade, ou seja, é necessário que o indivíduo se reconheça como sujeito histórico para que haja sua integração aos conteúdos de História. É necessário recolocar educandos e educadores como sujeitos históricos e produtores de conhecimento histórico, a fim de enfrentar o ensino tradicional que regula a educação há muito tempo, visando, assim, a libertação dos sujeitos. Para Freire (2015, p. 25-26):

[...] Do ponto de vista democrático em que me situo, mas também do ponto de vista da radicalidade metafísica em que me coloco e de que decorre minha compreensão do homem e da mulher como seres históricos e inacabados e sobre que se funda a minha inteligência do processo de conhecer, ensinar é algo mais que um verbo transitivo



relativo. Ensinar inexistente sem aprender e vice-versa, e foi aprendendo socialmente que, historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar. Foi assim, socialmente aprendendo, que ao longo dos tempos mulheres e homens perceberam que era possível – depois, preciso – trabalhar maneiras, caminhos, métodos de ensinar. Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender. (FREIRE, 2015, p. 25-26).

Ao relacionarmos o ensino de História com práticas didático-pedagógicas, percebemos, de modo geral, que o componente curricular História ainda é abordado de modo mecânico, associado ao ensino de datas, heróis, fatos e acontecimentos históricos. Por meio de escolarização anterior e relatos atuais, observamos que, muitas vezes, o ensino é focado apenas na reprodução de conteúdos, afastando o ensino e o aprendizado de História do campo de produção do conhecimento.

Essa visão “bancária” (FREIRE, 2015, p. 27) de ensino sustenta a distância entre alunos e conhecimento histórico, uma vez que o saber histórico, ao ser compreendido como algo pronto, mecânico e conteudista, distancia-se da realidade dos estudantes. A falta de diversificação de formas de ensinar e de multiplicidade de visões para a construção de conhecimentos pode comprometer a dinâmica do componente curricular de História.

Para Ferreira e Franco (2013, p. 128), “o ensino escolar ganha na medida em que pode se utilizar da diversidade de interpretações como forma de expor a multiplicidade de enfoques próprios do conhecimento”. Nesse sentido, podemos constatar que, ao tornarmos as aulas de História mais dinâmicas, será possível o melhor desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, utilizando a multiplicidade de recursos como elementos didáticos e pedagógicos.

A transformação/libertação educacional deve passar pela práxis, pois, como afirma Freire (1987, p. 24), “A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo”. Por isso, é imprescindível que o indivíduo se reconheça como ser histórico, capaz de pensar (refletir sobre sua situação no mundo) e agir, a fim de transformar a realidade em que vive. A práxis freireana vai além de uma categoria de análise, “deve ser entendida como consequência de uma forma de ser do homem no mundo, que, ao pensar e agir, transforma o mundo e a si mesmo” (MÜHL, 2011 *apud* FORTUNA, 2016, p. 66).

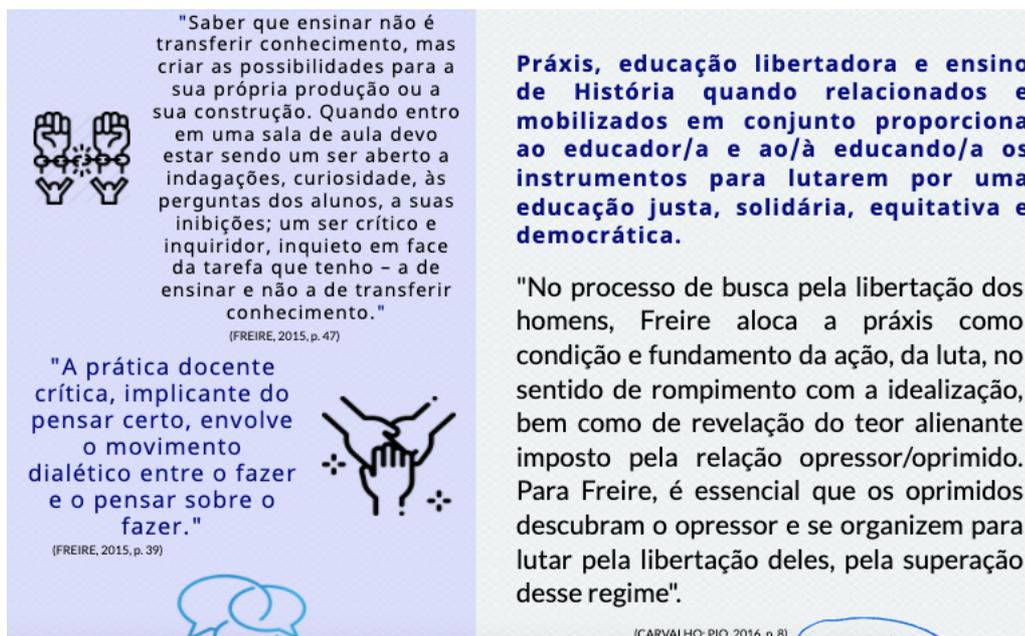
Defendemos que o processo de ensino e aprendizagem requer diálogo entre professores e alunos. De acordo com Freire (1987), sem diálogo, não há comunicação, e sem ela não há uma verdadeira educação, pois somente o diálogo implica num pensar crítico. O diálogo é práxis. É importante que educadores o mantenham com seus alunos, pois ensinar e aprender se



constituem a partir dessas trocas de saberes teóricos, procedimentais e atitudinais. Logo, “a partir da prática dialógica, o sujeito desenvolve suas potencialidades de comunicar, interagir, administrar e construir o seu conhecimento, melhorando sua capacidade de decisão, humanizando-se.” (MENEZES; SANTIAGO, 2014, p. 52).

Inspirada em Freire, a educação libertadora (Figura 5) nos leva a pensar sobre como a Didática deve estar associada à práxis. Para que a educação seja transformadora, é indispensável que a Didática também seja *reflexão* <-> *ação*, haja vista que a Didática não pode ser vista apenas como algo instrumental, é necessário que a enxerguemos como uma aliada na construção de novos conhecimentos e na formação de sujeitos críticos, deixando de lado a perspectiva educacional que foca apenas numa formação individualista, que não leva em conta os problemas socioeducacionais dos estudantes.

Figura 5: Parte do infográfico sobre Práxis, Educação Libertadora e Ensino de História.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Ao problematizarmos a necessidade de transformação da educação por meio de ações didático-pedagógicas, problematizamos o uso das tecnologias para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem na educação, principalmente no ensino de História, haja vista que as tecnologias – quando usadas com intencionalidades pedagógicas – podem ser grandes aliadas desse processo. Como afirmam Nakashima e Piconez (2016, p. 232), “A tecnologia, a



pedagogia e os conhecimentos específicos dos conteúdos representam uma articulação dinâmica que pode descrever a ação docente necessária para o planejamento, a implementação, a avaliação e o processo de ensino-aprendizagem, apoiados por tecnologias”.

Logo, acreditamos que o ensino de História, associado às práticas didático-pedagógicas libertadoras (Figura 5) e a um pensar e fazer reflexivos, implicará libertação e transformação de alunos e professores, ou seja, libertação de um ensino bancário.

Nesse sentido, se faz necessário abandonar os métodos tradicionais de ensino de História, desprendendo-se da forma mecânica e conteudista, a fim de que os alunos se sintam mais próximos do conhecimento histórico. Para isso, a adoção de novas abordagens pedagógicas, apoiadas pelo uso de infográficos, pode trazer dinamismo ao ensino e à aprendizagem de História, conforme discutiremos na seção seguinte.

### **Potencialidades educacionais dos infográficos**

Um dos aspectos evocados nesta pesquisa é como a tecnologia aliada à educação pode oferecer aos alunos e professores um melhor desenvolvimento do processo educativo. Dessa maneira, analisamos o uso dos infográficos como forma de sistematização e construção de conteúdo/conhecimentos. Os infográficos

[...] são formas de representação/visualização da informação [...] permitem analisar um fato de forma pormenorizada nas suas diversas fases. O infográfico pode combinar múltiplos recursos multimídia (podemos associar Mapas, Gráficos, Textos, Áudios, Vídeos, Desenhos, Fotografias, Documentos Digitalizados etc.) para apresentar uma informação. (CERIGATTO; MEDEIRO; SEGURADO, 2010 *apud* BONTTENTUIT JUNIOR; LISBOA; COUTINHO, 2011, p. 3-4).

Sendo assim, o seu uso pedagógico possibilita o estímulo visual e a capacidade de síntese, uma vez que, ao construir um infográfico, é necessária a sistematização das informações. Outra vantagem é o estímulo à capacidade do aluno de relacionar uma imagem, vídeo ou desenho ao conteúdo curricular a ser adicionado ao infográfico. Bonttentuit Junior, Lisboa e Coutinho (2011) ressaltam que

[...] Através dos infográficos, os alunos podem ter acesso aos mais variados tipos de conteúdo, e o mesmo poderá ser explorado em múltiplos formatos, ou seja, pode constituir-se como fonte alternativa de informação, como uma fonte de pesquisa, como um esquema para discussão, como estratégia pedagógica para o ensino ou, ainda, como um poderoso recurso para a educação a distância, visto que já são muitos os *sites* na *Web* que disponibilizam estes recursos inteiramente gratuitos para que o professor utilize nas suas aulas. E, por estarem em formato digital, os infográficos



podem ser integrados em qualquer *learning management system* (LMS). (BONTTENTUIT JUNIOR; LISBOA; COUTINHO, 2011, p. 5).

Por isso, explorar as potencialidades pedagógicas das tecnologias, mais especificamente dos infográficos, pode contribuir para que os estudantes e seus professores consigam ser protagonistas ativos na busca por desenvolverem, de maneira mais eficaz, a compreensão de conceitos e processos históricos e a sistematização de conteúdos. Além de se aproximarem da tecnologia, os professores também exercitam sua autoria na produção de materiais didáticos que sejam significativos para suas turmas.

Acreditamos que, por ser dinâmico, o infográfico pode contribuir para o processo de ensino e aprendizagem, haja vista que combina diferentes recursos, “nesse contexto, a utilização de infográficos poderá ser um grande contributo para o ensino e aprendizagem de diversos tipos de conteúdos” (BONTTENTUIT JUNIOR; LISBOA; COUTINHO, 2011, p. 5). Complementando, Costa e Tarouco (2010, p.12) ressaltam que:

[...] A convergência das mídias permitiu que novos formatos para conteúdos educacionais fossem criados ou adaptados ao suporte digital. Esses formatos devem ser utilizados pelos professores na criação de seus conteúdos de modo a melhorar o processo de ensino-aprendizagem. (COSTA; TAROUCO, 2010, p. 12).

Os infográficos podem ser usados no ensino de História, uma vez que esse recurso é uma ferramenta de representação visual que possibilita ao/à professor/a abordar determinado assunto de forma dinâmica e visual, que seja estimulante aos/às alunos/as, priorizando a veiculação didática da informação. A integração de várias mídias digitais, como som, imagem, vídeos, textos, gráficos, mapas, entre outros, abre um amplo leque para que os professores e professoras possam inovar, aprimorar e potencializar o ensino e a aprendizagem.

Os infográficos podem tornar o processo de ensino-aprendizagem mais prazeroso e estimulante, uma vez que

[...] São mais sintéticos que os vídeos, mais narrativos que um esquema, mais atrativos que as tabelas, mais exploratórios que as apresentações tradicionais e, diferentemente dos textos escritos permitem visualizar a informação que apresentam. As infografias transmitem feitos, processos, notícias, acontecimentos ou dados de forma amena, sintética e visual, facilitando a compreensão da informação árida ou complexa e estimulando o interesse do leitor que, de um golpe de vista, pode selecionar nelas o que lhe interessa, o que já conhece ou não. (LARRAZ, 2010 *apud* ALVAREZ, 2012, p.111).



A utilização dos infográficos na educação é uma realidade, e Bonttentuit Junior, Lisboa e Coutinho (2011) listam algumas potencialidades do uso dessa ferramenta na educação, dentre elas:

- a) o acompanhamento, pelos/pelas estudantes, do passo a passo de um fato, um processo ou um acontecimento histórico;
- b) a possibilidade de melhor memorização dos/das alunos/as através das imagens e esquemas;
- c) o desenvolvimento de habilidades cognitivas de interpretação, análise e síntese a partir da observação dos infográficos;
- d) o/a aluno/a poderá navegar de forma não linear sobre o conteúdo, o que facilitará o processo de construção de novos conhecimentos;
- e) os infográficos podem ser utilizados pelos/pelas estudantes como fonte de informação, material didático e até mesmo para a resolução de problemas levantados pelo professor.

Contudo, é necessário ressaltar que a sua efetiva aplicação vai depender da intencionalidade pedagógica docente ao explorar tal recurso junto com seus/suas alunos/as, e, assim, alcançar os objetivos didáticos propostos. Sob este prisma, Costa e Tarouco (2010) ressaltam que, ao combinar imagem e texto, o infográfico apresenta vantagens e cuidados em relação à aprendizagem dos alunos, uma vez que:

[...] As apresentações multimídia podem incentivar os alunos a se empenharem na aprendizagem ativa, representando mentalmente o material em palavras e imagens e fazendo conexões mentais entre as representações visuais e verbais. Por outro lado, apresentar somente palavras pode incentivar os alunos – especialmente aqueles com menos experiência ou conhecimento linguístico – a participarem superficialmente da aprendizagem, por não conseguirem conectar as palavras com conceitos e outros conhecimentos. (CLARK; MAYER; 2008, *apud* COSTA; TAROUCO, 2010, p. 6).

Em concomitância com os autores citados, Alvarez (2012) também relaciona o uso dos infográficos ao desenvolvimento educacional, defendendo que os docentes estimulem os alunos a produzirem os infográficos, pois a elaboração dos mesmos exige dos estudantes “uma participação ativa e o exercício de competências cognitivas, relacionais e produtivas” (ALVAREZ, 2012, p. 149).



Alvarez (2012) ainda ressalta como a elaboração dos infográficos contribui para o desenvolvimento de habilidades, a saber: selecionar, compreender, comparar, analisar, sintetizar, entre outras, visando também ao desenvolvimento crítico e criativo.

Durante a pesquisa, foi explorado o *software Piktochart*, e, a partir dele, foram elaborados infográficos de conteúdos de didática para contribuir para a aprendizagem dos estudantes da licenciatura em História. A partir desse recurso, é possível fazer a sistematização de informações do tema a ser estudado, o que colabora para a construção de novos conhecimentos.

Nakashima e Piconez (2016, p. 233) apontam que o ensino demanda a articulação de diferentes conhecimentos, sendo, dessa maneira, “relevante a investigação sobre o ‘fazer didático’ e, dentro dele, o ‘saber fazer e escolher’, e o suporte das tecnologias digitais no desenvolvimento de propostas pedagógicas contextualizadas”. Deste modo, é necessário conhecer as tecnologias e aprimorar o seu uso para que possam ser utilizadas na sala de aula.

Salienta-se ainda que é fundamental fazer a análise da usabilidade técnica e pedagógica dos *softwares* a serem utilizados, ou seja, verificar se o *software* atende aos requisitos para que se possa chegar aos objetivos propostos com eficácia e satisfação.

Acreditamos que o uso dos infográficos na sala de aula, pela sua dinamicidade, pode ir ao encontro de interesses dos estudantes, uma vez que estes estão inseridos num mundo de tecnologias digitais, permeado por imagens e sons, e, portanto, aprendem de forma diferente.

Nesse sentido, foi possível compreender que os infográficos têm potencialidades didáticas, visto que, ao utilizá-los na explicação de temas, integrando textos e imagens, possibilita-se ao aluno a visualização das informações. “E, nesse sentido, ideias, conceitos e relações abstratas podem se tornar mais facilmente compreendidos na medida em que podemos visualizar e analisar as partes que os compõem” (ALVAREZ, 2012, p. 111).

Portanto, explorar as potencialidades tecnológico-pedagógicas dos infográficos nos permitiu evidenciar algumas de suas contribuições para que os professores sejam mais ativos na sua prática pedagógica, para que consigam explorar satisfatoriamente conteúdos e conceitos que, por muitas vezes, são complexos de explicar apenas através de textos e para que possam criar seus próprios materiais didáticos, levando em conta as características de cada turma, de modo que sejam significativos para cada uma delas.



Para ilustrar esta discussão, destacamos os infográficos elaborados durante esta pesquisa. O primeiro infográfico<sup>6</sup> mostra os principais conceitos das Tendências Pedagógicas, essas foram colocadas em colunas para dar a ideia de oposição, também utilizamos imagens para ilustrar os aspectos abordados em cada seção do material, sendo possível ao leitor tanto uma leitura textual, quanto uma leitura visual através das imagens apresentadas. Já no segundo infográfico produzido<sup>7</sup>, utilizamos apenas textos e alguns ícones para chamar a atenção dos leitores, é possível notar que os ícones se relacionam com a temática em questão.

Para Bonttentuit Junior, Lisboa e Coutinho (2011, p. 10-11),

[...] A utilização de infográficos como um recurso pedagógico alinha-se ao atual contexto dos jovens estudantes que complementam sua formação em recursos advindos da web, tais como vídeos, redes sociais, enciclopédias eletrônicas, imagens etc. Tais recursos poderão ser visualizados nos infográficos mais modernos, os quais permitem a combinação desses aplicativos com o intuito de favorecer a aprendizagem ou a complementação dos conteúdos ministrado em sala de aula. (JUNIOR; LISBOA; COUTINHO, 2011, p. 10-11).

Nesse sentido, utilizamos os infográficos para explorar, de maneira mais ilustrativa, temas que podem ser de difícil compreensão para os educandos, pois acreditamos que conteúdos desenvolvidos com representações visuais estimulam a criatividade e possibilitam aos estudantes expressarem suas ideias e opiniões. Em concomitância a isso,

[...] Pensamos que sua utilização poderá promover uma aprendizagem que ultrapassa os parâmetros abstratos dos conteúdos e mergulhe num mundo concreto onde, de fato, o aluno poderá deparar-se com uma realidade mais consistente. E isso é um fator preponderante para dinamizar as aulas, possibilitando um olhar mais pormenorizado das temáticas abordadas, ao mesmo tempo que oportuniza aos alunos exercitarem o seu pensamento crítico e reflexivo. (MACHADO, 1988 *apud* BONTTENTUIT JUNIOR; LISBOA; COUTINHO, 2011, p.12).

Nesta experiência de produção de materiais para o ensino de Didática, percebemos que a utilização dos infográficos como recurso pedagógico pode permitir aos estudantes mobilizarem, de forma mais significativa, as informações e, a partir disso, construir novos conhecimentos. Os infográficos também podem auxiliar no ensino de História, uma vez que permitem uma análise pormenorizada das informações, bem como a sistematização de conteúdos que são complexos e extensos, facilitando a sua compreensão.

<sup>6</sup> Infográfico disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Nq3EMCzFkG7-4BjWO7KZOOEk3Jpxq3Al/view?usp=sharing>

<sup>7</sup> Infográfico disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1A1THi3cjpeBSEsBg8Zk1LBHICcyJXsDa/view?usp=sharing>



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da revisão bibliográfica empreendida, observamos a potencialidade das tecnologias, aliadas à Didática para o ensino de História, na contribuição, de maneira significativa, para o desenvolvimento de uma didática mais ativa, a qual, por sua vez, contribua para o rompimento de rotinas exaustivas e monótonas em sala de aula. Compreendemos que os recursos tecnológicos não fazem “milagres”, mas podem diversificar as formas de apresentação dos conteúdos e colaborar com os processos de planejamento, desenvolvimento e avaliação educacional.

Esta pesquisa exploratória também nos revelou a importância do uso dos infográficos na elaboração de materiais didáticos que possam oferecer aos estudantes e seus professores um meio diferente de produzir e aperfeiçoar a sistematização de informações. O uso dos *softwares*, como o *Piktochart*, tem ajudado na construção de novos conhecimentos e na aproximação de educadores e educandos com as tecnologias digitais. Sobre isso, Costa e Tarouco (2010) apontam que

[...] Um dos formatos digitais que vem sendo bastante utilizado na área de comunicação, mas ainda pouco explorado na educação, é o infográfico. Um estudo sobre as características desse tipo de recurso mostrou que seu uso educacional é apropriado e recomendado, existindo teorias de aprendizagem multimídia que fornecem subsídio teórico apropriado para apoiar a análise educacional desse recurso. (MAYER, 2005 *apud* COSTA; TAROUCO, 2010, p. 2).

No planejamento didático do ensino de História, os infográficos podem ajudar os estudantes a formularem, a partir de construções visuais, novos sentidos e diferentes significados aos conteúdos curriculares, além de permitir que os estudantes organizem suas ideias e reflexões sobre eles. Identificamos que o uso dos infográficos possibilita a integração de várias mídias, como imagem, desenhos, gráficos etc., tornando a informação mais dinâmica. Compreendemos que não há um receituário de como tornar as aulas de História mais envolventes, mas percebemos que o infográfico pode operar uma transposição de conteúdos para uma linguagem mais acessível e convidativa para mobilizar o interesse dos estudantes.

Desse modo, consideramos que, a partir da integração de recursos tecnológicos, aliados a uma pedagogia inovadora, o processo de ensino e de aprendizagem amplia seu sentido e



significado. Isso significa explorar os recursos tecnológicos com intencionalidade pedagógica e responsabilidade docente. Além do mais, os estudantes passam a compreender que, a partir da sistematização dos conteúdos, através da tecnologia, podemos nos aproximar de uma melhor interpretação, compreensão e sua assimilação, o que possibilita rever o ideário de que estudar História é somente a memorização de datas, fatos e acontecimentos históricos.

É importante ressaltar que a educação só faz sentido quando todos os envolvidos se sentem contemplados na aprendizagem. Assim, esta pesquisa evocou como os infográficos, isto é, recursos que devem ser utilizados com intencionalidade pedagógica, podem contribuir para a sistematização de conteúdos, a visualização de conceitos-chave e a compreensão mais efetiva de ideias complexas.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa evidenciou algumas das potencialidades didático-pedagógicas dos infográficos no ensino de Didática, na licenciatura em História, a partir da produção de dois infográficos, destacados e analisados durante este artigo. A pesquisa mostrou que, por ser um recurso tecnológico que permite a associação de vários recursos, como textos, imagens, desenhos etc., é possível, através dele, fornecer aos alunos uma maneira diferente de expor as informações e, a partir dessa integração, colaborar com a compreensão da temática trabalhada, transformando informação em conhecimento.

Constatamos que o ensino de História, associado ao uso de tecnologias, como o infográfico e uma didática voltada para a construção da criticidade, pode colaborar para tornar o processo de ensino e de aprendizagem mais interessante e significativo. Logo, essa associação permite a potencialização cognitiva discente e das abordagens pedagógicas docentes.

Consideramos que a integração de recursos tecnológicos, aliados a uma prática pedagógica inovadora, baseada na práxis, ou seja, na busca pela transformação do mundo e do processo de ensino e de aprendizagem, amplia seu sentido e significado. Além do mais, permite aos estudantes compreenderem que, a partir da sistematização dos conteúdos, com o apoio de recursos tecnológicos, podemos nos aproximar de uma melhor interpretação, compreensão e assimilação dos temas discutidos.

Portanto, se queremos nos libertar de um ensino bancário e buscar a transformação da realidade em que vivemos, devemos explorar novas estratégias didáticas, pedagógicas e metodológicas, para que nossa prática se configure num pensar e fazer reflexivo, pois, como



aponta Paulo Freire, somos todos sujeitos da práxis e, portanto, protagonistas da transformação da educação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Ana Maria Torres, **A infografia na educação: contribuições para um pensar crítico e criativo**. 2012. Tese. (Doutorado em educação: Currículo). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Pós-graduação em Educação: Currículo. São Paulo, 2012.

BALZAN, Newton Cesar. A pesquisa em Didática: realidades e propostas. In: CANDAU, Vera Maria (Org.). **A Didática em questão**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

BONTTENTUIT JUNIOR, João Batista; LISBOA, Eliana Santana; COUTINHO, Clara Pereira. “O infográfico e as suas potencialidades educacionais”. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE HIPERTEXTOS E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS. **Anais**, Universidade de Sorocaba - 26 e 27 de setembro de 2011.

CABRINI, Conceição. O que achamos importante lembrar sobre o ensino da história ou fundamentação teórica da proposta. In: CABRINI, Conceição *et al.* **O ensino de História: revisão urgente**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Brasiliense, 1986. p. 19-30.

CANDAU, Vera Maria. Da Didática fundamental ao fundamental da didática, In: ANDRÉ, Marli E. D. A.; OLIVEIRA, Maria Rita N. S. (Orgs.). **Alternativas no ensino de didática**. Campinas, SP: Papirus, 1997

COSTA, Valéria Machado da; TAROUCO, Liane Margarida Rockenbach, “Infográfico: características, autoria e uso educacional”. **Novas Tecnologias na Educação/CINTED-UFRGS**, v. 8 N, n.º 3, dezembro, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FRANCO, Renato. **Aprendendo História: reflexão e Ensino**. 2. ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. 51.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FORTUNA, Volnei. A relação teoria e prática na educação em Freire. **REBES- Rev. Brasileira de Ensino Superior**, v. 1, n. 2, p. 64-72, out - dez. 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.



LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da Escola Pública**: A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 23. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

MENEZES, Marília Gabriela de, SANTIAGO, Maria Eliete. Contribuição do pensamento de Paulo Freire para o paradigma curricular crítico-emancipatório. **Pro-posições**, v. 25, n.3, p. 45-62. Set/dez. 2014. Disponível: < <http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201407503> > acesso em 09 de julho de 2021.

NAKASHIMA, Rosária Helena Ruiz; PICONEZ, Stela Conceição Bertholo. Technological Pedagogical Content Knowledge (TPACK): modelo explicativo da ação docente. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 3, p. 231-250, 2016. Disponível em:< <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1605/524> .> 09 de julho de 2021.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary Cristina da; BELLO, Suzelei Faria; HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Campinas, v.10, n.1, p.53-63, jul./dez. 2012.

PICONEZ, Stela Conceição Bertholo; NAKASHIMA, Rosária Helena Ruiz. Equipes de produção de materiais digitais de aprendizagem e os critérios de usabilidade técnica e pedagógica: um diálogo necessário. E-book: BARROS, D. M. V. *et al.* (2011) **Educação e tecnologias**: reflexão, inovação e práticas. Lisboa: [s.n.]. Disponível em:< <http://livroeducacaoetecnologias.blogspot.com/p/capitulos.html> .> acesso em: 09 de julho de 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

**Artigo recebido em: dezembro/2021**

**Artigo aceito em: dezembro/2021**